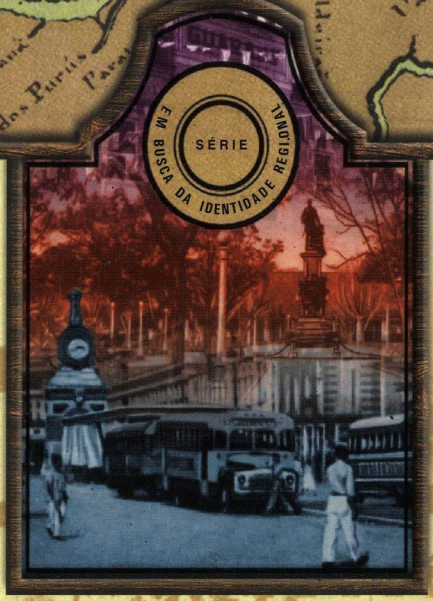
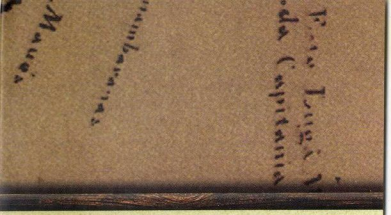


– JOSÉ VICENTE DE SOUZA AGUIAR –

MANAUS
praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60

3
m ex. 2

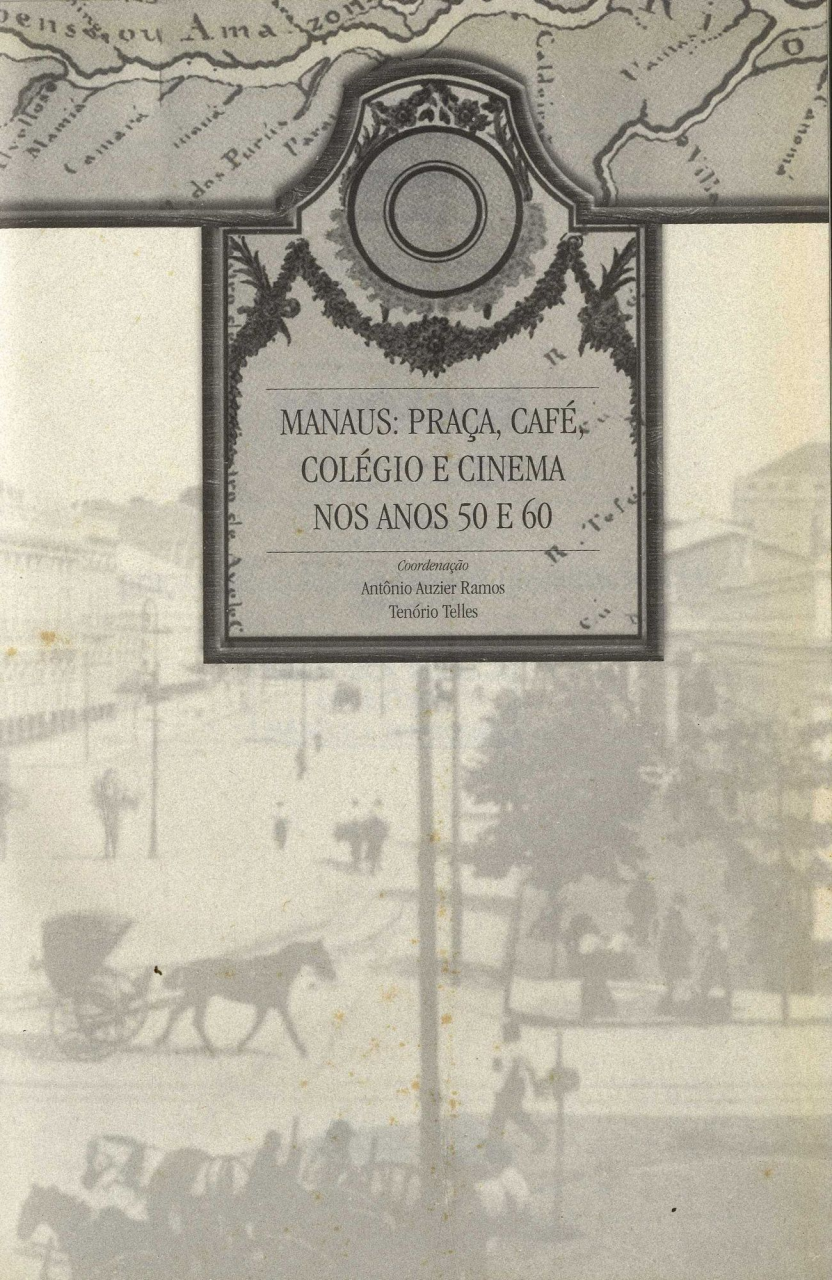
CULTURA
Edições Governo do Estado



As cidades têm vida – nascem, crescem e morrem. E às vezes renascem. São espaços que se constroem sob o signo da complexidade e se firmam através do entrelaçamento das relações entre os indivíduos e o meio social, num processo de contínua construção e reconstrução. No caso deste livro, o enfoque é sobre Manaus – uma cidade que já experimentou a ascensão e a queda, a grandeza, o declínio e a estagnação. Foi vista por alguns como a Paris dos trópicos e por outros, como um porto de lenha. Como diz o autor: *A cidade, afinal, é ao mesmo tempo o lugar da violência, da opressão, da repressão, das desigualdades sociais, mas também espaço da liberdade, do vôo, do transcendente, do ir além do aparente. Portanto, simboliza as mudanças possibilitadoras da criação e recriação das relações sociais.*

Este livro nos apresenta uma cidade sob a perspectiva de sua vida cultural, tendo como pólo irradiador o entorno da Praça Heliodoro Balbi. O objetivo, como adverte o autor, *é registrar as atividades humanas realizadas nos lugares públicos, ou de utilização pública, mas freqüentemente por uma geração, serviu como tentativa de recuperar os sentimentos, as emoções, o valor simbólico, acadêmico e político das atividades realizadas por aqueles que adotaram a Praça da Polícia, o Cine Guarany, o Café do Pina e o Colégio Estadual como referência para as suas manifestações culturais.*

Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60 é um painel evocativo de uma



MANAUS: PRAÇA, CAFÉ, COLÉGIO E CINEMA NOS ANOS 50 E 60

Coordenação
Antônio Auzier Ramos
Tenório Telles

GOVERNO DO

AMAZONAS

Governador do Estado do Amazonas
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador
Samuel Assayag Hanan

AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Secretário de Estado da Cultura e Turismo
Robério dos Santos Pereira Braga

Subsecretária
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Coordenador de Edições
Antônio Auzier Ramos

Edições
Governo do Estado

José Vicente de Souza Aguiar

MANAUS:
praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60

BIBLIOTECA PÚBLICA
DO ESTADO
MANAUS - AMAZONAS

Amm
981.13
A282m
ex. 2

Valer
EDITORA

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Copyright © Edições Governo do Estado, 2002

Editor
Isaac Maciel

Assistente Editorial
Dori Carvalho
Eudes Lopes

Coordenação Editorial
Tenório Telles

Design e Direção de Art
Marcicley Rego

Diagramação
Epifânio Leão

Revisão
Cynthia Teixeira
Marcos Sena
Sergio Luiz Pereira

Normalização
Ycaro Verçosa

MANAUS PRAÇA, CAFÉ, COLÉGIO E CINEMA
NOS ANOS 50 E 60

AGUIAR, JOSÉ VICENTE DE SOUZA

A282m AmM981.13
TOMBO: 088658

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
Reg. e Fls. 26 do Catálogo inventário
sob nº 171
Em 09/05/2002

A282m Aguiar, José Vicente de Souza.

Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60. / José Vicente de Souza Aguiar. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

166p. (Série Em Busca da Identidade Regional)

ISBN 85-7512-043-3

1. Manaus – Movimento Cultural. 2. Manaus – História I. Título II. Série

CDU 316.722(811.3)

2002

Editora Valer
Rua Ramos Ferreira, 1195
69010-120, Manaus-AM
Fone: (0xx92) 633-6565
E-mail Editora: editora@valer.com.br

O trabalho aqui constituído começou a ser gestado entre quatro paredes e por três cabeças. Foi, verdadeiramente, um esforço coletivo para a construção de um tema que abordasse um assunto do nosso século e estivesse inserido no perímetro urbano da cidade de Manaus. Mas esta foi apenas a primeira tentativa de construção do trabalho, da escolha da temática. As etapas posteriores estavam se constituindo. E, por conseguinte, começamos a peregrinação em busca de fontes primárias escritas e orais. Foi quando tivemos os contatos pessoais com o seu Álvaro, responsável pela sessão dos jornais na Biblioteca Pública do Amazonas, com as professoras Ieda Silva e Tereza, diretora e orientadora, respectivamente, que nos puseram em contato com o "arquivo morto" do Colégio Estadual.

As fontes escritas mostraram-se insuficientes para a reconstituição do período estudado na perspectiva que desejávamos, impondo a certeza de que deveríamos recorrer a entrevistas. Recorremos, então, ao resgate oral dos fatos. Para tanto, contatamos com possíveis entrevistados, contando com cem por cento de sucesso na disponibilidade desse grupo que, com a exigüidade de tempo da era moderna, foi compreensível e nos atendeu. O artista plástico Anísio Mello suspendeu sua paleta para nos ouvir e reviver seus momentos de aluno do Ginásio Amazonense Pedro II, atual Colégio Estadual. O professor Aloysio Nogueira, do Departamento de História da Universidade do Amazonas, gentilmente combinou os momentos posteriores às suas aulas de 10 às 12h, no Instituto de Ciên-

cias Humanas e Letras, fez jejum forçado para colaborar na reconstituição do nosso objeto de estudo. O professor Renan Freitas Pinto, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas, muito envolvido com os afazeres da docência e pesquisa, entre uma atividade e outra, criou o tempo para o nosso encontro, rememorou sua vida de aluno do Estadual e imprimiu sua marca neste trabalho. O poeta de *Manaus, as muitas cidades*, Aldisio Filgueiras, entre os teclados da redação e a administração das atividades jornalísticas, com estilo inerente ao poeta, fez a cobertura dos fatos vividos enquanto estudante do Estadual. Percorreu, através da memória, os espaços do Colégio, da Praça da Polícia, do Café do Pina e de Manaus. Fez sua intervenção. *No palco nem tudo é verdade* é o depoimento do ator amazonense Ediney Azancoth. Foi mais uma "vítima" da nossa perseguição em busca de informações. Como os demais, a receptividade foi a tônica da continuidade. E, em busca de informações, chegamos até os altos da Livraria Valer. Agora foi a vez do poeta de *Frauta de Barro.* Precursor do movimento Madrugada, Luiz Bacellar não titubeou e fez seu regresso à Manaus da Praça da Polícia, do Café e do Colégio Estadual.

O Labirinto do Saber estava se vencendo. Para tanto, também foram feitas consultas àquela que foi também *No Rastro de Silvino Santos*. Selda Vale nos mostrou as primeiras portas do emaranhado das bibliografias e dos jornais locais. Sem dúvida, o conhecimento vale.

Nesse primeiro momento da pesquisa, tivemos o apoio institucional da Secretaria de Estado da Cultura e Estudos Amazônicos, projeto Busca da Identidade, pela iniciativa arrojada e revolucionária, que apostou também nos estudos dos amazônidas.

No segundo momento dessa empreitada acadêmica, contamos, sobretudo, com o incentivo das professoras e professores doutores do Programa de Pós-Graduação *Natureza e Cultura na Amazônia,* da Universidade do Amazonas, que apostaram suas fichas intelectuais na criação desse Curso de Pós-Graduação, visando a formação de docentes e pesquisadores das temáticas amazônicas. Aqui imprimimos o tratamento teórico/metodológico às informações conseguidas, bem como fizemos consultas a novos arquivos como o do CODEAMA, portanto essa versão foi revisada e ampliada ganhando nova configuração.

Diretamente contamos com a participação desses agentes sociais, para a elaboração do nosso trabalho, sem os quais não teríamos enveredado pelos arquivos das bibliotecas, sorridentes com o êxito das consultas aos jornais e aos livros, e desesperados, em outros momentos, pela ausência de registros acerca do nosso objeto de estudo. O desespero e satisfação fazem parte do nosso *show*, de acadêmicos que acatam o desafio da investigação. Mas a pesquisa não se configura apenas em obstáculos, ela é essencial para o avanço nas formas de compreensão do pesquisador e fundamental para a nossa cidade, pois oferece aos desejosos do saber mais um fragmento de nossa história, dos fatos sociais tão palpitantes, desencadeados no período em que não vivíamos a correria da extração do látex nos seringais nem o da edificação dos pólos industrial e comercial de produtos importados.

A formatação, os toques primorosos na construção da nossa reflexão, contou com a colaboração valiosa da mãe do Vinícius, concebido em comum acordo, mas que, em muitos momentos de sua vida, foi levado a disputar espaço afetivo, dentro de seu lar, com os livros e o teclado do computador. Izaura, além de profissional, mãe, companheira, foi uma constante nessa empreitada intelectual. Sem sua contribuição valiosa, de certo, ficaríamos presos na grande travessia, entre a escolha do tema e suas considerações finais.

Aos presentes e aos ausentes, aos que imprimiram direta ou indiretamente suas marcas neste trabalho, nosso profundo agradecimento.

Há tanta angústia antiga em cada prédio!
Em cada pedra nua e gasta. E agora
em necessário pranto que demora
o amargo verso vem como remédio

Luiz Bacellar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I – QUANDO AS LUZES RELUZEM 25
Manaus, as muitas cidades 27
Cidade, espaço da modernidade 48

CAPÍTULO II – A HISTÓRIA NA PRAÇA 55
A Praça na História 57
A Praça em Manaus 64
As muitas praças na Praça da Polícia 72
Um Clube na Madrugada da Praça 81

CAPÍTULO III – CLÁSSICO OU CIENTÍFICO: EM BUSCA DAS HUMANIDADES . 97
Entre reflexão, pensamento e um café 99
Do Ginásio ao Colégio Estadual 101
Nem Clássico nem Científico: pragmatismo à vista 114

CAPÍTULO IV – CULTURA NA TELA 127
Hoje tem Guarany, tem sim, senhor... 129
Cinema também é cultura 138
Morte e vida Politeama, Avenida e Guarany 143
Cultura, som e imagem 146

CONSIDERAÇÕES FINAIS 151

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 157

Robério Braga*

O Governo do Amazonas tem empreendido um grande esforço para implementar uma política de promoção da cultura em nosso Estado – patrocinando os artistas da terra e gerando oportunidades para os que se dedicam à reflexão e às artes. O projeto Busca da Identidade Regional é um reflexo desse compromisso.

O trabalho do professor José Vicente de Souza Aguiar é um dos muitos frutos dessa iniciativa no plano do pensamento e da produção intelectual, promovida pelo Governo e coordenada pela Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. Trata-se de um estudo pioneiro sobre a importância dos acontecimentos culturais, que tiveram como palco a Praça Heliodoro Balbi e seu entorno, para a vida da capital amazonense. Ao optar pelo tema, seu objetivo é "compreender a importância sociocultural da Praça da Polícia, do Café do Pina, do Colégio Estadual e também do Cine Guarany para Manaus".

Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60 é um livro que se estrutura como uma viagem através do tempo e da memória, em que o autor retrata o papel da juventude e suas relações com certos espaços públicos que se tornaram referenciais para diversas gerações: "As gerações escolheram lugares, públicos e institucionais, para freqüentar, deles fizeram suas casas, suas razões de viver. Esses lugares foram transformados em referências para

* Robério dos Santos Pereira Braga é escritor, administrador público e autor de *A abolição da escravatura no Amazonas, Manaus – amor e sofrimento* e *Rui Barbosa e o Amazonas*.

seus encontros planejados e espontâneos... Registrar as atividades humanas realizadas nos lugares públicos... mais freqüentados por uma geração, serviu como tentativa de recuperar sentimentos, as emoções, o valor simbólico, acadêmico e político das atividades realizadas por aqueles que adotaram a Praça da Polícia... como referência para as suas manifestações culturais".

Trata-se de uma obra de referência sobre um dos momentos mais ricos do processo histórico regional, que resultou na emergência de uma nova geração de intelectuais e artistas e culminou na criação do Clube da Madrugada.

MANAUS:
praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60

A Praça da Polícia, o Café do Pina, o Colégio Amazonense Pedro II, ou Colégio Estadual, e o Cinema Guarany são elementos presentes em obras de autores que dedicaram atenção, acadêmica ou não, aos acontecimentos sociais em Manaus. Nas obras de Jefferson Péres, Thiago de Mello, Narciso Lobo e Selda Vale da Costa encontramos referências a esses locais, o que demonstra a importância da Praça, do Colégio, do Café e do Cinema para o período estudado, pois as manifestações culturais realizadas em Manaus, nos anos 50 a 60, quase sempre estiveram relacionadas com esses lugares, visto que a praça abrigou o Clube da Madrugada que, por sua vez, possuía membros envolvidos com o mundo radiofônico, com a atividade teatral e com a docência no Colégio Estadual.

A Praça da Polícia também abrigou o público que prestigiou as festas de aniversário do Cinema Guarany, elemento integrante da vida dos alunos do Colégio Estadual, seja como espaço de diversão, seja como colaborador na formação humana, seja apenas para "matar" uma ou outra aula.

Mas a praça Heliodoro Balbi, conhecida como Praça da Polícia, em virtude da presença marcante do Quartel da Polícia Militar, diferente das demais existentes em Manaus, foi palco de eventos no decorrer e nos finais de semana. Nela, a banda da Polícia fazia seu *show*, as debutantes desfilavam acompanhadas de seus respectivos pais ou de responsáveis nos finais de semana, os alunos

do Colégio Estadual nela ficavam aguardando o início das aulas. E o Pina servia café aos alunos, professores, atores, escritores e aos freqüentadores da praça.

Por isso, visamos promover a integração entre colégio, cinema, café e praça, a fim de detectar suas contribuições para a compreensão da efervescência cultural em Manaus, quando na Praça se discutia sobre cultura, política, futebol, cinema, arte, economia, configurando-se em lugar pulsante das discussões na Manaus dos anos 50 e 60.

As gerações escolheram lugares, públicos e institucionais, para freqüentar, deles fizeram suas casas, suas razões de viver. Esses lugares foram transformados em referências para seus encontros planejados e espontâneos. Os grupos criaram e recriaram os sentidos e as funções dos lugares geograficamente identificados, enfim, transformaram-nos em extensão dos seus lares, de seus afazeres.

Registrar as atividades humanas realizadas nos lugares públicos, ou de utilização pública, mais freqüentados por uma geração, serviu como tentativa de recuperar os sentimentos, as emoções, o valor simbólico, acadêmico e político das atividades realizadas por aqueles que adotaram a Praça da Polícia, o Cine Guarany, o Café do Pina e o Colégio Estadual como referência para as suas manifestações culturais.

Porém, este estudo e análise das relações sociais não teve a pretensão de dar conta da história da cidade ao longo de sua existência. Isto nos impôs a necessidade de estabelecer um recorte temporal e espacial para que pudéssemos delimitar, não no sentido estrito do termo, o tempo e o espaço em que nos detivemos para observar as manifestações culturais de Manaus. Por isso, privilegiamos e projetamos nossas atenções ao intervalo dos anos 50 e 60, tendo como marco mais sistemático para delimitação temporal a criação do Clube da Madrugada em 1954, movimento literário amazonense que fez da Praça da Polícia seu abrigo para suas sessões de discussões literárias e colaborou para a criação de toda uma "mitologia" que envolveu essa praça, transformando-a em espaço das atividades culturais, até o final dos anos 60. Porém, não ficaremos detidos nesse intervalo temporal, este será apenas o nosso foco de investigação, pelo qual estabeleceremos relação com o presente. As inquietações intelectuais que nos conduziram à pesquisa possuem lastros na atualidade, pois nossas preocupações atuais recaem sobre os novos tipos de sociabilidade cria-

dos e sua repercussão na sala de aula, na relação dos homens entre si e com as transformações que estão ocorrendo no espaço urbano, aqui entendido o bairro, o centro comercial, as praças, enfim, a cidade.

Com estas preocupações, preparamos nossa câmera visando, através de lentes mais apropriadas, procurar a melhor posição para um *zoom* que possa compreender a importância sociocultural da Praça da Polícia, do Café do Pina, do Colégio Estadual e também do Cine Guarany para Manaus. Lugares interligados entre si pela atuação dos agentes sociais, dos alunos e de seus professores, dos freqüentadores do cinema que aguardavam na Praça o horário das sessões que, pela proximidade espacial existente entre suas edificações, os ginasianos denominaram de "Praça do Ginásio". Apesar da quase ausência de fronteiras entre a Praça, o Colégio, o Café e o Cinema que possam compartimentalizar essas referências, distribuímos este estudo em quatro momentos de investigação, todos explicitamente convertidos em capítulos.

No primeiro, "Quando as Luzes Reluzem", fazemos uma incursão aos tipos de fontes de pesquisa a que recorremos no decorrer da investigação para constituir a reflexão sobre as manifestações culturais em Manaus, ou seja, recorremos ao auxílio da memória, dos memorialistas, das matérias de periódicos (jornais e revistas), de documentos oficiais e de depoimentos gravados, para reconstituir espaço/tempo.

Através dessas fontes, percorremos as avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro, principalmente, vias muito requisitadas para os *footings* de fins de semana e feriados e pouco transitadas pelos poucos automóveis, os quais, na maioria das vezes, não apresentavam, para os pedestres, grandes ameaças. Aqui registramos a cidade apreendida pela memória de muitos que estabeleceram laços de complementaridade entre os locais mais freqüentados e suas vidas e refletimos sobre as mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento urbano: o asfaltamento das ruas que colocaram homens e carros competindo pelo mesmo espaço e sua repercussão no que denominamos de *manifestações culturais.*

Neste capítulo, caminhamos, inclusive, pelas cidades analisadas por Walter Benjamin, Marshall Berman, Max Weber, Giulio Carlo Argan e Edgar Allan Poe, a fim de compreender as mudanças que ocorreram na cidade de Manaus como fenômeno de destruição e recriação de novas formas de sociabilidade. Porém, não caminharemos no sentido de privilegiar

a forma pretérita de vida em sociedade contrapondo-a à atual. Visamos discutir os novos tipos de sociabilidade buscando compreender a vida social na cidade.

"A História na Praça" constitui o segundo capítulo, onde registramos a presença dos freqüentadores do Café do Pina, professores, alunos, membros do Clube da Madrugada, enfim, daqueles que buscavam abrigo na Praça da Polícia para realizar suas atividades de lazer e prazer, ou de lazer e saber, como num processo de combinação dos gostos e afinidades entre si, que norteavam as atuações dos freqüentadores da Praça. Sobretudo, visamos compreender a praça como um espaço de sociabilidade comprometida com os eventos culturais.

"Clássico ou Científico: em busca das humanidades" é o terceiro capítulo. Aqui identificamos a importância acadêmica do Colégio Estadual para a cidade de Manaus naquele contexto histórico e o sentido do ensino formal para alunos e professores daquele período, bem como a relação existente entre o ensino das humanidades e a constituição desse colégio público, enquanto comunidade discente e docente, na grande referência para a educação em Manaus e na sua contribuição para o movimento cultural da época.

Tomamos o ensino voltado para as humanidades como possibilitador da formação do homem e da criação dos sonhos, do ser visionário. Portanto, o perfil humanístico do ensino pode ser relacionado como um dos elementos elucidativos ao entendimento das movimentações culturais do período investigado.

Por fim, no último capítulo, "A Cultura na Tela", destacamos a importância dos cinemas para a cidade de Manaus, como casas de espetáculos, de diversão de crianças, jovens e adultos, e também como elemento colaborador na formação acadêmica de muitos que buscavam nessas casas mais que diversão. Verificamos como os cinemas estavam presentes na vida pessoal e acadêmica dos ginasianos, dos professores dos ginasianos e também na vida daqueles que transitavam pela Praça da Polícia, à espera da primeira ou da próxima sessão do Guarany e do Politeama, e até dos que ficavam na Av. Eduardo Ribeiro.

Aqui, identificamos a popularidade do Cine Guarany em Manaus, o último a tombar, a despeito das manifestações de protesto dos aficionados pela sétima arte.

Nossa primeira preocupação com o início deste trabalho diz respeito ao tratamento que dispensamos às fontes de pesquisa. Isto porque a incursão através do estudo das *manifestações culturais* em Manaus exigiu a realização de levantamento de dados empíricos acerca das referências escolhidas para análise: Praça da Polícia, Café do Pina, Colégio Estadual e também o Cinema Guarany. Para esta investigação, fizemos uso de diversos tipos de fontes primárias de pesquisa, desde depoimentos, jornais da época, livros de memória, ou dos memorialistas, as mensagens de governo e livros de registro de portarias do Colégio Estadual. Todas, evidentemente, produções humanas, inclusive esta, e, portanto, com possibilidades de tender para um ou outro lado da abordagem. Por isso, nos resguardamos o direito de apreciar com mais cautela as assertivas contidas nessas fontes, mas sem as quais, dificilmente, montaríamos nosso arcabouço de compreensão sobre o que foram as manifestações culturais em Manaus dos anos 50 a 60.

Aos memorialistas e à memória, recorremos várias vezes no decorrer da nossa investigação. Por isso, envidamos esforços compreensivos para responder pela importância desse recurso na investigação desenvolvida. Isso nos levou a questões como: Quais as implicações que podem ocorrer com a utilização da memória na reconstituição histórica? Como discutir e definir a relevância desse instrumento para o resgate dos acontecimentos do passado? Como perguntar sobre um fato relegado à memória de outro e obter como resposta parte substancial de conteúdo almejado? A memória se apresenta como um mecanismo de seletividade dos acontecimentos vividos. Podemos, então, trabalhar com a possibilidade de encontrar a autenticidade do recurso da memória respondendo pelos acontecimentos do passado vivido? Ou o conceito de autenticidade não pode ser estabelecido como critério de seleção de fontes históricas? Por ser memória, passa a ser uma fonte menos substancialmente confiável do que a fonte escrita? Mas o que é o documento escrito se não um acontecimento registrado? Como tal, pode no momento do registro ter-se estabelecido a escolha entre o que registrar, ao que dar mais ênfase, ao que destacar e ao que relegar como de menor importância. Por que o documento escrito apresentaria mais frieza, mais imparcialidade, e seria mais fidedigno, confiável como fonte de resgate dos acontecimentos sociais?

A preocupação, aqui posta, não consiste em dar destaque à fonte do tipo escrita ou oral, o que desejamos é conhecer as implicações desses recursos no resgate do passado. Isto porque não privilegiamos uma fonte em detrimento da outra, a escrita em detrimento da oral ou vice-versa. Os problemas são diversos quando usamos o recurso da memória na reconstituição histórica, pois ela assume a forma de se constituir sempre. Marilena Chaui, na apresentação à obra *Memória e Sociedade,* de Ecléa Bosi, nos chama a atenção para esta questão, quando afirma: "Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição" (*Apud* Bosi, 1987: XXI).

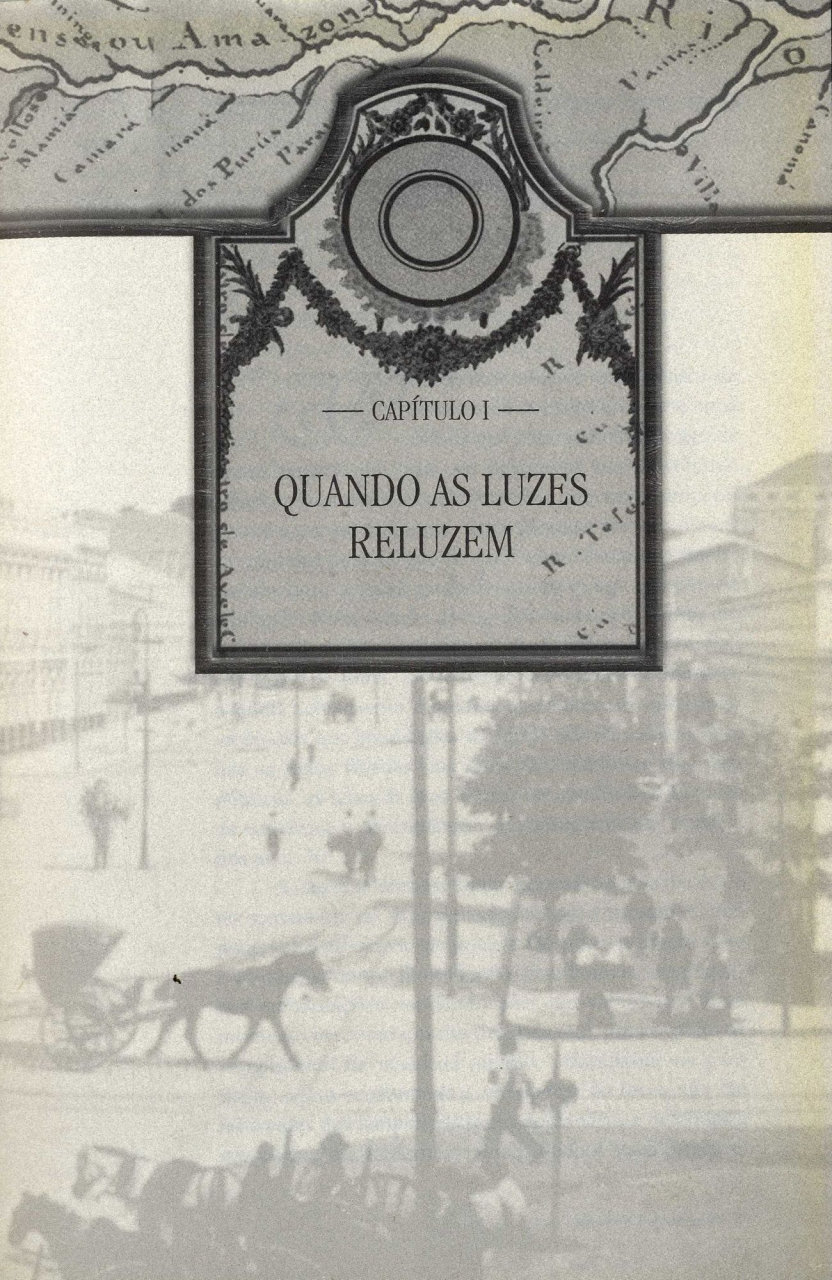
Na observação de Marilena Chaui, destacamos um ingrediente primoroso que deve ser observado ao momento da investida para compreender um acontecimento histórico com o auxílio da memória, qual seja, *o sentimento,* presente na fala e na escolha dos fatos e também em sua narração. Portanto, temos a memória como um fazer constante a partir de fagulhas de acontecimentos do passado que vêm a tona, nem sempre como um corpo integral de fatos, mas como fragmentos de fatos. Por isso, Marilena Chaui adverte que: "...lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição" (*Apud* Bosi, 1987: XX).

Portanto, a "recuperação" do passado através da memória ocorre num processo de combinação das referências contidas no homem de hoje com as que são rememoradas, inclusive o estado emocional pode intermediar a relação passado/presente, apresentando-se, não como obstáculo, mas como elemento a ser visualizado nos depoimentos.

A reflexão sobre a memória na História, com ênfase na busca de fontes locais, ocorre em função da necessidade de identificar o elemento da singularidade do fenômeno. Porém, ele não deve ser compreendido como autóctone. Neste sentido, a compreensão deve ser estendida e seguida de rigor teórico metodológico na análise do objeto de investigação, pois temos como pressuposto o relacionamento do local com o nacional, visto que o objeto de estudo não é um fato isolado no tempo e no espaço, muito pelo contrário, o regional possui dimensão nacional. Daí a necessidade de relacionar o acontecimento local com as manifestações cultu-

rais que estavam ocorrendo no país, conforme a necessidade, para não restringir a investigação ao levantamento de informações empíricas acerca do estudo que se desenvolve.

Porém, a reflexão contida nesta pesquisa vai também no sentido de compreender a relação do homem com os lugares públicos no período anterior e posterior ao aparecimento do capital industrial em Manaus, ou seja, antes e após a criação da Zona Franca de Manaus, que representou a inserção dessa cidade à nova lógica do capitalismo. Por isso, o industrialismo, representado pelo comércio de manufaturados como eletroeletrônicos, servirá como âncora para as interpretações realizadas ao longo dessa investigação.



CAPÍTULO I

QUANDO AS LUZES RELUZEM

QUANDO AS LUZES RELUZEM

MANAUS, AS MUITAS CIDADES

Poderíamos afirmar que, dentro de cada citadino, existe uma urbe, uma cidade que carregamos ao longo de nossa história de vida. Ao descrever sua existência, começamos a transitar pela memória que armazenou, registrou e gravou momentos desse passado. Isto nos remete ao primeiro contato que fizemos com Manaus, primeira cidade com a qual estabelecemos nossa relação de afinidade. Num estágio de regresso no tempo, vemos em nosso contato inicial, de quem, chegando por via fluvial, em motor de linha, viu a distância do porto de Manaus, naquela noite escura, à medida que o barco se aproximava do cais nas imediações da Igreja dos Remédios, apenas as luzes fixadas nos altos dos prédios e das vias públicas, as luzes da área urbana nas mediações do porto de embarque e desembarque de passageiros nos meados dos anos 70.

As luzes reluzentes foram apreendidas pela memória no contato inicial. E as indagações logo surgiram: Como poderia existir cidade tão grande, tão bela à primeira vista e ao mesmo tempo tão estranha, com homens em pequenas embarcações vendendo pães tão saborosos! Esse momento foi como um rito de passagem, uma espécie de rompimento de visão de mundo, principalmente para quem estava acostumado a ver apenas os focos não tão reluzentes das lamparinas feitas de flandres e mantidas a querosene, das lanternas e dos pequenos vaga-lumes se

deslocando à noite. O contato com a cidade foi o momento do encanto e também do desencanto. O momento da visualização do belo das luzes e do estranhamento no contato com as novas pessoas. Com os novos vizinhos, novos colegas, novos amigos, enfim, fomos levados ao novo processo de sociabilização e do reconhecimento ou delimitação do espaço de pertencimento. Agora não morávamos nem pra cima, nem pra baixo, nem à margem esquerda, nem à margem direita do rio, chamado por seus habitantes de "paranã", braço do município do Anamã. Agora morávamos em casa com número na parede e com nome na rua e no bairro. Nossas referências espaciais foram alteradas e o nosso limite de circulação foi reduzido ao bairro e principalmente à rua onde fixamos residência. O que percebemos é que as mudanças na relação do homem com o espaço de circulação e de habitação estão sempre se processando. Em decorrência desse fenômeno, surge a necessidade de compreender a dinâmica dessas mudanças.

Recorremos à memória, que guarda e resgata os momentos vividos no bairro e na cidade de Manaus. Como que num processo de afinidades eletivas dos fatos, relaciona os momentos tidos como mais significativos e abre-se para releituras. Isto nos leva a dar um passo para os momentos vividos no bairro. Momentos em que a rua servia de abrigo para os ensaios do grupo de quadrilha junina, das correrias nas ruas em ritmo de lazer e pelos quintais abertos, em nossas brincadeiras de jovens. Nossas ruas eram os "playgrounds" dos menos afortunados e, sobretudo, espaço da sociabilidade, do reconhecimento dos jovens, dos adultos, enfim, do homem. Neste momento, as vias públicas não eram cobertas com lençol de betume e, portanto, não as disputávamos com os automóveis, por isso, guardavam o sentido da segurança para seus usuários. Mas o crescimento urbano desbravou os espaços diversos e a pavimentação preparou o terreno para os automóveis. Agora, homens, mulheres e carros disputam, nas áreas dos bairros mais distantes do centro comercial, os espaços pavimentados. Os homens se confundem com os carros. Isto nos leva a indagar se as ruas foram pavimentadas para os homens e mulheres ou foram pavimentadas apenas para os automóveis e seus proprietários? Quais os novos espaços de sociabilidade para os jovens de hoje das periferias da cidade? São as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, antigas escolas de 1.º e 2.º graus? Os videogames instalados próximos às esco-

las, onde são encontrados jovens estudantes a disputar com as máquinas o direito da vitória? A televisão, com programação diversificada visando atender e prender as atenções dos telespectadores do início do dia às últimas horas da noite? Enfim, parece que os novos recursos tecnológicos estão mais atentos e procurando preencher os momentos "vazios" dos homens, criando e recriando as necessidades humanas e, concomitantemente, preenchendo-as com os novos recursos inventados pela indústria.

Aqui falamos de um tipo de sociabilidade marcada pela relação de conhecimento entre as pessoas das ruas, do bairro, das praças. O processo de atenuação dessa sociabilidade, segundo Ana Fani A. Carlos,

> *... é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, como o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Constata-se o fim das procissões onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcavam o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em antigos bairros que acabam com pontos de encontro, etc.* (Carlos, 1996: 87/8).

A televisão e o adensamento dos automóveis evidenciam a presença do industrialismo no contexto das transformações sociais e, portanto, mudanças no seio da sociedade são patentes. Novos grupos sociais foram criados e recriados, como os "meninos de rua", os "flanelinhas", os "cheira-cola", os "galerosos". Novas formas de sociabilidade foram inventadas com os computadores, os televisores, os videogames. As mudanças seguem o dedo invisível da produção. Quase tudo passa a ser criação do fenômeno da modernidade, que transformou homens, ruas, espaços de recreação urbanos, artes, educação em produtos mediados pela lei da oferta e da procura. Tudo parece ter-se transformado em mercadoria, em produtos de consumo, ou caminha a passos largos nesse sentido da transformação.

A incursão pela cidade visa percebê-la para além das referências físicas, das casas, das ruas e avenidas, do ir-e-vir frenético dos carros, sobre-

tudo compreender o urbano como espaço de identificação das pessoas e de sua realização enquanto ser humano. E, sobretudo, identificar a cidade que existe e resiste às mudanças que levam os homens ao anonimato, à perspectiva do não-reconhecimento, porém sem imprimir a noção de valor que atribui ao passado mais qualidades que ao presente.

Mas, antes de introduzir a discussão propriamente sobre a Manaus dos anos 50 e 60, vale a pena demonstrar que o espaço urbano mencionado no decorrer desse estudo deve ser compreendido como lugar, pois as reflexões realizadas demonstram que há entre as pessoas e os lugares freqüentados (cafés, bares, praças e avenidas) relação de reconhecimento, onde elas encontram momentos de convivência social que atendiam suas expectativas. É nesse sentido que se estabelece a distinção entre lugar e espaço, sendo o lugar considerado como a referência do reconhecimento, das relações sociais, do cotidiano, guardando a perspectiva da afetividade, enquanto o espaço ocupa a perspectiva do anonimato, do desconhecimento.

Para colaborar nesse diálogo, Ana Fani de A. Carlos aponta o lugar como representativo da vida cotidiana e do reconhecimento das pessoas:

> *O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que o indivíduo mantém com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo* (Carlos, 1996: 20).

Portanto, são os espaços por onde o homem desenvolve suas atividades dentro da cidade – locais que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia, flana, que vão ganhando o significado de lugar, pois esses mecanismos são proporcionadores do reconhecimento e do sentido de pertencimento do homem àquele local.

A Manaus de ontem, anterior a nossa capacidade física de presenciar as mudanças ocorridas, foi resgatada através da literatura local, escri-

ta por quem acompanhou, viu e sentiu as transformações ou por quem procurou informações de como era a cidade de Manaus. O que escritores como Márcio Souza nos dizem a esse respeito é que

> *Houve um tempo em que Manaus tinha calçadas, largos passeios em mármore de Liós, aqui e ali os canteiros de* ficus-benjamim *distribuindo sombra aos transeuntes. Não há mais calçadas. Caminha-se quase sempre numa terra de ninguém, entre o esgoto a céu aberto e a pista de trânsito. Uma cidade onde o tecido urbano foi destruído e não há uma rua, uma artéria intata. Atravessa-se a cidade e tem-se a impressão de que quase todas as edificações estão inacabadas. Tijolo à mostra, é o paraíso da arquitetura espontânea. Uma cidade que foi demolida pela ganância imobiliária e ficou sem capital para a reconstrução* (Souza, 1994: 11).

A cidade estava passando por mudanças significativas em sua estrutura, o que remete à compreensão de que ela reconstituía-se para atender as novas necessidades, porém, nesse processo, não se identificam projetos visando as perspectivas da festa, do lazer e do prazer na cidade.

Mas a Manaus retratada aqui é aquela dos olhos dos poetas, das avenidas percorridas pelas multidões em busca de contemplação do novo e talvez do belo, das praças arborizadas que serviam como abrigo para homens, mulheres, jovens e crianças, das artérias que abrigavam a quantidade de automóveis compatível com sua dimensão. Enfim, a Manaus menos frenética e mais aconchegante, segundo os dizeres dos romancistas. Entretanto, não se trata da cidade romantizada, idílica, vivendo em harmonia social, mas aquela que não havia atravessado o caminho do crescimento industrial.

Thiago de Mello aborda, em sua obra *Manaus, amor e memória*, título bem sugestivo, a temática urbana, descrevendo o jeito que tinha a cidade, em períodos anteriores aos anos 50 e 60, mas aproximando-se dessas datas. Sua crônica

> *...pretende, guiada pelo alfabeto do amor e da memória, trazer um testemunho da vida que em Manaus se levava ou do jeito de viver que tinha a cidade, num breve e determinado período histórico, que*

abrange duas décadas deste século, a de 30 e a de 40. Verdade que de vez em quando penetra em acontecimentos dos anos 50, como, por exemplo, aliás luminoso, a fundação do Clube da Madrugada, ...cuja sede é uma praça pública... (Mello, 1984: 20).

Nos anos 60, Manaus cultivava essa característica de cidade com pouca movimentação urbana. A esta constatação chegamos através de Narciso Lobo, em *A Tônica da Descontinuidade,* que delimita seu estudo aos anos sessenta e descreve a cidade de Manaus como tranqüila, com comportamento humano relativamente harmonioso.

Em Thiago de Mello, Manaus é vista como a cidade do possível, momento em que aos homens restava tempo e a vida poderia ser percebida como menos agitada e mais solidária:

Antes de tudo, era um tempo de tempo. Um tempo em que o tempo dava. Dava e ainda sobrava, para o que desse e viesse. ...o tempo de cada dia dava de sobra para que todas as coisas fossem feitas, cada coisa no seu tempo, sem afobação nem correria. A vida era maneira e permitia que as pessoas soubessem fazer e o que fazer do seu próprio tempo.
Falta-de-tempo foi coisa que jamais serviu de pretexto para que as pessoas deixassem de fazer o que o coração pedia. Ou de atender os afazeres de obrigação. Nem foi nunca desculpa para a falta de amor. De resto, não havia pressa. Os homens tinham um andar vagaroso, era macio o caminhar das moças. É verdade que de vez em quando a gente perdia o bonde. Mas, ao contrário do poema de Drummond, ninguém chegava a perder a esperança (Mello, 1984: 33).

Narciso Lobo em *A Tônica da Descontinuidade,* à sua maneira, não menos poética, identifica a Manaus daquela época como a cidade que

...não vivia mais a mitologia dos tempos da borracha, com a história de acender charuto em notas de cem mil-réis. O papo de 'ouro-negro' já era; os arrivistas mais espertos já haviam abandonado a região apressadamente. Ficaram os que não puderam sair

Biblioteca Pública do Amazonas

e mais aqueles que optaram por ficar. Manaus, nestes anos sessenta, até meados da década, foi uma cidade morna e provinciana, esquecida no coração da floresta amazônica (Lobo, 1994: 11).

Os homens descritos nas décadas mencionadas transmitem a idéia de que usavam bem o tempo, tinham a habilidade e a possibilidade de administrá-lo a seu favor. Logo, sua administração pode ser vista como um elemento que possibilitava a realização dos eventos proporcionadores das sociabilidades entre as vizinhanças e nos lugares públicos. Porém, novas tarefas foram criadas retirando essa possibilidade. Manaus foi identificada como uma cidade provinciana e, portanto, desarticulada da relação direta com a produção industrial que estabelece novos critérios dentro de novas racionalidades para a vida na cidade. Para Ana Fani A. Carlos, que reflete sobre a relação do homem com as mudanças que estão ocorrendo na sociedade industrial,

> *...o cidadão está preso ao universo da necessidade, num conflito repetitivo, submetido à banalização do sentido humano. Não é à toa que a modernidade põe fim à* flânerie, *pois as transformações no processo de produção coloca-nos diante de uma nova noção de tempo, imposto pela ciência e pela técnica... As metrópoles se transformam em imagens aguçando o sentido da visão em detrimento daquele da audição* (Carlos, 1996: 63-4).

A cidade de Manaus, dos anos 30 aos 60, pode ser captada como sendo menos agitada. Mas, após a segunda metade da década de sessenta, a cidade foi agitada por grandes mudanças, deixando de ser morna e lenta, transformando-se ou sendo transformada. Os bondes já não funcionavam e em seu lugar novas máquinas mais velozes foram postas. O tempo começava a tornar-se escasso, ou o homem foi subordinado a ele, deixando de dominá-lo para ser dominado. O que os memorialistas, como Jefferson Péres, nos dizem é que, neste período, final da década de 60, ocorreu "...um processo de transformação tão rápido e tão notável..., a partir da implantação da Zona Franca, com a modificação de toda a estrutura em que outrora repousava a tranqüila e ordeira cidade" (Péres, 1984: 15).

Os dados demográficos correspondentes a um pouco antes, durante e depois da implantação da Zona Franca de Manaus, que simbolizou concretamente sua relação com a nova organização internacional do capital e do trabalho, são enunciadores do aumento populacional que ocorreu no Estado do Amazonas, e principalmente em Manaus, porém esse fator não é o responsável pela desestruturação das manifestações culturais que nela ocorriam, pois o problema não está no homem em si, mas na forma como ele foi inserido nesse universo da cidade com dimensão industrial sem infra-estrutura urbana capaz de receber os novos manauaras, que estavam se tornando expressivos do ponto de vista populacional, conforme os dados abaixo:

POPULAÇÃO RESIDENTE NO AMAZONAS – MANAUS

Ano	População do Amazonas	População de Manaus	Mao/AM: %
1900	249.756 (1)	50.300 (5)	20,1
1920	363.166 (1)	75.704 (5)	20,8
1940	438.008 (1)	106.399 (5)	24,3
1950	514.099 (1)	139.620 (1)	27,1
1960	714.774 (2)	173.703 (2)	24,3
1970	960.934 (3)	314.197 (3)	32,6
1980	1.430.089 (4)	633.392 (4)	44,2

Fonte:

(1) IBGE, *Censo Demográfico*, 1950.

(2) IBGE, *Censo Demográfico,* 1960.

(3) IBGE, *Censo Demográfico,* 1970.

(4) IBGE, *Censo Demográfico,* 1980.

(5) IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980.

POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE MANAUS COM DISTRIBUIÇÃO POR ZONAS

Ano	Urbana	Suburbana	Rural	Urb.%	Sub.%	Rur.%	Total
1950	51.328	38.566	49.726	37,0	27,0	36,0	139.620 (1)
1960	58.005	94.427	21.271	33,5	54,5	12,0	173.703 (2)
1970	286.083	_	28.114	91,0	–	9,0	314.197 (3)
1980	611.763	–	21.629	96,5	–	4,5	633.392 (4)

Fonte:
(1) IBGE, *Censo Demográfico*, 1950.
(2) IBGE, *Censo Demográfico*, 1960.
(3) IBGE, *Censo Demográfico*, 1970.
(4) IBGE, *Censo Demográfico*, 1980.

Até os anos 60, os números demonstram um certo equilíbrio populacional entre as zonas urbana, suburbana e rural, mas a partir da década de 70, a zona urbana passa a representar a área com maior concentração populacional de Manaus.

Para quem viveu e presenciou as mudanças, sabe descrever os detalhes, as datas e até os nomes populares dos meios de transporte existentes em Manaus, anteriores às grandes transformações, conduzindo-nos à idéia de que a cidade reluz na memória dessas pessoas que a viveram e se identificaram com ela. Muitas vezes, essas descrições são seguidas de comparação entre a cidade de antes e a cidade de depois da segunda metade dos anos sessenta. Essas alterações estão registradas na literatura local e mantiveram parte da história da cidade preservada do esquecimento completo e proporcionando, às novas gerações, o conhecimento de que nesta cidade, um dia, os bondes circulavam pelas avenidas e ruas despertando a curiosidade do povo, momento em que os seus usuários atribuíram-lhes adjetivos que carinhosamente foram personalizando esses coletivos. Em 1940, começaram a ser desativados. "Foi quando surgiram os primeiros ônibus na cidade. Eram carros improvisados, toscos, com carroçarias de madeira, construídas aqui mesmo, e eram tão raros que chegavam a ser individualizados por nomes próprios, como Pirata da

Perna de Pau e Periquito da Madame, marchinhas carnavalescas em voga. Depois surgiu um de melhor acabamento, o Zepelin, em forma de dirigível, que fez enorme sucesso por sua aparência exótica" (Péres, 1984: 27).

Há quem diga que a Manaus daquele tempo tinha outra configuração social, preservando os laços de amizade, solidariedade, dentre outros mais afetivos. Etelvina Garcia dá seu testemunho:

> *Manaus era pouco mais do que uma grande família, cultivando as relações de boa vizinhança com um acentuado sentido de fraternidade e solidariedade...*
> *Tínhamos um capital humano significativo, que nos permitia, entre outros indicadores, manter um sistema de ensino público de 1.º e 2.º graus bem estruturado e criar uma universidade pela segunda vez* (Garcia, *A Crítica*, 28 de fevereiro de 1999, p. A-5).

A cidade está apresentada com uma certa dose de harmonia social, porém não se pode generalizar essa pensamento e tomá-lo como uma realidade absoluta em Manaus, pois os problemas sociais eram palpitantes, como a falta de escolas para as crianças, de assistência médica, como veremos no terceiro capítulo.

Mas a cidade de Manaus conseguiu imprimir sua marca na memória dos que viveram os períodos que antecederam as grandes mudanças, talvez por ter marcado a vida das pessoas que fizeram dos locais públicos e particulares referências para determinados tipos de encontros coletivos. Ou porque viveram sua juventude em espaços socialmente construídos. Espaços que estão relacionados e identificados como coresponsáveis pelos momentos de prazer e de realização pessoal. Ou que, por outras razões, são incorporados pela memória a fim de dar sentido ao pensamento. Belmiro Vianez, em estilo nostálgico, descreve a Manaus do passado através de diversos pontos da cidade, referências para os manauaras envolvidos com os eventos públicos e culturais:

> *Navios do Lóide nas noites de despedidas. Lenços brancos como gaivotas, a Banda de Música, as namoradas da véspera, as juras e as lágrimas da hipocrisia. A 'Academia do Pina' orvalha Prantos de Saudades.*

Av. Eduardo Ribeiro com ônibus. Cartão-postal dos anos 50. *A favorita*.

Zepelin circulando pela 7 de Setembro. Cartão-postal dos anos 50. *A favorita*.

Olha quem vai passando... Reparaste quem é? É o velho Vasco do Guarany com o coração pulsando crianças. Lembras-te? Ali era o 'Guarany' alegrando a praça com o seu 'auto-falante'. O Orlando Silva cantando 'Rosa', o Carlos Galhardo com 'Boneca de Vitrine', o Gilberto Alves com a 'Sicília' para 'estourar' no carnaval, o Nelson Gonçalves com a 'Deusa do Maracan', e o velho Sílvio Caldas com 'Cabelos Brancos Cor de Prata' que eram feitos de 'Serenata', lembras-te? Era este o nosso tempo. E hoje? Tempo estúpido de gente estúpida que fecha o 'Politeama' e o 'Guarany' trocando por dinheiro.

Não há mais respeito ao passado e a nada, só ao dinheiro. Tudo acabou, até a vergonha de quem nunca teve vergonha (Vianez, *A Crítica*, 16 e 17 de maio de 1999, p. C-7).

Do depoimento de Vianez não se pode negar sua preferência por um tipo de cidade, mas, independentemente dessa conotação preferencial, é possível perceber dois momentos da cidade de Manaus, o anterior e o posterior à Zona Franca e como esse marco foi representativo na reinvenção da relação do homem com sua cidade.

A cidade de Manaus mantinha, segundo os depoimentos, a característica da coletividade, do reconhecimento de que os espaços freqüentados pelas pessoas eram constituídos de sentimentos, prazer, afetividade, guardados na intimidade de parte dos habitantes de outrora. Ontem, talvez, tenha sido lugar de um certo tipo de sociabilidade, do reconhecimento entre os grupos, ao contrário do anonimato, da transformação ou diluição dos grupos em multidão, ofuscando o reconhecimento entre os habitantes da cidade, do cidadão.

Talvez sejam esses elementos – a relação de identificação do homem com os espaços da cidade – os responsáveis pela sedimentação daquele tipo de cidade na memória das pessoas que viveram e transformaram os espaços físicos freqüentados em espaços sagrados, da realização dos rituais coletivos de sociabilidade. As ruas não apenas serviam para o tráfego dos carros e para o de mercadorias nas calçadas, eram também fontes de crônicas escritas que denotam sua importância para a vida social. João Nogueira da Mata descreve com detalhes a função social da Avenida

Eduardo Ribeiro, comparando-a às grandes avenidas existentes no país, como as do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife.

> *Nós amazonenses, embora em condições modestas, contamos igualmente com alguns pontos pitorescos, com avenidas e ruas, praças e jardins. Pontos com aspectos interessantes e de gloriosas tradições. ...a Praça da Matriz, a Avenida Eduardo Ribeiro, a Avenida Sete de Setembro e a Praça da Constituição, ou da Polícia, a Praça do Congresso e a Praça da Saudade, a Avenida Getúlio Vargas e a rua Joaquim Nabuco...*
> *De todas elas avulta, porém, com a responsabilidade de sala de visita de Manaus, a Avenida Eduardo Ribeiro, com trinta e sete metros de largura e considerável extensão.*
> *...é a Avenida da Justiça e da Imprensa, da Moda e do Society. Nela se encontra o Palácio 'Clovis Beviláqua'...; o edifício de* O Jornal *e* Diário da Tarde, *bem assim do* Jornal do Comércio, *este o decano da imprensa local.*
> *Os elegantes da cidade – homens e mulheres – vestem-se no Palácio da Moda, na Loja das Fábricas, na Manaus Chic, na Loja Capri, nas Alfaiatarias Avenida e Poli.*
> *Moderna e movimentada nas suaves manhãs banhadas de sol, ou nas tardes mornas, regurgita de transeuntes que lhe percorrem os passeios, quer em direção aos cinemas e aos bares, quer pelo simples prazer do* footing, *durante o qual o elemento feminino exibe os últimos modelos das costureiras da terra, ou das casas de modas do sul* (Mata, *O Jornal*, 10 de julho de 1960, p. 2).

A Avenida, nos anos 60, estava voltada para o comércio na dimensão singela dessa atividade e para a prestação de serviços, como era o caso dos jornais, e também proporcionava, através dos bares e cinemas, oportunidades de diversão, ou ainda pelo fato de possibilitar a simples caminhada. A Avenida já foi uma conjugação de atividades comerciais e administrativas e de lazer e prazer convivendo com relativa harmonia.

Além de possuir as características enunciadas, a Avenida Eduardo Ribeiro foi palco dos grandes acontecimentos envoltos na alegria e na dor, como as festas de carnaval, a escolha da representante das legítimas

expressões da beleza planiciária, Terezinha Morango, dos comícios das Revoluções de 23 de julho de 1924 e de 24 de outubro de 1930 e das paradas cívicas.

Essa via foi mais que uma simples artéria para a circulação dos bondes e, posteriormente dos ônibus. Serviu também para os grandes eventos sociais e políticos, além de ser mais uma opção de lazer, afora a Praça da Polícia. Aqui visibilizamos também a relação de identificação do homem com o espaço construído socialmente, como nas praças públicas.

André Jobim, em 1969, nove anos após a publicação da matéria jornalística de João Nogueira da Mata, ao descrever a Avenida Eduardo Ribeiro, em sua coluna *Velhos Tempos,* evidencia a intensidade das mudanças que foram ocorrendo nessa via, que

> *...se transformou em Avenida comercial, sem um bar, sem um restaurante, sem um ponto para se matar o tempo como antigamente, [pois antes havia] Leitaria Amazonas [que oferecia o] Chá das Cinco, [donde] notava-se a passagem dos primeiros carros que aqui chegaram. ...dos Drs. Costa e Vivaldo Lima, além dos carros de praça dos saudosos profissionais João Avelino, Antonico, Teixeira, Manoel Gago e João Alemão... Era a Avenida da festa, dos carnavais ruidosos e das passeatas políticas. Dos bares 'O Leão de Ouro', do 'Ponto Chic', da 'Casa de Shopp', de Maximino Corrêa, do 'Bar Avenida', do 'Bar Xpto', da farmácia 'Studart', do Restaurante 'Lauro Sodré' e do 'Café da Paz'... Foi a Avenida dos carros de luxo, puxados a cavalos, dos bondes que desfilavam para a Cachoeirinha, Circular, da Saudade e da Vila Municipal; dos corsos carnavalescos onde os carros alegóricos chamavam atenção e faziam a festa dos três dias, da batalha de confete e de lança-perfume... Tudo isso passou, nada mais se vê, senão os movimentos dos cinemas Avenida e Odeon, no mais, vitrines cheias de eletrodomésticos e algumas novidades da Zona 'Cara' de Manaus* (Jobim, *O Jornal*, 5 de janeiro de1969, p. 16).

Apesar de evidenciar em sua abordagem um certo tom de ressentimento e nostalgia, Jobim consegue descrever as mudanças implementadas nesta avenida com o advento da Zona Franca de Manaus, que

destituiu os lugares de referência para os encontros coletivos, transformando-os em vitrines dos novos produtos manufaturados, redefinindo ou inserindo nova configuração para a cidade que atendesse às novas necessidades criadas pelo surgimento das mudanças econômicas que estavam se processando no final da década de sessenta em Manaus. Ela deixou de conviver com a festa e o comércio para ser quase integralmente a Avenida das atividades comerciais do final da década de sessenta.

Diante dessa nova cidade e da nova avenida, retomamos Ana Fani A. Carlos para o diálogo sobre as mudanças que se processaram no lugar, visto que para os casos analisados havia relação de reconhecimento entre os participantes e o lugares:

> *Repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída pelo plano do mundial faz com que, hoje, a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é, de sua situação específica. Assim a situação muda na trama relativa das relações que ele estabelece com os outros lugares no processo em curso da globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização* (Carlos, 1996: 28).

A inteligibilidade do lugar, então, passa a depender da relação do local com o global, na perspectiva da mundialização, como aponta Fani, isto porque o mundo se produz e reproduz na relação dos lugares globalizados, porém esse mundo sofre um processo de fragmentação através da sua forma de apropriação para o trabalho, lazer, para o morar, para o consumo. Dentro dessa perspectiva do lugar, Manaus passava, mais uma vez, pelo processo de integração ao mundo da produção, agora com a instalação de linhas de montagem e consumo de produtos tecnológicos mundializados, que proporcionou a redefinição do lugar.

Ediney Azancoth, professor de História, ator teatral aposentado e escritor, em depoimento, caracteriza a cidade de Manaus, de antes do final da década de sessenta, como uma cidade onde andar nas calçadas e artérias não provocava pavor e perigo:

Na Av. Eduardo Ribeiro, às vezes as pessoas, dia de sábado de manhã, desciam e faziam ponto nas proximidades da rua Henrique Martins. Quer dizer, Manaus era uma cidade que não tinha outras grandes opções, a não ser os balneários nos dias de domingo. Era uma cidade pobre, porém não havia miséria, você conhecia as pessoas que pediam nas ruas. Tinha um ceguinho que pedia na bilheteria do Guarany, sempre assim. Eu não via menino de rua, essas 'gangues', essas coisas não existiam. Tinha pobreza. Mas a pobreza era os bairros de São Raimundo, de Cachoeirinha. Não existiam os favelões que existem hoje. A Praça da Polícia, dia de domingo, até entrando nos anos sessenta, acho que depois de 64 não mais, mas até 62, dia de domingo, tinha o coreto, a banda da polícia, a praça era toda volteada por benjamins, uns colados aos outros, faziam sombra. Então, lá pelas cinco horas, as pessoas se deslocavam para lá. As moças e rapazes ficavam rodeando a praça o tempo todo. Dando voltas e mais voltas. Isso todos os domingos. Fora isso, nós não tínhamos outra alternativa de diversões (Ediney Azancoth, junho de 1999).

A diversão, a segurança, o lazer e a pobreza sem a miséria estão presentes na fala de todos e sobretudo no espaço da cidade que escolhemos para nossa reflexão – a Praça da Polícia nos anos 50 e 60. Hoje, podemos identificar esses mesmos elementos (a diversão, a segurança, o lazer, e a pobreza sem a miséria) dentro dos *shoppings centers* com o acréscimo do consumo em outra escala, estabelecido pela redefinição dos gostos, pelas etiquetas dos produtos da moda expostos nas vitrines. O lugar público, da circulação de pessoas, foi reinventado, seguindo a lógica do consumo de bens materiais e simbólicos. A praça não é apenas um espaço da "ociosidade", das conversas para "matar" o tempo. Na reinvenção do espaço público dentro dos *shoppings,* a praça é também de alimentação e das trocas de idéias. Portanto, a senha para o uso das mesas dispostas dentro dos *Shoppings* deve ser o consumo dos produtos lá oferecidos, do contrário os ocupantes das mesas estarão fora do padrão e da finalidade da praça recriada na perspectiva da racionalidade do consumo.

Isso é o que Ana Fani A. Carlos denomina de disposição desigual dos lugares da cidade, dos centros de decisão aos centros comerciais, apon-

tando: "...para a constituição de uma identidade cultural abstrata, determinada pela sociedade de consumo, que marca a relação entre as pessoas medida pela mercadoria, como é o caso dos *shopping centers* que se transformam em imensas áreas privadas e normatizadas de lazer para população de alto poder aquisitivo, seguras e assépticas, mas que determinam comportamentos, relacionamentos e a fama do lugar, criando uma identidade espacial" (Carlos, 1996: 79).

As mudanças não aconteceram apenas no plano da produção e do comércio, mas também no plano da vida dos homens da cidade e dos homens que vieram para a cidade, reelaborando os valores e as relações sociais.

A cidade de Manaus não havia passado por mudanças que dessem origem aos grandes centros comerciais, pois do ponto de vista econômico, segundo Aloysio Nogueira, professor de História da Universidade do Amazonas, Manaus estava atravessando um processo de decadência acentuada do extrativismo, que representara uma das atividades econômicas mais importantes para o Estado.

> *Mas não havia dúvida de que os produtos de natureza extrativa eram bastante comercializados e estabelecia-se, ainda aqui, o comércio com o interior. O comércio local importava do Sul uma série de utensílios domésticos, enfim, tudo o que a indústria nacional oferecia à época. Mas temos de ressaltar também que nesse período de 50 que vai até 54, a crise foi violenta, inclusive na própria organização governamental do Estado do Amazonas, onde os funcionários públicos tiveram seus salários atrasados durante vários meses. A população do Amazonas estava concentrada no interior... O comércio era, talvez, a atividade econômica mais importante. A sociedade estava representada por comerciantes, funcionários das agências bancárias, por exemplo: o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal eram referências para emprego. Ou seja, ser bancário e funcionário público federal era um* status *bastante significativo para todos aqueles que estudavam. E a Faculdade de Direito era referência de todos aqueles que estudavam e eram de famílias mais abastadas. Ou iam fazer medicina em Salvador, que era um ponto de referência para o estudo da medicina na época.*

Os filhos dos comerciantes, daqueles que tinham as condições econômicas mais elevadas, estudavam em escolas públicas, porque realmente, nesse período, décadas de 50 e 60, fundamentalmente as escolas públicas representavam e respondiam aos anseios dessas camadas sociais (Aloysio Nogueira, dezembro de 1998).

Enfim, Manaus, com sua atividade econômica voltada para o comércio e com poucas oportunidades de emprego, foi vista como uma cidade pouco movimentada. Momento em que o espírito do trabalho, visando a riqueza material da aristocracia gomífera, havia passado. No mundo do trabalho, em Manaus,

Não há, verdadeiramente, um balizamento marcante, uma fronteira de atividades no trabalho, excetuando-se o caso do 'Curro' em São Raimundo, o da 'Usina de juta' em Educandos, etc. Os demais bairros vivem dos mesmos trabalhos. Se são fronteiriços à água, estão os peixeiros, nos demais vemos: – olarias, serrarias, usina de beneficiamento de borracha, de castanha. Quebra essa monotonia o caso da usina de timbó, em Cachoeirinha, o cortume, em São Raimundo, pau-rosa em Educandos (Emboca).
As outras atividades são, nesses bairros: barbearias, marcenarias, ferrarias, mercearias, pequenas lojas, botecos, quitandas, carvão, costureiras, lavadeiras, engomadeiras, domésticas, operários, comerciários, vendedores ambulantes (Araújo, 1974: 186).

Com estrutura social disposta em torno de estrangeiros comerciantes e de pessoas ligadas aos poderes do Estado, exercendo cargos públicos, e finalmente de profissionais liberais, conforme identifica o autor de *Sociologia de Manaus*, André Araújo, a cidade de Manaus tinha adquirido sua personalidade:

Existem diversas órbitas de prestígio: as altas autoridades, estando em primeiro lugar, o Executivo, o Exército, o Judiciário, o Legislativo; o alto capitalismo israelita, português, sírio, nacional; senadores, deputados federais, secretários de Estado, o prefeito, o clero, chefes de cargos públicos federais, estaduais; maçonaria, a 'alta sociedade' com clubes como o 'Ideal Clube', o 'Rio Negro';

uma aristocracia mental composta de publicistas, escritores, poetas, jornalistas, líderes políticos, estudantes, funcionários (Araújo, 1974: 221).

A cidade voltaria a ser novamente agitada, do ponto de vista do aumento populacional e econômico relacionado à indústria, somente a partir dos últimos dois anos da década de sessenta, com a implantação da Zona Franca de Manaus. Porém, manteve uma vida cultural ativa, conforme os depoimentos dos entrevistados e as informações sobre cinemas apresentadas por Selda Vale da Costa, em *Eldorado das Ilusões* (1997), que identifica, desde as primeiras décadas em Manaus, uma intensa predileção da população por essa arte/divertimento. André Araújo, apesar de não citar o período estudado, também reconhece o poder desse novo invento cultural: "O cinema, desde muito cedo, foi uma das forças sociais mais poderosas de todos os tempos. Impressiona, atrai, excita à imitação ..." (1974: 272). E chega a citar o número de cinéfilos no final de semana em Manaus:

DOMINGOS, SESSÕES DAS 9 ÀS 20H

Cinemas	Bilheteria
Politeama	2.009 pessoas
Odeon	1.256 pessoas
Avenida	1.896 pessoas
Éden	1.647 pessoas
Guarany	1.888 pessoas
S. Raimundo	357 pessoas
Educandos	409 pessoas
Popular	109 pessoas
Total	9.468 espectadores

Fonte: Araújo, 1974: 273.

São dados que demonstram a movimentação cultural em Manaus, mesmo com o declínio da produção gomífera, do extrativismo vegetal e

animal e anterior à implantação da Zona Franca de Manaus. Essa cidade, portanto, na passagem da década de 50 para a de 60, viveu momentos díspares em diversos aspectos de sua história. Uma cidade pacata que foi introduzida diretamente na racionalidade capitalista industrial, deixada exposta à sorte, saindo da atitude de "matar o tempo" para administração voltada para a produtividade.

Finalmente, a cidade, mesmo modificada, é revivida em Alencar e Silva, através de sua crônica *A Rua,* que descreve com detalhes retidos na memória os momentos vividos coletivamente:

A RUA

Alencar e Silva

Outra é agora a rua da infância. Difícil reconhecê-la. Fachadas modificaram-se (e com elas os seus habitantes) e novas estruturas se ergueram sobre os prédios e nas áreas de chão limpo. E veio o asfalto. E outras criaturas subiram à cena, enquanto muitas outras sumiram no mundo – e do mundo.

Foi lentamente que voltei a pisar o seu chão. Lentamente. Como quem procura e vai achando: em cada ângulo, em cada porta, em cada janela, em cada um dos objetos que compõem a rua surpreendendo ressurreições e lembranças.

Mesmo os postes recordam história e subitamente ressurgem de sob as massas de concreto que os substituíram, esguios e negros subindo para o alto. Contra um deles, nos lances de uma "pelada", meu amigo Hygino fraturara a clavícula. Com apoio naquele outro foi que aplicaram poderosa 'gravata' em Caboclo-Paulo, os olhos na face escura crescendo enormemente brancos. Depois, foi a correria, a turma se escondendo. Juro que não fui eu, diziam todos, entrando em casa com cara de Menino-Jesus.

Os apelidos, vindo dos porões e do ar, voltam de novo aos meus ouvidos. E fixam-se num alvoroço de asas na memória. Tuninho, Pepira, Ganso, Mais-Um, Curica (o das brigas memoráveis), Antônio-Portuga,

Gigi, Paulo-Segredo, Bodinho... E mais uma vez a rua os devolve aos porões. Seus rostos por trás do tempo. Caras de Menino-Jesus.

Lembro também os adultos, os velhos e as moças, a viúva dona Guida, por quem meu irmão, criança, se apaixonara. O vendedor de sorvetes, o doceiro, Jaú (hoje cego), com panelão de munguzá à cabeça e seu pregão estridente cindindo à noite.

Como no poema de Bandeira, tudo ali parecia impregnado de eternidade. E era ali também a casa do meu avô, o velho surgindo à janela com seu modo ruidoso de escarrar.

Efetivamente, outra então era a rua, centro do universo, mundo que, de repente, encolheu e nele não coube mais sua humanidade.

(*O Jornal*, 8 de janeiro de 1967, p. 13)

CIDADE, ESPAÇO DA MODERNIDADE

A cidade assume várias definições que envolvem questões de natureza econômica, política, administrativa e social, conforme demonstra Max Weber em "Conceito e Categoria da Cidade", publicada na coletânea *O Fenômeno Urbano* (1979). Sua argumentação nos conduziu também nessa discussão acerca da definição de cidade.

Várias possibilidades são postas visando identificar como se compõe uma cidade. Em alguns casos, ela tem início em função de uma atividade econômica, seja através da instalação de uma indústria, originando a cidade industrial, seja através do desenvolvimento de uma atividade comercial, originando a cidade comercial, ou ainda, a cidade administrativa. Pode ser também através da constituição de um aglomerado de pessoas em busca de proteção militar de um rei, caso vislumbrado principalmente na Idade Média. Mas, até o momento, nos dedicamos a pensar a cidade como um fenômeno relativo ao espaço urbano, com a produção voltada para os grandes centros comerciais ou que atenda aos interesses de uma coletividade dos grandes aglomerados de casas. Na compreensão de Max Weber, a cidade está para além de uma associação de casas e o desenvolvimento de atividades econômicas:

O fato de a cidade ser não só um conjunto de casas, mas também uma associação econômica com propriedade territorial própria, com economia de receitas e despesas, não a diferencia da aldeia, que conhece as mesmas coisas, ainda que qualitativamente a diferença possa ser muito grande (Weber, 1979: 75).

Weber chama a atenção para a necessidade de se compreender o conceito de cidade para além da perspectiva da economia, do aglomerado de casas, da função administrativa. Evidentemente que esses atos são praticados apenas por homens e, nesse sentido, a dimensão humana está presente nessas manifestações. Mas, como aponta Giulio Carlo Argan: "A cidade não é feita de pedras, mas de homens. São os homens que atribuem valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou os literatos... De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade..." (1995: 228).

A cidade, então, passa a ser constituída de elementos políticos, administrativos, econômicos e dos significados atribuídos pelos arqueólogos e literatos, todos realizados por homens. Nesse sentido, sua criação se dá em função das atividades desenvolvidas pelos homens. Seu reconhecimento não ocorre apenas em virtude do valor atribuído por grupos e estudiosos, mas pela coletividade. Logo, são as pessoas em comunidade as responsáveis pelos toques finais na sua constituição.

Porém, a escolha de referências espaciais para a constituição de uma cidade pode ocorrer em função da disponibilidade de recursos naturais, ou em virtude da existência de pontos estratégicos para a administração e a prática da função política, como fatores aglutinadores da presença humana em determinado perímetro geográfico.

Essas são definições mais gerais e importantes para a compreensão do surgimento da cidade, porém buscamos, sobretudo, identificar os toques humanos que modelaram a cidade, presentes nos significados das praças, das ruas, das avenidas, das casas e espaços mais freqüentados por seus moradores que estabeleceram relação de identificação com esses lugares e os utilizaram como referências para seus encontros.

Por isso, não podemos dizer que a cidade deve ser apenas compreendida a partir dos olhares e anotações dos arquitetos e dos urbanistas, pois ela possui sua complexidade, suas nuanças que nem sempre são

percebidas por olhares isolados. É necessário descortinar o aparente para ver o que se põe por trás das fachadas, por trás das avenidas aparentemente belas, das grandes construções para atividades comerciais, residenciais, de lazer. É necessário, sobretudo, situar o homem dentro do contexto das grandes transformações da cidade, com objetivo de procurar compreender o que está para além do aparente na cidade. Para esse caminhar pela cidade recorremos às orientações de Walter Benjamin, Edgar Allan Poe e Marshall Berman, estudiosos das cidades transformadas e transformantes dos homens.

Walter Benjamin, ao iniciar seu estudo sobre as mudanças na cidade de Paris no final do século XIX, aborda o conceito de modernidade, pois este é o momento em que ocorrem as grandes mudanças tanto no aspecto físico quanto humano dos habitantes da cidade. A modernidade será aqui entendida como relacionada ao processo de industrialização capitalista que traz consigo o desenvolvimento urbano, as técnicas de reprodução e produção literária.

Benjamin faz seu estudo das transformações na cidade tomando como referência a época de Baudelaire como sinônimo de modernidade. Ele vai deter-se no surgimento das galerias, na primeira metade do século XIX, como fruto do aumento da atividade comercial têxtil, momento em que ocorreram as edificações dos grandes centros comerciais de artigos de luxo que atrelaram a arte às suas necessidades de decoração. *Os contemporâneos não se cansam de admirá-las,* nos assegura Benjamin (1991a: 31). Isto porque os materiais utilizados, vidro na cobertura, mármore no piso e a forma de iluminação, proporcionavam o embelezamento das lojas, levando, talvez, os freqüentadores ao estado de hipnose. A esta nova forma de construção ocorreu também a incorporação da pintura, sendo que sua utilização segue o estilo do panorama, do embelezamento das fachadas das galerias. A arte caminha a passos largos, para atender às necessidades das técnicas de construção. Esse parece ser o momento em que o artista e sua obra estão submergindo ao mercado e lentamente caminham para o processo de transformação de artista/obra para mercadoria/mercadoria à disposição do mercado. Podemos, então, dizer que o homem está percorrendo o caminho da mercadorização.

Baudelaire, a quem Benjamin recorre para compreender as mudanças que estão se processando na cidade, resiste às transformações

proporcionadas pelas grandes construções, principalmente o novo estilo das galerias que representa o desenvolvimento do capitalismo, salientando que *tudo para mim se torna alegoria* (Benjamin, 1991a: 38) e, portanto, objeto da poesia lírica. Em "Baudelaire" temos, então, o olhar que vai além do aparente, que perpassa a cidade. O olhar do estranhamento. "É o olhar do *flâneur*, cuja forma de vida envolve com um halo reconciliador a desconsolada forma de vida moderna do homem da cidade grande" (Benjamin, 1991a: 39).

Quando Benjamin aponta a relevância da poesia de Baudelaire para a compreensão da cidade dentro do contexto das transformações de Paris do século XIX, sugere uma proposta metodológica de trabalho, ou seja, identifica a importância da literatura para a compreensão da cidade e das mudanças que estão ocorrendo. Daí a presença nesta pesquisa de literatos que recriaram Manaus, seja através da prosa ou da poesia. Mas Benjamin vai além desta indicação e propõe também o flanar pela cidade como um mecanismo de perceber e sentir as mudanças. Aqui o flanar não está posto no sentido do passear ociosamente, mas como uma técnica de observação e, sobretudo, de pesquisa.

Por isso, o *flâneur* de Benjamin não se reconhece como admirador da burguesia nem tampouco como homem da cidade grande. *Nenhuma delas ainda o subjugou... Ele busca seu asilo na multidão* (1991a: 39). O *flâneur*, com sua capacidade de distanciamento das transformações urbanas e da burguesia, passa a possuir habilidades ou condições de interpretação para identificar as condições a que estão sendo submetidos os homens com a chamada modernidade. Essa habilidade foi a de um homem que lutou e venceu o processo de alienação.

Edgar Allan Poe, em seu conto "O Homem da Multidão", descreve, através do seu personagem central, os tipos sociais existentes na multidão das cidades que passaram pelo processo de industrialização. Eram, sem dúvida, fidalgos, comerciantes, procuradores, negociantes, agiotas, "homens ociosos e homens atarefados" (Poe, 1958: 237). Uma multidão de pessoas caminhando nos mais diversos sentidos, conversando consigo mesmas, acotovelando-se e ao mesmo tempo desculpando-se mutuamente. Vivendo momentos de coletividade enquanto multidão, mas agindo com espírito individual, sem expressar afetividade ou solidariedade. Na multidão, os homens são frios, preocupados apenas com seus afazeres indi-

viduais. No meio da multidão, Poe encontra um homem que foge ao padrão frenético das demais pessoas. Ele desperta a atenção do narrador pela forma de caminhar entre a multidão sem a ela pertencer, pois possui maneiras distintas de comportamento. Ele está na multidão, mas não é da multidão, isto porque seus atos, suas caminhadas, suas observações denotam uma forma de resistência às mudanças do espaço urbano. Percorre os mais diversos locais da cidade. Passa pela praça iluminada a gás, pelas vitrines que apresentam os artigos luxuosos, caminha na grande avenida até alcançar os locais antigos dos grandes casarões corroídos pelo tempo, onde estão os "...palácios do demônio álcool" (Poe, 1958: 242). O homem da multidão consegue percorrer os diversos locais, dos mais belos, das luzes, das vitrines, da magia aos locais sombrios, da penumbra, dos casarões antigos, sem se identificar com eles, sem fazer uma escolha entre o belo e o sombrio. Todavia "...retoma seu caminho em direção à metrópole..." (Poe, 1958; 243), misturando-se à multidão.

O homem da multidão domina a geografia da cidade, caminha, desloca-se em todos os sentidos. Não está perdido na cidade, mas não encontra na cidade o elemento acolhedor, o elemento humanizador. A cidade está para ele como uma grande selva de homens, de luzes, de *vitrines*, das grandes ruas. Estrategicamente planejada para o consumo de produtos. Assim se transforma a Paris do século XIX de *Haussmann*. O homem da multidão parece ter consciência do caráter desumanizador da grande metrópole, que exige a auto-afirmação da individualidade como uma espécie de mecanismo de subsistência humana. O conceito de progresso aparece, então, como o grande dilema da humanidade.

Walter Benjamin, analisando o comportamento da multidão, chegou à conclusão de que, na grande cidade, cada um busca afirmar imperiosamente os seus interesses, isto porque: "...cada um é um desconhecido para todos os demais e, por isso, não precisa envergonhar-se na frente de ninguém" (Benjamin, 1991b: 69). Aqui, a massa é o elemento coletivo que assegura a individualidade das pessoas que a compõem. O *flâneur*, homem dessa massa e da multidão é, tanto em Benjamin quanto em Poe, o detetive que consegue identificar e refletir sobre as mudanças que estão ocorrendo. E a "...*flânerie* é o que lhe dá a melhor chance" (Benjamin, 1991b: 70) para exercer sua atividade de observador.

O *flâneur*, na medida em que a multidão cresce ao ponto de impossibilitar a circulação e a contemplação da cidade, passa, gradativamente, a ser expropriado da cidade como abrigo e espaço de observação, refugiando-se, então, nos cafés e nas casas comerciais. "A casa comercial é a última grande brincadeira do *flâneur*... Ele ia de uma prateleira à outra, sem comprar nada; como que distanciado, ele contempla as mercadorias" (Benjamin, 1991b: 82).

Agora, o *flâneur* está mais próximo do personagem de Poe, pois está partindo em retirada do seio da multidão. Isto porque o progresso industrial destruiu o laço entre ele e a multidão, que era, possivelmente, o do abrigo e da proteção.

Conviver com as mudanças da cidade grande, que transformou parte da multidão em mão-de-obra e outra em receptora dos gazes poluentes liberados pelas chaminés das indústrias transformadoras de matérias-primas, é um ato de heroísmo. "O herói é o verdadeiro sujeito da *modernité*. Isso significa que, para viver a modernidade, é preciso uma postura heróica" (Benjamin, 1991: 98).

Em Marshall Berman, o conceito de modernidade é elaborado levando em consideração os fatores material e espiritual. Não se trata de dualismo entre os dois, mas de sua fusão, da interdependência das forças materiais e espirituais para a compreensão da vida moderna e da modernidade. Neste aspecto, não há discordância entre Benjamin, Poe e Berman, pelo contrário, todos convergem na tentativa de entender a modernidade. Tanto em Berman, quanto em Benjamin, a vida moderna e a modernidade começam a ser estudadas ou compreendidas a partir do período correspondente ao progresso industrial. Momento do grande impulso na construção das galerias e dos bulevares. Este foi o momento do esplendor das construções e do suicídio de trabalhadores que não possuíam condições financeiras para sustentar sua família. A vida moderna é para Berman permeada pelo conflito entre os diversos segmentos sociais. Aqui está estabelecida a grande luta pela sobrevivência, seja dos negócios, seja do homem.

As grandes transformações da cidade de Paris correspondem à administração de Haussmann. Nesse período, segundo Berman, "...a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos" (Berman, 1986: 143). Nesta administração sur-

giram novos bulevares e conseqüentemente novos cafés. As habitações miseráveis foram removidas da área urbana da cidade para dar lugar ao empreendimento das galerias, dos cafés, da especulação fundiária, porém essa remoção não impossibilitou o retorno dos pobres, que seriam incômodos aos olhos dos freqüentadores dos cafés e talvez das galerias:

> *Enquanto se mantêm sentados e felizes, olhos nos olhos, os amantes são surpreendidos pelos olhares de outras pessoas. Uma família de pobres, vestida com andrajos – um pai de barba grisalha, um filho jovem e um bebê – pára exatamente em frente a eles e observa, embevecida, o brilhante mundo novo, lá dentro (...). Nenhuma palavra é proferida, todavia o narrador tenta ler os olhos deles. Os olhos do pai parecem dizer: 'Como isso é belo! Parece que todo o ouro do mundo foi se aninhar nessas paredes'. Os olhos do filho parecem dizer: 'Como isso é belo! Mas é um lugar que só pode ser freqüentado por pessoas que não são como nós'. Os olhos do bebê 'estavam demasiado fascinados para expressar qualquer coisa além de alegria, estupidez e intensidade'. A fascinação dos pobres não tem qualquer conotação hostil; sua visão do abismo entre os dois mundos é sofrida, não militante; não ressentida mas resignada* (Berman, 1986: 145).

As grandes construções na cidade não foram suficientemente capazes de mascarar por completo as feridas sociais da sociedade, pelo contrário, novos mecanismos surgiram para externalizar a gravidade das questões sociais dentro da cidade modernizada. Como reação a todo o processo de transformação da cidade e do homem em mercadoria, os autores apresentaram o *flâneur* como resistência sistemática e os pobres como uma espécie de denúncia social. A cidade, afinal, é ao mesmo tempo o lugar da violência, da opressão, da repressão, das desigualdades sociais, mas também espaço da liberdade, do vôo, do transcendente, do ir além do aparente. Portanto, simboliza as mudanças possibilitadoras da criação e recriação das relações sociais.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA NA PRAÇA

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA NA PRAÇA

A PRAÇA NA HISTÓRIA

> *...a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas* (Lamas, 1993: 102).

As mudanças na estrutura das praças e em suas funções não aconteceram apenas no caso local, mas vêm ocorrendo há séculos. Por isso buscamos resgatar a praça na História, identificando os momentos em que ocorreram as alterações em sua utilização como lugar de sociabilidade, contestação e liberdade.

A história da praça como lugar público está relacionada ao final do período medieval e início do Renascimento, no Ocidente, pois *Nas cidades islâmicas, a praça não existe. Quando muito, o cruzamento de ruas produz uma área mais larga no ponto de confluência. A praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados... A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa* (Lamas, 1993: 100). Portanto, faremos essa trajetória da História da praça e aportaremos na Praça da Polícia para refletir sobre esse logradouro público que ganhou mais visibilidade em função de sua transformação

em referência para os encontros dos membros do Clube da Madrugada, dos alunos do Colégio Estadual, daqueles que aguardavam a sessão para assistir filmes no Guarany, ou de quem permanecia nessa praça por outros motivos.

A praça pública entra na História como o lugar da liberdade, das possibilidades. O conceito de "público" que adjetiva a praça vem no sentido de servir para o uso de todos. Esta característica esteve presente na praça quando do seu surgimento, conforme descreve Hugo Segawa: "A praça no final da Idade Média e no Renascimento era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de 'extraterritoriedade' no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo tinha sempre aí a última palavra" (1996: 33).

O cotidiano da praça pública estabelecia o contraponto com a cultura religiosa e aristocrática do período de transição da mentalidade medieval para a chamada moderna, pois

> *A vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática: os gêneros artísticos e burgueses da praça pública estão freqüentemente tão estreitamente misturados que é por vezes difícil traçar um limite preciso entre eles. (...) A praça pública no final da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as 'tomadas de palavra' (desde as interpretações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade* (Segawa, 1996: 34).

Vale ressaltar que esse período histórico, principalmente na Idade Média, foi marcado pelo controle social rígido estabelecido e administrado pela Igreja, mas mesmo nessa circunstância a praça foi apontada como lugar de liberdade, franqueza e familiaridade.

Nesse lugar público estava garantida a presença da coletividade sem distinção social, mas nos jardins públicos, antítese das praças, que também surgiram nesse período, foram estabelecidos códigos de comportamento e nível social exigidos para a participação nesses ambientes. Essa inferência é feita com base na apreciação de Segawa quando nos aponta que:

> *Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs, os jogos sociais e sexuais – com a tácita concordância entre seus praticantes* – plaisir de la promenade, *tinha um palco magnífico nos jardins públicos* (Segawa, 1996: 46).

Na praça pública existia o direito à liberdade de participação do povo, enquanto nos jardins públicos os gestos e os códigos de participação foram estabelecidos pelos grupos sociais emergentes. Neste espaço, "a roupa era o símbolo da hierarquia social" (Segawa, 1996: 47).

Mas, de lugar eminentemente público, espaço livre, a praça sofreu algumas mudanças na sua trajetória. De lugar das festas populares, como é possível identificar, na leitura que Mikhail Bakhtin faz de Rabelais, a praça entra num processo em que os acontecimentos passam por uma espécie de controle social, pois

> *Assiste-se a um processo de redução, falsificação e empobrecimento progressivos das formas dos ritos e espetáculos carnavalescos populares. Por um lado, produz-se uma estatização da vida festiva, que passa a ser uma vida de aparato; por outro, introduz-se a festa no cotidiano, isto é, ela é relegada à vida privada, doméstica e familiar. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringem-se cada vez mais* (Bakhtin, 1996: 30).

A praça representou nesse período o lugar público por excelência, onde a participação dos homens ocorria sem o estabelecimento de normas de conduta definindo seu comportamento, que Bakhtin denominou de *concentração complexa e caótica da praça.* Em contrapartida, a aristocracia e a nobreza buscaram a "...concentração organizada e elegante do jardim. Praça pública e jardim público abrigaram, dos séculos 16 ao 18, a convivência dos opostos. Talvez o jardim como o antídoto moderno à praça medieval. O jardim como antítese da praça" (Segawa, 1996: 49).

Lucrécia Ferrara compara a praça da Idade Média com a existente na cidade industrial e chega a identificar as peculiaridades nos dois lugares em relação à configuração urbana da cidade. Afirma que

> *Na Idade Média, praça era entendida não só como o marco zero da cidade, mas sobretudo como retrato de sua vida íntima, como seu micromodelo, centro de operações e decisões; vivê-la era participar da vida urbana; na cidade industrial, a praça de antigas raízes ou não, já apresenta certo descompasso em relação à escala, à dimensão da grande metrópole, porém ainda conserva o mesmo mito, ponto nevrálgico que pretende tornar transparente a vida dos grandes centros* (Ferrara, 1986: 40).

Identificamos, então, no decorrer da história da praça um processo de remodelação de sua característica inicial, que foi a de abrigar a diversidade, caminhando para o lugar do anonimato.

Nessa mesma linha de reflexão, Otília Arantes identifica as mudanças nas praças em Camillo Sitte, urbanista que lamenta a perda do sentido estético e social da praça no século XIX, para quem "...uma praça é antes de tudo um lugar público, no sentido forte desta última palavra" (Arantes, 1993: 102-103).

Em Arantes, a transformação ocorrida na praça causou mudanças substanciais, visto que o sentido de público antes presente na praça foi paulatinamente sendo destituído. De lugar do reconhecimento coletivo, a praça transformou-se em lugar do vazio. Por isso, no diálogo com seu interlocutor, chega a conclusão de que

> *As belas praças do passado não satisfariam apenas uma exigência estética; Camillo Sitte estava convencido de que aquela disposição esteticamente exigente era antes de tudo decorrência do intuito de circunscrever um espaço próprio à vida pública... Em contrapartida, nas cidades reurbanizadas do século XIX, as praças estariam sendo substituídas por espaços pura e simplesmente exteriores, vazios residuais, impróprios para o uso coletivo. Quase sempre superdimensionados, tais espaços desérticos (por mais povoados que se apresentem) seriam responsáveis por uma nova 'doença ner-*

vosa', característica dos tempos modernos, provocada em larga medida pela ausência de pontos de referência, síndrome que Sitte passou a chamar de agorafobia (1993: 102).

A reflexão apontada por Arantes sobre a compreensão de Camillo Sitte a respeito das mudanças na função da praça é elucidadora e esclarecedora do que foi a praça pública antes do surgimento da cidade industrial, que dimensionou a estrutura urbana visando a funcionalidade da cidade para as novas necessidades impulsionadas pelo processo de industrialização.

A idéia de praça como o lugar da liberdade e criatividade é ratificada quando Arantes constata que

...as praças antigas – quer dizer, da antigüidade à Idade Média Barroca –, com sua multiplicidade de formas complexas, foram concebidas para promover a reunião da coletividade local; na praça é que ocorriam os acontecimentos mais importantes da vida em comum, ela era o lugar urbano por excelência. Por isso, acreditava Sitte, uma cidade sem praça não merecia tal designação. Uma praça 'antiga' não se resumia a um conjunto de monumentos ou de prédios oficiais, ela era uma espécie de imagem pública em que o habitante se reconhecia enquanto homem livre (1993: 103).

De homem livre a homem enclausurado, esta é a trajetória humana explícita nas análises de Arantes e Sitte a respeito das mudanças ocorridas na função das praças e das cidades com o advento da industrialização. Parece que industrialização e liberdade não se coadunam para proporcionar ao homem condições para exercer sua potencialidade criadora dentro dos logradouros públicos, pois esses lugares passaram a representar o *locus* do estranhamento, o que Sitte denominou de *agorafobia*, correspondente "...a uma mudança radical nos rumos da vida na cidade, que refluíra dos espaços públicos para os interiores, para recintos fechados" (Arantes, 1993: 103).

Poderíamos dizer, então, que o processo de modernização, aqui entendido como o desenvolvimento da produção capitalista, trouxe o estranhamento entre o homem e os lugares públicos e que, portanto, ajuda a compreender a relação do homem com a cidade.

Em Anthony Giddens, que retoma essa discussão, é possível perceber que, antes de tudo, houve um distanciamento entre o homem e a natureza, característico do fenômeno da modernidade, pois

> *O industrialismo se torna o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade. Na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza. Suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza – à disponibilidade das fontes naturais de sustento, à prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais. A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo – e, crescentemente, por toda parte – os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeito à coordenação e controle humanos* (Giddens, 1991: 66).

Giddens, ao abordar a relação homem-ambiente, destaca sua existência como uma criação humana, pois os lugares ganham visibilidade com a participação do homem como sujeito criador, porém o destaque para o *ambiente criado* vem no sentido de mostrar que a criação dos lugares públicos, mesmo sendo um ato humano, parece decorrer da necessidade de controlar as manifestações sociais que poderão ser desenvolvidas nesses ambientes.

Isso leva a tomar o fenômeno da modernidade a partir do avanço da forma capitalista de produção para o entendimento dos fatos que envolvem o homem, visto que se reflete em diversos campos de atuação da vida humana.

A modernidade impõe a necessidade de estudar o local na perspectiva do mundial, porém, sem desprezar as características sociais dos locais estudados como o elemento singular do estudo, e sem desprezar a universalidade do lugar, visto que

Biblioteca Pública do Amazonas

O lugar se tornou fantasmagórico porque as estruturas através das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente. O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados. Sentimentos de ligação íntima ou identificação com lugares ainda persistem. Mas eles mesmos estão desencaixados: não expressam apenas práticas e envolvimentos localmente baseados, mas se encontram também salpicados de influências muito mais distantes. Até a menor das lojas da vizinhança, por exemplo, pode muito bem obter suas mercadorias de todas as partes do mundo (Giddens, 1991: 110).

Com o declínio do sentido público da praça, chegamos, por fim, ao declínio do homem público, como ocorre na análise de Richard Sennett, para quem "...a natureza de uma praça pública... é a de mesclar pessoas e diversificar atividades" (1995: 26). As mudanças ocorridas nas funções das praças foram identificadas tanto em Londres quanto em Paris. O processo de reestruturação "(...) refreou a própria praça como um lugar central de uso múltiplo, reunião e observação" (1995: 77). Nessa abordagem, a praça deixou de ser um território livre para fazer parte do planejamento urbano da cidade na perspectiva da geopolítica, visando estabelecer o controle social, como está presente em Giddens e Sennett.

Poderíamos dizer que a Praça da Polícia de Manaus dos anos 50 e 60 correspondia às características de logradouro público destituído do significado de lugar da liberdade, de criação, de sociabilidade, de manifestações coletivas realizadas em público. Ou que, em Manaus, as mudanças oriundas da industrialização não haviam se estabelecido ao ponto de modificar a relação do homem com os lugares públicos freqüentados e, portanto, a Praça da Polícia ainda assumia a feição de lugar possibilitador das manifestações culturais como as que ocorreram na praça no final da Idade Média e início do Renascimento, identificada por Mikhail Bakhtin como "praça do carnaval..., da alegria coletiva da multidão popular na praça pública da cidade" (1996: 126).

Guiado por essas apreensões do que representou a praça pública na história, pretendemos refletir sobre a função da Praça da Polícia, isto porque acreditamos que ela funcionou em Manaus como um organismo vivo, responsável direto pela oxigenação da vida cultural da cidade em 50 e 60.

"Moronguetá foi festa na praça". Com este título, *O Jornal,* em 12 de novembro de 1967, fazia a cobertura de mais um evento ocorrido na Praça da Polícia. Desta vez, foi o lançamento da obra *Moronguetá – Um Decameron Indígena,* de Nunes Pereira, realizado pelo Clube da Madrugada, com a presença de intelectuais, artistas, autoridades e o povo em geral. Como representante do Clube da Madrugada, pronunciou-se Fábio Lucena, e pela Academia Amazonense de Letras, o padre Nonato Pinheiro. O lançamento ocorreu na praça em função da representatividade intelectual desse lugar para a cidade.

A Praça da Polícia teve também momentos em que as chamadas dos jornais alertavam para as mudanças na sua configuração arquitetônica, como é o caso do título: "Progresso arranca um pedaço da saudade do Café do Pina" (*A Notícia*, 9 de julho de 1972, p. 6). Com este enunciado, a matéria chama a atenção para as mudanças que estavam ocorrendo na estrutura urbana de Manaus, mais precisamente na área correspondente à Praça da Polícia, situada à avenida Sete de Setembro com a Getúlio Vargas e José Paranaguá. Os trabalhos de engenharia consistiam apenas em "...alargar aquela ferradura em frente ao Guarany, diminuindo a calçada e facilitando o tráfego do começo da avenida Getúlio Vargas", conclui a matéria.

As vias começaram a ser adaptadas às necessidades dos novos automóveis introduzidos em decorrência do aumento da atividade comercial que vinha acontecendo, como destaca Sennett: "As ruas da cidade adquirem então uma função peculiar: permitir a movimentação; se elas constrangem demais a movimentação, por meio de semáforos, contramãos, etc., os motoristas se zangam ou ficam nervosos" (1995: 28).

Mais de vinte anos transcorridos das transformações na área correspondente ao Cine Guarany e ao Café do Pina, na Praça da Polícia, novo título de matéria jornalística sobre Manaus chama a atenção para o que é hoje esta cidade, e principalmente seus logradouros públicos. Com o título "Desfiguração de Manaus: II – As áreas verdes", Jefferson Péres localiza geograficamente a cidade de Manaus e tece sua apreciação sobre a necessidade de áreas verdes e de praças, afirmando: "Situada quase na linha do Equador, quase no nível do mar, e com muito pouca ventilação –

quentíssima, portanto – Manaus deveria possuir uma quantidade recorde de áreas verdes públicas – parques e praças – com a dupla função de embelezamento e suavização da temperatura" (*A Crítica*, 7 de março de 1999, p. A4).

O autor destaca a necessidade de locais que possam possibilitar aos habitantes da cidade a oportunidade de desfrutar momentos de lazer e recreação, visto que, os que outrora faziam esse função, foram, ao longo do tempo, sendo apropriados para a edificação de repartições públicas.

É o caso da Praça General Osório, entre a avenida Epaminondas e a rua Luiz Antony, em frente ao Colégio Militar, onde era realizado o Festival Folclórico de Manaus até a década de 70, doada ao Ministério do Exército e transformada em centro poliesportivo murado. A Praça Visconde do Rio Branco, no último quarteirão da avenida Sete de Setembro, onde está erguida a Escola Técnica Federal do Amazonas. Praças da Cachoeirinha – a primeira à avenida General Carneiro, entre as avenidas Castelo Branco e Carvalho Leal, cedida para a construção do Palácio Rodoviário; a segunda, a Floriano Peixoto, entre as avenidas Carvalho Leal e Borba, doada ao Ministério do Exército para a construção do Hospital Militar.

A praça sob a administração do poder público vem sofrendo modificações em sua estrutura ao longo dos anos. Basta olhar os postais para constatar como eram as praças e a cidade de antigamente. As mudanças ocorreram, atingindo as áreas das praças. No caso da Praça da Saudade, situada no quarteirão que corresponde às ruas Epaminondas, Ramos Ferreira, Ferreira Pena e Simão Bolivar, foi construído na década de 60 um prédio público de frente para o Rio Negro Clube, onde funcionou a SHAM (Secretaria de Habitação do Amazonas).

Na Praça da Polícia, na década de 40, também foi erguida uma edificação pública, que não teve fim administrativo, mas o de servir o público no sentido genérico e se constituiu em referência para os freqüentadores da praça: o Café do Pina. Por isso, aportaremos nossos maiores momentos de reflexão nesse logradouro público para acompanhar a movimentação dos homens e mulheres, de meninos e meninas, espectadores e atores dos eventos que imprimiram mais visibilidade à Praça da Polícia.

Para melhor visualização, corramos os olhos pelos postais que possibilitam conhecer como eram as praças em Manaus, que tiveram a função

de abrigar o público para o lazer e saber de maneira mais intensa, pois, numa trajetória cronológica, percebe-se que a desapropriação dos lugares públicos deu-se principalmente para servir às atividades administrativas e comerciais em níveis diferenciados.

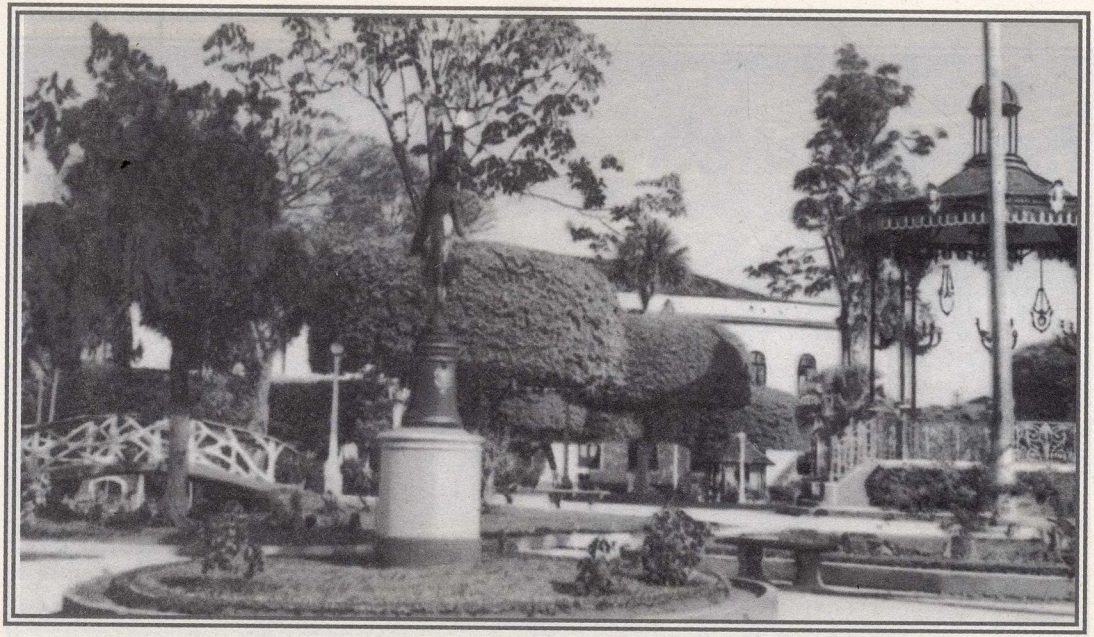
Falar da Praça da Polícia nos anos 50 e 60 nos leva à descrição de como a vemos hoje, visto a movimentação de freqüentadores nesse logradouro público e sua localização no perímetro urbano servir de subsídio para nossa compreensão de como ela foi no passado.

Hoje, início do ano 2000, os chafarizes estão vazios do líquido que prenuncia a existência de vida, possibilitando que o grande astro, pela manhã, consiga facilmente aquecer com seus raios solares a base de concreto armado que foi montada para fazer a água correr. Desprotegida, fica à mercê das intempéries da natureza e do homem. A umidade produzida pela noite, característica de uma região de clima tropical, começa a ser vencida pelos raios solares das primeiras horas da manhã.

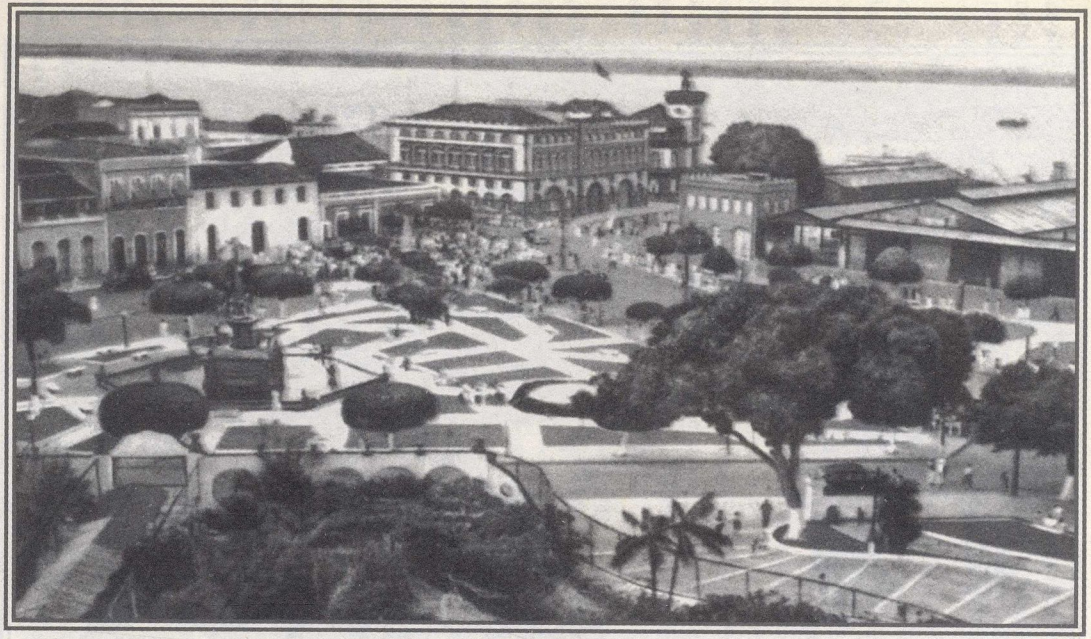
O progresso e a modernidade não foram complacentes com os lugares públicos, nem tampouco com seus freqüentadores. Mas estes, como a memória, não se entregaram, continuam resistindo. Andam como se as pernas não fossem conduzidas pela visão ao comando do cérebro, mas pela memória. As referências não foram totalmente destruídas. Alguns vão até o Café do Pina, tomam sua porção, que ainda deve fazer parte daquele ritual, outros até pitam um cigarro e circulam na praça como se estivessem revivendo os momentos pretéritos e ao mesmo tempo exercendo a função de fiscalizar algo, pois caminham com aspecto introspectivo. As rondas são feitas, mas as referências são alguns pontos desse lugar público: Café do Pina, a área em frente ao Colégio Estadual e a de perto do pequeno coreto, próximo à ponte e ao lago vazio. O lugar público foi, e talvez ainda seja, o local da sociabilidade, de outro tipo de sociabilidade, sem o som da banda da polícia militar e as telúricas discussões sobre a arte, literatura, pintura, política.

Tudo isso não passa de um olhar contemporâneo de quem chegou às nove horas, tomou café no "Pina", esteve sentado por alguns minutos nos bancos da praça, se deslocou em diversas direções dentro do espaço da praça como se estivesse procurando o que não conhece.

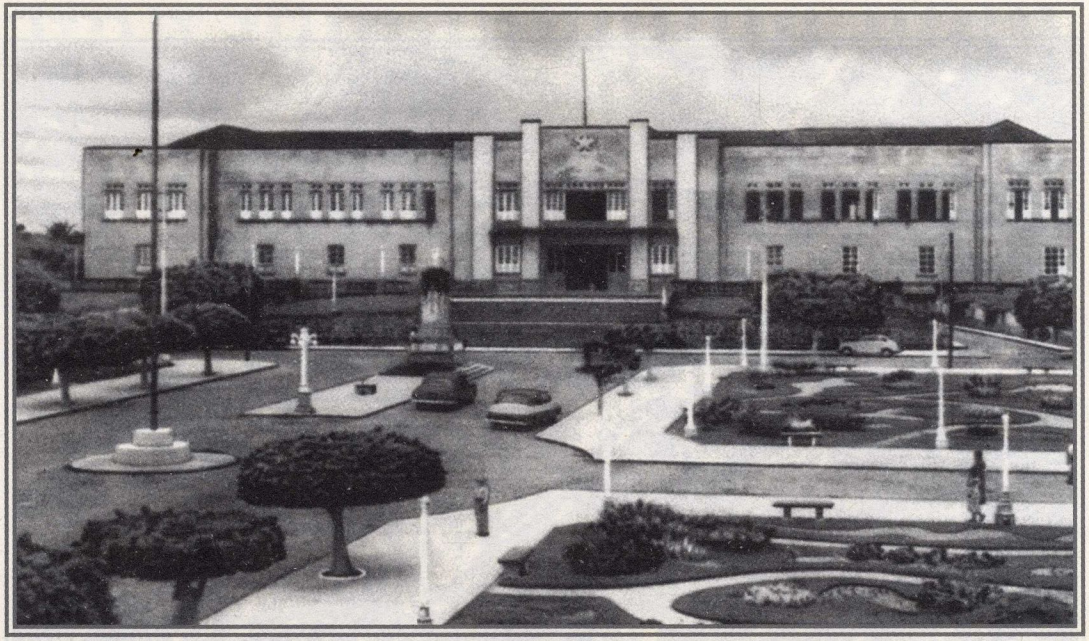
Pensar a Praça, o Café e o Colégio como espaços construídos socialmente requer mais que uma visão fragmentada dos espaços citados,



Praça Heliodoro Balbi – anos 50. Cartão-postal. *A favorita*.



Praça Oswaldo Cruz e Alfândega – anos 50. Cartão-postal.



Instituto de Educação e Praça do Congresso – anos 50. Cartão-postal. *A favorita*.

Praça da Saudade – anos 50. Cartão-postal. *A favorita*.

principalmente porque o nosso recorte cronológico remete às décadas em que a cidade de Manaus, do ponto de vista geográfico, social e econômico, foi muito distinta do período atual. Então, a articulação ou a combinação de fatos apontam para um caminho a ser percorrido a fim de encontrar uma visão que possibilite a identificação e compreensão dos períodos de 50 e 60 em Manaus, a partir das referências da Praça da Polícia, Café do Pina e do Colégio Estadual.

Mais que a articulação dos três pontos referidos, é necessário não esquecer que na esquina da Av. Sete de Setembro com a Av. Floriano Peixoto, onde funciona atualmente uma agência bancária [com seus caixas eletrônicos que exigem cartão magnético, números secretos para realizar as transações], existiu outrora um palácio, das artes, dos espetáculos, dos risos, gargalhadas e expectativas, do olhar discreto do moço observando sua pretendida entrar para uma seção da sétima arte. Bastava adquirir um bilhete e possuir a idade compatível com a programação exibida. Cumprido os requisitos, era só apresentar o bilhete ao porteiro, passar por uma máquina mecânica, daquela que exigia uma pequena projeção do corpo para poder girar a catraca e, então, caminhar em direção às partes internas do Guarany, de preferência com os olhos fechados, quando a sessão houvesse começado, para que a mudança de ambiente, do claro para o escuro, não fosse tão traumática ao ponto de deixar desorientado o pretendente espectador. Daquele período, apenas o espaço geográfico permanece. A construção é outra, talvez mais bonita e moderna, mas o sentido e as suas finalidades não correspondem a do pretérito. O acesso a seu interior não exige a projeção do corpo para vencer a máquina mecânica, mas quem entra é acompanhado pela tecnologia eletrônica e por olhos especializados, contratados para essa finalidade. Seu objetivo deixou de alegrar o espírito, a alma, mas talvez alegre o bolso, de alguém.

O Cine Guarany deve ser somado para a compreensão da vida cultural de Manaus, apesar de hoje só existir nos livros e na memória daqueles que deram boas gargalhadas ou talvez choraram assistindo algumas sessões ou ao vê-lo tombar para dar lugar à pujança do progresso das cifras no perímetro urbano da cidade. Os cinemas, a Avenida Eduardo Ribeiro e a Praça da Polícia eram os principais espaços de diversão em Manaus dos anos 50 e 60. A televisão ainda não havia invadido os lares. Mas as nove-

las, sim, existiam nas ondas das rádios. Seus adeptos não viam nenhuma tela – no sentido da extrema necessidade do posicionamento físico em frente a ela – mas ouviam e viam, pela via da imaginação e através das falas e entonações de diferentes vozes, de ruídos, de barulhos, criando e recriando as situações vividas pelas personagens. Aos ouvintes, eram exigidos esforços cognitivos para caracterização das personagens e dos momentos vividos.

AS MUITAS PRAÇAS NA PRAÇA DA POLÍCIA

Em trabalho de regressão no tempo, identificaríamos todos os nomes atribuídos à que hoje chama-se popularmente Praça da Polícia. Mas a praça, como lugar verdadeiramente público, foi e é do povo que, com mais ou menos intensidade, utilizou e utiliza-se desse logradouro para suas atividades afins, comerciais dentre outras. Foi um lugar de sociabilidade, freqüentado por diversos grupos sociais. Em *Evocação de Manaus*, o autor aponta a função social da praça, destacando que:

> *Aos domingos tínhamos um aperitivo, que eram as retretas da praça João Pessoa (hoje Heliodoro Balbi) com a bem afinada banda da Polícia Militar, no belo coreto que ainda lá se encontra, tocando os sucessos musicais em voga. A praça ficava apinhada, com gente espalhada em torno do coreto, nas alamedas internas e, sobretudo, na calçada, onde se deixavam ficar os rapazes, em grupos, parados, e as moças volteando de braços dados. Saíamos com a banda, quase sete horas da noite, quando voltávamos às nossas casas para jantar e, em seguida, sair de novo, rumo ao cinema ou à quermesse, se havia alguma funcionando* (Péres, 1984: 177).

Espaço de encontro, referência de atividades culturais, principalmente na década de 50 com a criação do Clube da Madrugada, que fez da praça o ponto de identificação da intelectualidade, preocupada com a inovação do estilo literário em voga em Manaus. Antes da criação do Clube da Madrugada, entretanto, veio a construção de mais uma referência da praça, que com o tempo se tornou do agrado do público freqüentador desse

espaço. Estamos falando da construção do Café do Pina,[1] que após construído, seu:

> *...êxito foi imediato e se deveu a uma conjugação de fatores. Em primeiro lugar, sua localização, nas vizinhanças de dois cinemas, três colégios, um quartel, e mais, da então concorridíssima praça da Polícia; segundo, a excelência do seu café, talvez o melhor da cidade; e, finalmente, a simpatia do proprietário, o português José Brito Pina, extrovertido e conversador, que em pouco tempo chamava cada um dos freqüentadores pelo nome. Batizado oficialmente como Pavilhão S. Jorge, o barzinho era conhecido popularmente como Café do Pina e, mais tarde, por República Livre do Pina, por constituir um microcosmo onde se reunia o que havia de mais representativo na cidade, para discutir livremente a respeito de tudo. Eram intelectuais, políticos, jornalistas, boêmios e estudantes que faziam dali o seu ponto de encontro diário. Muitos, como eu, compareciam duas vezes, ao fim da tarde e à noite. Mas havia quem desse três expedientes, como Sebastião Norões. O Pina era nossa cachaça ou entorpecente. Se não tomássemos a dose diária, ficávamos inquietos e com uma sensação de vazio* (Péres, 1984: 217).

O lugar da Praça da Polícia juntamente com o Café do Pina passaram a se constituir em pontos significativos para os freqüentadores, desde passantes ocasionais, que faziam da praça mais um local para dar suas voltas, aos freqüentadores assíduos que transformaram em matéria de jornal seu ambiente e as transformações que nele estavam ocorrendo. A Praça e o Café deixaram de ser apenas lugares comuns para constituírem-se em referências e abrigo dos grupos envolvidos com atividades culturais e políticas principalmente; representavam, sobretudo, a área de circulação de informações e formação.

---

1 Teve seu início na década de 50, num canteiro triangular em frente ao Guarany, onde havia um antigo chafariz desativado e dois postes de sustentação da tela na qual se projetavam filmes ao ar livre. Quando foram erguidos os tapumes, surgiu boatos de que seria construído um posto de gasolina. Os ginasianos não gostaram da idéia e manifestaram-se contra sua construção. Pressionado, o então prefeito Chaves Ribeiro aconselhou o proprietário a acelerar as obras, a fim de consumar o fato. Então, foi abandonado o projeto original de forma circular e construíram o Café de forma retangular, edificado em tempo recorde, conquistando a simpatia dos seus freqüentadores (Péres, 1984: 217).

Em Manaus, apresentava, então, a conjugação de duas referências para encontros da coletividade, no caso, o Café do Pina na Praça da Polícia. Ambos possibilitadores das mais diversas discussões. O café é também mencionado por Sennett como referência de encontros coletivos e de intelectuais na Europa:

> *O café era o ponto de encontro comum às cidades de Londres e Paris, no final do século XVII e no início do XVIII, muito embora, tendo em vista o maior controle exercido pela Inglaterra sobre o mercado cafeeiro, os cafés fossem mais numerosos em Londres. O café tem sido uma instituição romanceada e superidealizada: conversa alegre e civilizada, bonomia e amizade estreitas em torno de uma xícara de café, enquanto é ainda desconhecido o silêncio das casas de gim. Além do mais, os cafés desempenhavam uma função que os torna ainda mais fáceis de serem romanceados, retrospectivamente: eram os centros de informação mais importantes em ambas as cidades nessa época. Neles eram lidos os jornais, e, no começo do século XVIII, proprietários de cafés londrinos passaram a editar e imprimir seus próprios jornais, reivindicando, em 1729, um monopólio nesse ramo* (1995: 108).

É possível atribuir aos cafés, então, destacada importância nas atividades culturais e políticas, pois serviu como aperitivo dessas atividades intelectuais, seja no caso europeu, seja no caso manauara, como apontam as informações.

Quando a Praça começava a ser reformada, um dos seus "moradores" se rebelou contra o projeto de engenharia. Alencar e Silva, impaciente com a reforma que estava ocorrendo na Praça da Polícia, em 1964, chamava a atenção para a construção que pretendia retirar os prolongamentos naturais da praça, que serviam de ponto de encontro para os intelectuais amazonenses. Com as armas da escrita, protesta em estilo literário, exclamando em bom-tom:

> *Fique dito, de início, que nada nos move contra as flores. Nem contra as plantas ornamentais dos jardins públicos. Apenas não concordamos em que, com motivação numas e noutras, perpetra o*

grotesco contra logradouros públicos desta cidade, que, de resto, já os tem em número reduzidos, insuficientes...

Daí o nosso espanto e nosso protesto contra o que está ocorrendo com um dos mais simpáticos e procurados logradouros de Manaus... Prolongamento natural da chamada Praça da Polícia, sem lhe constituir, no entanto, um simples apêndice, dado o prestígio que lhe emprestam as pessoas que o freqüentam, tornou-se, de há muito, o referido recanto, ponto de referência, convergência e encontro dos intelectuais amazonenses – artistas, poetas, jornalistas e escritores – que, inclusive lhe conferiram, por acréscimo, o honroso título de República Livre do Pina...

A pretexto, ao que consta, de ajardinar a pracinha, estão transformando-a num monstrengo, numa coisa incompreensível, cujo prosseguimento, se não for imediatamente obstado pelo poder público, só servirá para depor contra a nossa melhor tradição de bom gosto, espelhada nas obras públicas locais...

...a construção dos estranhíssimos currais já toma toda a extensão da pracinha. E, isto, por dois motivos principais, sem insistir no aspecto grotesco da coisa: primeiro, porque a área útil da praça ficou reduzida a estreitíssimos corredores, ladeados de sinistras estacas e ripas; segundo, porque, afinal de contas, flores não se cultivam em currais...

Senhor Alcaide, se o propósito for mesmo o de florir a 'República' então que se dê às flores o tratamento que elas merecem, sem ferir-lhes os brios da espécies e sem impor-lhes o vexame da vida-de-curral... (*O Jornal*, 20 de dezembro de 1964, p. 13).

O protesto foi redigido como se o autor estivesse defendendo o espaço do aconchego do seu lar, como se ameaçado de despejo. Neste sentido, o autor não buscou apenas defender as flores indefesas frente às ameaças da engenharia, a praça pública, abrigo do Clube da Madrugada e de outros freqüentadores anônimos, mas a praça com o valor que simbolizava a expressão da criação literária e da liberdade frente ao projeto implantado. A defesa não ocorria em função da Praça da Polícia em si, mas de seu valor simbólico e do significado social para os freqüentadores.

Anísio Mello identifica, entre as diversas praças existentes em Manaus, a importância da Praça da Polícia. Recorrendo ao recurso da memória, afirma que:

> *A Praça da Polícia, por volta de 45 a 65, era a praça principal de Manaus. Tudo que se queria fazer levava-se para a Praça da Polícia. Quando era uma festa maior, oficial, desfiles de 5 e 7 de Setembro e outros, eram feitos em praças sem arborização, como a Praça General Osório, em frente ao Colégio Militar hoje; Praça da Saudade, Praça São Sebastião. Mas a Praça da Polícia era a mais freqüentada onde, depois das 5 horas da tarde, as pessoas iam passear e procurar amigos para se encontrarem e conversar. A praça do Ginásio, como nós dizíamos antigamente* (Anísio Mello, dezembro de 1998).

O artista plástico, discorrendo sobre a atração que exercia a praça sobre as pessoas, utiliza o elemento da centralidade geográfica para entender a razão da procura maior pelo público sobre esse lugar. Por ser uma praça central, estava na mira da visibilidade dos usuários de bondes e ônibus que se deslocavam dos bairros e convergiam para a praça para tomar sorvetes. "Tinha tudo ali. Carrinhos de sorvetes, refrescos, bolos... tudo, menos bebida alcoólica. Na praça não se vende bebida alcoólica até hoje" (Anísio Mello, dezembro de 1998).

Essa centralidade geográfica é também destacada no depoimento de Aloysio Nogueira, quando diz: "A Praça da Polícia era o espaço central da cidade e havia uma certa convergência em sua direção". Nos finais de semana, sábado e domingo, lembra Aloysio Nogueira:

> *As moças e rapazes desciam dos bairros para passear na praça. Era comum ficar passeando na praça. E vários eventos também eram realizados neste logradouro público. A banda de música sempre esteve presente. E outra coisa importante é que o Guarany e o Politeama, os cinemas, eles tinham as matinês. Então, aos domingos, a garotada se fazia presente nessas matinês. Tinha filmes de manhã e também vesperal. Isto dava uma confluência de jovens de 14, 15, 16 anos... A garotada ia dos bairros para assistir os filmes no centro da cidade* (Aloysio Nogueira, dezembro de 1999).

A Praça da Polícia, ao que parece, foi do Clube da Madrugada, das moças e rapazes anônimos que, nos finais de semana, percorriam sua dimensão geográfica por prazer ou para fugir da rotina cotidiana, trocando idéias, comunicando com os olhos e mímicas com seus parceiros conhecidos e desconhecidos. Foi das pessoas que buscavam tomar sua dose diária do famoso negro, com sabor sem igual na praça. Mas a praça também foi do Ginásio, ou melhor, dos ginasianos e seus professores. Nela estiveram comerciários, militares e homens do povo. Dentre esses, "...a partir das 21 horas, sobressai no ambiente a figura bem-humorada do popular mudinho, vendedor dos já afamados cachorros-quentes, um 'quebra-galho' dos seresteiros, boêmios e retardatários. Dos freqüentadores da praça, raríssimos deles poderão gabar-se de não haverem compartilhado dos sanduíches de carne picadinha, ao molho da pimenta" (*O Jornal*, 9 de janeiro de 1956, p. 13). Portanto, a praça foi lugar onde se conjugou o saber, o sabor e o prazer na pessoa do freqüentador. Constituindo-se em lugar da liberdade, das possibilidades e de trincheiras, inclusive influenciando mudanças na disciplina dentro do Colégio Estadual:

> *...havia uma predominância da relação da praça entrar no colégio. Inclusive as mudanças que ocorreram no colégio foram fruto da organização na praça e ao mesmo tempo a organização do colégio influenciava no movimento da praça. Então, verifica-se que muitas coisas que ocorriam dentro do colégio eram reflexo da praça, mas, ao mesmo tempo, a praça refletia aquilo que se estava conquistando no próprio colégio. Então a relação é correta. Na praça nós encontrávamos do homem comum às mais proeminentes pessoas que ficavam sentadas na praça para discutir, falar, etc.* (Aloysio Nogueira, dezembro de 1998).

O poeta Aldisio Filgueiras reconstitui a Praça da Polícia como elemento integrante da vida dos alunos do Colégio Estadual, quando confirma que "a Praça do Colégio, para nós, do meu grupo de atividade, era um território livre (...) território de neutralidade", onde a própria polícia militar, em acordo "diplomático" estabelecido com os alunos, respeitava os limites geográficos estabelecidos entre as partes. Aldisio Filgueiras recorda-se de uma manifestação estudantil envolvendo a praça:

Uma vez nós ocupamos a Avenida Sete de Setembro, de madrugada, enchemos de barracas a frente do Colégio, trancamos com cadeados os portões da Avenida Getúlio Vargas, da rua Henrique Martins e o da Avenida Sete de Setembro e acampamos em frente do Colégio. E nós chegamos a um acordo com a polícia. Olhar esse lado da praça, vocês não vêem e a gente não atravessa pra lá. O conflito que a gente teve foi com a polícia civil. Chegou um comissário bêbado, quatro horas da manhã, querendo prender todo mundo num jipe, aí subiu uns cem estudantes no jipe, com esse número de estudantes o jipe não podia sair, daí ele desistiu de prender todo mundo. A praça significou essa coisa da liberdade, o muro das lamentações. A hora que a gente não queria assistir aula, se mandava pra lá, o gosto de namorar. Era o espaço da juventude, da nossa adolescência, da nossa vontade de espaço, de ampliar os espaços (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

Para o entrevistado, hoje a praça perdeu seu significado e o Colégio Estadual está sitiado, protesta. Visivelmente, não é possível perceber a movimentação de outrora que ocorria na Praça da Polícia envolvendo diversos personagens sociais, do colégio, do clube, do cinema, do teatro...

Nesse período, de ebulição das manifestações culturais envolvendo os espaços estudados, segundo Aloysio Nogueira:

...a presença de erudição era uma necessidade, então a gente sentia a necessidade de conhecer, uma sede pelo saber, eu acho que era isso que nos levava a ter uma maior convivência com os mundos da cultura, da leitura, de ler jornais, ouvir rádio e ler livros, comprar livros, formar biblioteca. Era uma necessidade nossa. Hoje, se alguém diz uma palavra difícil é quase censurado, e à nossa época era motivo de orgulho (Aloysio Nogueira, janeiro de 1999).

Os dados apontados por Aloysio Nogueira para os jovens de Manaus da década de 60 também estão presentes na leitura de Zuenir Ventura sobre a geração de 68, no Brasil. Caracteristicamente, o hábito pela leitura era uma atividade ligada diretamente à formação intelectual dos jovens, portanto, não

se trata de um fato singular, mas de um fenômeno de época, visto que a transmissão de informações através da televisão e de outros meios envolvendo os recursos tecnológicos era incipiente. Por isso, possivelmente,

> *A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura, foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo* (Ventura, 1988: 52).

Essa formação literária forjou uma atuação coletiva nas atividades culturais e políticas. Em Manaus, o Café do Pina foi referência para, entre outros movimentos, a arte teatral, pois era lá que ocorria o encontro das pessoas envolvidas com a atividade cênica. Segundo Ediney Azancoth, o Café do Pina foi o ponto de encontro do grupo que participava de teatro e, ao mesmo tempo, do pessoal que ia para a praça, porque ali estavam as pessoas envolvidas com as atividades culturais.

> *No período que antecedeu o golpe militar, os participantes do movimento teatral estavam todos freqüentando o Café do Pina, porque ali estavam as pessoas mais esclarecidas politicamente. E havia a necessidade de conviver com essas pessoas...*
> *Vivíamos o sonho de que poderíamos fazer um teatro para modificar as pessoas e aí o sonho ultrapassa. O teatro é uma força muito grande. Aquela coisa de esclarecer o proletariado, o teatro de conscientização, o teatro que critica o Brasil. Tudo isso. Em 65, os jovens no Café do Pina pensam na possibilidade de reviver o Teatro Universitário. A partir daí a gente passa a fazer* show *no sentido do Teatro Opinião. Um grupo que fizesse encenação com músicas e poesias. Foi quando encenamos "Ciclo das Águas", primeira peça da obra de Elson Farias. Utilizamos também Cecília Meirelles – 'Liberdade, essa palavra que o ser humano acalenta, que não há ninguém que explique, ninguém que não entenda'. As pessoas tomavam conhecimento das coisas ali no Pina* (Ediney Azancoth, junho de 1999).

A concentração do grupo de jovens envolvido com a atividade teatral ocorria no Café do Pina. De lá, saíam para o local dos ensaios que, segundo Ediney Azancoth, era a sala cedida pelo Diretor da Faculdade de Economia, nas imediações da Praça da Polícia:

> *A Faculdade de Economia era ali atrás do quartel, na rua José Paranaguá, não tinha o Campus Universitário, ainda, era onde funcionou a reitoria. Então, ali não tinha local de ensaio, foi quando o Iram..., presidente do Diretório Universitário, estudante de Economia, falou com o Diretor da Faculdade e ele cedeu uma sala para ensaio, desde que fosse ao término das aulas. Aí a gente ia lá para o Pina, ficava até dez e meia, onze horas, esperando terminar as aulas pra poder ensaiar. Isso durante quatro meses de ensaio, mais ou menos. Quando terminava as aulas a gente ia pra lá e ficava ensaiando até às duas horas da madrugada. Naquela época, Manaus era uma cidade tranqüila, você andava de noite, ia pra casa a pé, ali na Aparecida, não tinha ladrão, não tinha essas coisas todas. Aí ficava no Pina até quase fechar o Pina, isso todo o dia* (Ediney Azancoth, junho de 1999).

Porém, a década de 60 reservou para os jovens e para todos a destituição do governo democrático e instituiu o Governo Militar que dispersou os grupos, enfraquecendo a participação coletiva em atividades culturais e políticas, destituindo o homem de atuar como sujeito de sua história. As contingências criadas em 1964 e intensificadas com o Ato Institucional número 5 (AI-5), de 1968, refletiram sobre os homens e mulheres envolvidos em manifestações político-culturais, que não eram convenientes ao Estado Militar. Por fim,

> *A República Livre do Pina desapareceu, e o Clube da Madrugada, com a dispersão da velha-guarda, se modificou. Mas, para mim, ambos permanecem intactos, como símbolos do esforço de todos aqueles que persistem na busca onírica por um ideal de justiça e beleza a ser perseguido sempre, como única maneira de se emprestar sentido à trajetória humana sobre a terra* (Péres, 1984: 218).

> *O universo hoje é um caos onde a vida vai se tornando cada vez mais impossível de ser vivida. A incompreensão está tomando conta de quase todos os espíritos. A paz não mais existe. E diante disso tudo o homem sente necessidade de fuga; fuga de um mundo real e opressivo para um mundo se bem que imaginário mas, pelo menos, dotado de meios onde ele pode experimentar a sensação de liberdade* (Arthur Engrácio, 1959).

No público e para o público. Poderia ser uma proposta de problematização acerca das atividades culturais desenvolvidas pelo movimento literário Madrugada. Mas as reflexões não vão na direção de desvendar os estilos literários, as rimas dos versos poéticos, os sentimentos dos autores, as temáticas escolhidas para desenvolvimento dos contos, das poesias, dos poemas, dos romances. Nosso intuito é o de tentar compreender a preocupação cultural desse grupo numa perspectiva mais ampla, mais abrangente e talvez social, salientando sua produção literária como mais uma manifestação cultural em lugar público. Visto que as reflexões dos poetas chamam atenção para problemas que envolvem diretamente a vida humana, questão intensamente evidenciada no final do ano 2000, mas identificada na década de cinqüenta, quando Arthur Engrácio, poeta do Clube da Madrugada, faz prognóstico do mundo e do homem inserido nele. Os dados apontados naquele período são tão reluzentes hoje na sociedade, levando a refletir na relação literatura e ciência para o avanço na compreensão da humanidade, num processo de interação dos campos dos conhecimentos. O reconhecimento do homem no universo passa a ser a grande questão posta e que, portanto, os literatos fornecem elementos para investigação e compreensão da realidade urbana em processo de transformação.

Em 1956, Waldemar Batista de Salles ressalta os valores artísticos do Clube da Madrugada, destacando a preocupação social de seus membros e o ambiente social e político de Manaus, no momento do surgimento do Clube. O movimento literário veio com o propósito de inovar, de transformar o estilo da produção literária local. Antenado com as tendências literárias da época, que predominavam nas outras regiões do país, principalmente do Nordeste e Sudeste (*O Jornal*, 23 de dezembro de 1956, p. 14).

Nessa linha mais contestadora aos desmandos políticos das autoridades constituídas e representantes do Estado brasileiro é que se alinha Arthur Engrácio, do Clube da Madrugada, quando através do artigo "Uma manifestação política", deixa claro seu repúdio, primeiro pela forma como o general Teixeira Lott chegou ao governo, através do uso do seu poder militar e da deposição de seu antecessor; segundo, pelos gastos feitos para a aquisição do material que foi utilizado na cerimônia de homenagem ao general Lott, o que representava declaradamente desperdício de dinheiro público que poderia ser utilizado para fins sociais. Seu protesto foi registrado literalmente nestes termos:

> *Irrisório sobre todos os pontos de vista, sem dúvida, é o movimento que se está operando nos meios políticos nacionais, no sentido de ser oferecida ao general Lott, no próximo dia 12 do corrente, uma espada de ouro, mandada confeccionar exclusivamente para esse fim. ...não encontramos razões que justifiquem tal liberdade, tal despotismos de gastos. Nação paupérrima como somos; fustigadas pelas lufadas constantes das borrascas inflacionárias; assoberbado por crises de todas as ordens, essa homenagem apresenta-se-nos por demais extemporânea, para não dizer afrontosa aos brios de nosso povo, faminto e nu. Ademais, de quem trata? De apenas um general que, em determinada data, vitimado por um pesadelo, armou-se até os dentes e, como um Senhor-Todo-Poderoso, que o foi com seus soldados, apossou-se da Nação sob o pretexto tolo e pueril de que a mesma se achava prestes a sofrer um colapso político...*
>
> *Essa orgia de gastos não se coaduna e nem pode coadunar-se com a nossa condição de pobretões. Somos, quer queiram quer não, um país quase à bancarrota, sem lastro, sem crédito, a moeda atingindo o último grau de desvalorização...*
>
> *Os dois milhões de cruzeiros gastos com a aquisição da já célebre espada é dinheiro vivo saído dos cofres da Nação e que, destarte, está sendo surrupiado criminosamente ao povo pobre e necessitado, aos leprosários, aos berçários, aos milhões de tuberculosos que, desassistidos de qualquer auxílio por parte dos nossos governantes, estão aí a cair na via pública* (*O Jornal*, 11 de novembro de 1956, p. 13).

Nessa perspectiva a arte não se coaduna apenas com o belo, mas identifica e reflete o seu momento, apontando os desmandos que estavam ocorrendo no país e na cidade de Manaus. Por isso, o Clube na Praça foi mais que uma entidade renovadora do estilo literário local, ele opinou sobre as questões sociais vigentes, criticando o tratamento dispensado à nação e à população local.

"A miséria vira troféu" não corresponde a nenhuma obra de ficção que tenha surgido dos momentos de meditação literária; foi título de um artigo de Arthur Engrácio, em que analisa a realidade da cidade flutuante. Das muitas cidades existentes, Manaus também possuiu a sua feita sobre as águas escuras do famoso Rio Negro, sem guardar muitas semelhanças com uma espécie de Veneza dos trópicos.

Mas não foi esta a preocupação de Arthur Engrácio, comparar a cidade flutuante de Manaus a Veneza. Sua preocupação visava destacar seu crescimento, que ocorria de um dia para o outro, sem que as autoridades apresentassem preocupações para os problemas sociais daí oriundos. Sua análise oferece uma característica panorâmica da cidade flutuante:

> *Com o seu casario em desalinho, tortuoso – todo madeira e palha –, os flutuantes de Manaus avultam na paisagem litorânea local como corpos estranhos.*
> *...essas singulares habitações aumentam de dia para dia, numa proporção só comparável ao vício e à miséria que, de parelha, correm soltos naquele aglomerado humano.*
> *Fruto do descaso de governos passados, sem nenhuma visão do fenômeno social e espírito empreendedor, a proliferação dos flutuantes – é o sintoma alarmante de um mal cujas raízes, a esta altura, talvez não se possam mais cortar...*
> *Curioso é que a 'Cidade Flutuante', até há pouco, longe de merecer a condenação das nossas autoridades como um índice de atraso cultural – que na realidade o é –, era incluída em programas destinados a satisfazer a curiosidade de turistas do mundo inteiro ou de personalidades importantes que nos visitavam.*
> *A nossa miséria e o nosso atraso cultural eram, assim, exibidos aos que aqui chegavam como um precioso troféu; como um objeto de prazer e deleite, quando na verdade, muito ao contrário, deveriam*

constituir-se num símbolo de vergonha, de opróbrio para todos nós que nos temos na conta de povo culto e evoluído (*O Jornal*, 21 de fevereiro de 1965, p. 15).

O paradoxo está constituído, pois de local exótico apresentado como ponto turístico, a cidade flutuante foi incorporada em programa de governo, uma vez que sua miséria social passou a incomodar administradores do Estado, visto que as mudanças nas atividades comerciais passaram a exigir novas paisagens para a zona portuária de Manaus, daí seu remanejamento para outras áreas urbanas, apenas diluindo um problema social no seio da sociedade.

Cidade Flutuante, população flutuante, há similitude entre as comparações? Para a Amazônia, no final do século XIX e no início do XX, a literatura identifica três grandes períodos de aumento populacional. O primeiro, ocorrendo no "Ciclo da Borracha", que começou com a intensidade da procura do produto, nas últimas duas décadas do século XIX, chegando até meados da década de vinte deste século. O segundo período de aumento populacional novamente coincidiu ou foi em função da retomada da extração da borracha nos seringais da Amazônia, na década de 40. E o terceiro período, com a implantação da Zona Franca de Manaus. As duas primeiras atividades econômicas estavam voltadas exclusivamente para a produção extrativista, que não possibilitava a fixação do homem nas localidades de produção, acrescida da falta de programas sociais de atendimento coletivo. Os deslocamentos periódicos em direção à cidade de Manaus ocorreram em função da retração da atividade extrativa no interior do Amazonas, principalmente. O poeta Elson Farias utiliza como mecanismo de entendimento do fenômeno habitacional da Cidade Flutuante o estágio porque passava a economia extrativista do Estado, que não permitia a fixação do homem, proporcionando, na Amazônia, o povoamento rarefeito, esparso. Com o declínio da extração da borracha, devido à concorrência de produtos plantados racionalmente no continente asiático, as populações ribeirinhas se deslocaram para Manaus, que significava o caminho da esperança e de dias melhores, conforme aponta Elson Farias:

...Manaus está recebendo a cada dia uma crescente massa humana de trânsfugas, sem saber como os acolher.

Cidade Flutuante – anos 50. Cartão-postal. *A favorita*.

Rua da Cidade Flutuante – anos 50. Cartão-postal. *A favorita*.

A cidade, com seu limitado mecanismo de empregos públicos e serviços, não pode acolher os fugitivos. Eles então se acomodam de qualquer jeito. Uma vasta massa de marginais, vivendo de baixíssimos salários e expedientes, ou do que aparece. A grande maioria apenas procura o mais fácil: subsistir...
Ela não tende a desaparecer, mas a crescer. Se forças poderosas atuarem, é possível que ela se renda. Deixará de ser cidade flutuante, mas não deixará de ser o grave sintoma de desagregação da nossa economia. Levará para onde for sua trouxa de miséria e seu pingo de esperança (*O Jornal*, 28 de março de 1965, p. 15).

Os poetas imprimiram sua compreensão sobre o fenômeno da cidade flutuante, ressaltando a gravidade social em que estavam inseridos seus habitantes, inclusive oferecendo elementos para a análise de como os governos viam o problema, ou seja, sem apresentar solução para a falta de habitação digna aos habitantes de Manaus.

O Clube da Madrugada, que fazia suas reuniões na Praça da Polícia, debruçou-se sobre assuntos sociais, econômicos, além dos relativos a artes e literatura. Sua ênfase foi extensiva ao social, como podemos identificar na fala do poeta Luiz Bacellar:

A gente reunia para discutir o que estava se passando no campo das artes, da literatura, da sociologia, da economia. Com reuniões se prolongando até o dia seguinte, e daí surgiu o nome Clube da Madrugada. Havia uma conotação política, contra o estado de coisas, o obscurantismo do governo militar brasileiro (Luiz Bacellar, junho de 1999).

Portanto, o movimento do Clube da Madrugada foi mais que uma manifestação cultural, pois sua preocupação se projetou para além das exposições dos trabalhos realizados pelos seus membros. Sua finalidade foi sobretudo cultural e educativa. Neste sentido, a arte foge da perspectiva de que está vinculada apenas à subjetividade do autor, sem conotação com os acontecimentos sociais e políticos do seu tempo.

Este movimento viveu intensamente duas décadas distintas da história cultural e política brasileira, as de 50 e 60. Na década de 50, o

Brasil se consagrou pela primeira vez campeão mundial de futebol, título conquistado em 1958, com o placar de 5 x 2 contra a Suécia, quando Garrincha foi destaque, tanto por possuir as pernas "tortas", quanto pelos dribles desconcertantes em seus adversários.

Foi também o período do governo JK, com sua política desenvolvimentista, propondo-se a alcançar 50 anos de desenvolvimento em cinco de administração. Sua marca registrada foi a construção da capital, Brasília, situada fora dos grandes centros populacionais, talvez como uma medida estratégica para evitar as manifestações populares. O certo é que os dados referentes aos gastos do governo com seu projeto de recuperar 50 em cinco anos são representativos para o endividamento externo da nação, na apreciação de Joaquim Ferreira do Santos "O Brasil de JK teve um crescimento industrial de 100% e uma taxa de crescimento real de 7%. Mas o endividamento externo pulou de 87 milhões de dólares em 1955 para 297 milhões" (1997: 29).

As novelas já existiam, mas sua transmissão estava vinculada às ondas do rádio. Foi o momento em que a Rádio Nacional conseguiu altos índices de audiência, principalmente no final da década de cinqüenta, quando

> *Em 1958 a Nacional tinha crescido demais. As novelas das 20 horas tinham 92% dos rádios ligados. Na portaria, um funcionário exclusivo para o controle da correspondência não dava conta do recado: eram três mil cartas mensais para Marlene, outras 3.500 para Cauby...* (Santos, 1997: 158).

Se a década de cinqüenta foi um período dos grandes eventos felizes, com a conquista do primeiro campeonato mundial, a explosão das novelas de rádio, o surgimento do movimento musical da Bossa Nova e a construção de Brasília, na década de sessenta, os jovens lutaram contra o conservadorismo político, por reformas no ensino, quebraram vidraças e atearam fogo em viaturas policiais e pensaram em chegar ao poder através de lutas armadas e desarmadas. Foi o período em que surgiu o movimento musical denominado Tropicália, da luta pela criação musical e teatral, que vislumbrava a revolução social, mas foi também momento de repressão ideológica, política e da censura às produções cul-

turais não convenientes ao Estado. Segundo Zuenir Ventura, o AI-5, recurso encarregado da repressão do governo militar, conseguiu expurgar

> *Em dez anos, cerca de quinhentos filmes, 450 peças de teatro, duzentos livros, dezenas de programas de rádio, cem revistas, mais de quinhentas letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas (...). Só Plínio Marques teve dezoito peças vetadas. O Índex reunia um elenco variado, que ia de Chico Buarque, um dos artistas mais censurados e perseguidos da época, a Dercy Gonçalves e Clóvis Bornay* (1988: 263).

Devem ser incluídos também Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e lideranças do movimento estudantil.

A década de sessenta se apresenta contraditoriamente, pois a censura à produção cultural não se aplica a toda produção, mas a um certo tipo; portanto, esse controle foi direcionado a uma abordagem cultural que se apresentava como obstáculo à criação de um Brasil planejado pelo Estado, logo o critério para o estabelecimento do crivo cultural foi político-ideológico, pois:

> *Durante o período 64-80 a censura não se define tanto pelo veto a todo e qualquer produto cultural, mas age primeiro como repressão seletiva que impossibilita a emergência de determinados tipos de pensamento ou de obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato repressor atinge a especificidade da obra mas não a generalidade da sua produção. O movimento cultural pós-64 se caracteriza por dois momentos que não são na verdade contraditórios; por um lado ele é um período da história onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa* (Ortiz, 1985: 89).

O projeto governamental cultural será, a partir do golpe militar de 64, implantado pelos intelectuais disponíveis e que compartilhavam a política cultural implementada pelo Estado autoritário, intelectuais das

Academias de Letras e dos Institutos Históricos e Geográficos: "...esses intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada irão se ocupar da tarefa de traçar as diretrizes de um plano cultural para o país" (Ortiz, 1985: 91).

A política de controle da criação artística alastrou-se sobre Manaus chamuscando as produções dos membros do Clube da Madrugada, visíveis nas publicações de 1967, que demonstram certa inquietude acerca do estado de repressão que estavam vivendo. Em *O Muro,* Anibal Beça clama para que se mudem as cores, *o muro cansado cansou-se do verde,* é preciso *uma cor com sabor alegre e livre.* Isso nos sugere que o verde não correspondia à liberdade nem à alegria. *Amanhã, Talvez...,* o título, sugestivo, remete ao futuro como possibilidade de algo vir a acontecer, mas em relação ao presente, Alencar e Silva afirmava *Hoje eu não estou para ninguém... nem mesmo para a Revolução.* O padre L. Ruas, com sua criação *Apocalipse,* destaca a figura dos meteoros, representantes das armas bélicas, como ameaças aos jardins, aos campos, aos rios, aos homens. Por fim, *Versos de Antiga Circunstância,* de Jorge Tufic, clamam *por nova aurora.*

Essas produções que partiram de membros do Clube da Madrugada indicam o reflexo do Golpe Militar na vida literária do movimento, e conseqüentemente, portanto, a repressão ocorrendo também no plano das idéias, principalmente sobre aquelas que ressaltavam os problemas sociais vigentes.

AMANHÃ, TALVEZ...

Alencar e Silva

HOJE eu não estou para ninguém. As janelas permaneceram cerradas. E é bom que providencie dois arcanjos silenciosos para o portão, com ordem severíssima contra os chatos. Que não tentem localizar-me. Seria inútil. Principalmente em se tratando do João. Que volte amanhã, querendo. Hoje, não. Não estou para ninguém. Nem mesmo para a Revolução.

Se ela sair às ruas e passar na minha rua, mesmo que venha com música, estandartes e fanfarras, não me concederei sequer olhar pela janela.

Qualquer motivo serve, contanto que não me encontrem.

Digam, por exemplo, que fui caçar ursos em Mato Grosso. Ou, se preferirem, que estou velejando tranqüilamente pelo Mediterrâneo.

Lance-se mão inclusive do recurso extremo: digam que morri. Que o fato se deu nas cercanias de Madri, perto de um trigal, diante de um pelotão de fuzilamento, momentos após haver-me retirado de um cabaré em companhia de alguns mineiros supostamente comprometidos num plano terrorista – e tudo sob o fundamento de eu lhes haver ensinado uma canção cifrada...

Mas digam tudo mui tranqüilamente. Sem afetar qualquer sentimento. E acrescente que não há absolutamente motivo para desânimo: pois que, amanhã eu ressuscitarei e lhes trarei a canção.

Mas hoje não. Hoje é absolutamente necessário que as janelas permaneçam cerradas. E a providência muda dos arcanjos.

Sobretudo não me perguntem nada.

Não estou para ninguém.

Nem mesmo para a Revolução.

Amanhã talvez eu tome conhecimento de tudo e convoque o povo para um concerto na esplanada do desespero. Talvez faça até mais: e convoque o sindicato dos mágicos, palhaços e acrobatas, para uma função geral para as crianças.

(*O Jornal*, 19 de fevereiro de 1967, p. 9)

O MURO

Para Margarete Vernieri

Anibal Beça

O muro está adormecido
Apenas o verde limo vive.

O muro vegeta sombras
Cinzentas sombras de cinza e carvão.
O muro está quase caindo
como pétala de rosa
quando murcha
quase morta
temerosa.
Mas
o muro ainda vive,
às vezes um castelo range
com o rachado do muro
(e os musgos cansam por abafar).
O muro está adormecido
Apenas o verde limo vive.
E na sua inércia
Confundiram-se com um cemitério,
um frio cemitério de sombras.
Mas
o muro vive
o muro tem olhos,
suas lágrimas
fecundam trepadeiras
que trepam no tempo
fluindo com a superfície do muro.

O muro cresceu
e germinou no silêncio.

Embora a sombra da memória
persista em criar
elementos que empatam
o crescimento do muro.

Penso
que o muro cansado cansou-se do verde.

Agora
mais que em tempo
o muro precisa de uma cor,
cor viva
que corra como o vermelho do sangue
uma cor com sabor alegre e livre
como cor da papoula.

Para que o muro não caia
para que o muro não morra.

Urge que se mudem as cores
porque o muro
fartou-se do verde.

(*O Jornal,* 28 de maio de 1967, p. 13)

VERSOS DE ANTIGA CIRCUNSTÂNCIA

Jorge Tufic

Cidade: nestes versos te inauguro
e planto, em vez de marco, o coração
– que já se fez cativo e jaz contigo
limbo de sonho, estrela do teu chão.

Aqui teu solo em mim se deu cantiga
onde enlevos semeio e colho espinho
– a estrofe de meus erros, sêmen puro
que em Ternuras se gasta, e sabe a vinho.

Arcos que um dia armaste, ei-los quebrados.
Sobe deles a trágica experiência
das horas nunca lidas, mas fincadas

como cravos na pele: esta vivência
astral, rude ou terrena que te lego
nesta maneira afável de passear-te
e amar sob tuas copas de ouro e vento;
neste gesto que é meu de soletrar-te

(aos poucos) na linguagem de teu povo.
Ó flor de sete gumes, solidária
fonte de astros fugaces, mas difícil
como o tempo de amar, porquanto vária.

Agora um brinde: aos pobres que te habitam
nos subúrbios distantes, nesta hora
em nossos irmãos de outros limites
anseiam, como nós, por nova aurora.

(*O Jornal*, 1.º de janeiro de 1967, p. 13)

APOCALIPSE

Luiz Ruas

Os meteoros ameaçam nossos jardins.

É hora de decolarmos
Para a infinitude do silêncio dilatado
Com nossas asas de sonho
Antes que a terra exploda
E se escancare como a fauce
De uma desmedida flor carnívora
Faminta de nossos corpos.

Não mais teremos tempo
De colher o fruto do nosso canto
Os meteoros ameaçam nossos campos.

Os mares cobrirão nossas faces;
Os vulcões ressecarão nossos ossos;
As mãos, os ventres, os sexos
Murcharão sob o fogo das estrelas
Que cairão sobre vales e colinas.

Os meteoros ameaçam nossos rios.

É tempo de partirmos para o espanto desmedido.

Do que fomos, fizemos ou cantamos,
Ficará, apenas, o invisível traço
Do vôo da ave indivisível
Que se consumiu no espaço.

(*O Jornal,* 23 de julho de 1967, p. 13)

— CAPÍTULO III —

CLÁSSICO OU CIENTÍFICO EM BUSCA DAS HUMANIDADES

CLÁSSICO OU CIENTÍFICO: EM BUSCA DAS HUMANIDADES

ENTRE REFLEXÃO, PENSAMENTO E UM CAFÉ

O tempo, às vezes, é revivido em situações diferenciadas. Estamos em Manaus, junho de 1999, às 9:40min, subindo a Av. Sete de Setembro em direção ao Colégio Estadual para mais uma atividade de investigação da história realizada, mas talvez mal registrada. Em questão de minutos, nos vemos subindo os degraus do Colégio, andando no estilo amazônico, de quem nasceu no interior, viveu exclusivamente em solo amazônico, não nadava contra a correnteza, respeitando a lei dos rios amazônicos. Nesse estilo, coletivo ou particular de caminhar, foi possível observar que muitas coisas mudaram no Colégio Estadual. Se compararmos o comportamento da comunidade estudantil e a arquitetura existente em livros, em jornais e nas fotos antigas com os novos alunos e as mudanças na estrutura do prédio percebem-se as diferenças. A movimentação dos alunos do Colégio Estadual de ontem é completamente distinta da de hoje. Faz parte das mudanças ocasionadas pelo tempo e pelos homens.

Do Colégio muitas coisas mudaram: os homens, seus hábitos e costumes; os professores, os alunos e, inclusive, muitos recursos didáticos usados nos labo-

ratórios. Ontem, ciências naturais com a manipulação de agentes químicos, para os alunos do Científico, hoje, o uso dos computadores para os alunos do Curso Técnico em Turismo. Os recursos didáticos de outrora sofreram a ação do tempo e dos homens, visto que os objetos são, talvez, passivos e impotentes frente às intempéries da natureza, requerendo, sobretudo, a intervenção daqueles que os fabricaram ou os utilizaram, no processo de conservação e preservação.

A distância, a estrutura arquitetônica do Colégio Estadual parece simples e não apresenta qualquer mistério para aqueles que, repetidas vezes, fazem seu percurso diário pelas ruas que o ladeiam. É apenas um colégio, talvez pensem os que se aventuram a arriscar uma opinião sobre ele. Mas é possível perceber através dos documentos existentes no seu arquivo que ele não foi um simples colégio.

Por isso, buscamos, com o nosso percorrer dentro do Colégio, ver o que está por trás das paredes marcadas pelo tempo. Nessa empreitada, nossa curiosidade acadêmica reclama por dados reveladores da vida estudantil dos ginasianos nas entrelinhas dos documentos empilhados indiscriminadamente. Nossa tarefa, portanto, há de começar caminhando no sentido subterrâneo, em busca de algo que possa ser relacionado ao passado, que, por descuido do homem e benevolência da natureza, ainda está parcialmente intacto e pode servir de elo de ligação entre os feitos pretéritos e o presente. Pode, a partir dos ângulos escolhidos intencionalmente, possibilitar um lampejo, transformar-se em uma fagulha e criar uma idéia.

O investigador, verdadeiro detetive do conhecimento, não se dá por vencido com os fatos e as fontes oferecidas, sai em busca de novas. Continua a percorrer os espaços de paredes grossas em busca de pistas, de algo. Isso mesmo. Nesse momento, a curiosidade dos estudantes soma-se à do pesquisador e a busca se amplia em mais emoção. Ele fica mais vibrante e curioso, porém nem todas as portas estão literalmente abertas; quando surge algum movimento estranho, indiscretamente olha na penumbra os objetos que estão para além da barreira estabelecida pelas grades fechadas com modernos cadeados. Os documentos materiais estão trancados, presos. Não por comprometer as leis, mas por motivos desconhecidos.

DO GINÁSIO AO COLÉGIO ESTADUAL

As denominações escondem mistérios, sentimentos e significados diversos. Abordaremos aqui duas. A primeira, no século XX, Ginásio Amazonense Pedro II, que parece guardar o rigor, a disciplina, o *locus* do saber, construído pela tradição dessa instituição de ensino em Manaus. A segunda, Colégio Estadual do Amazonas ou apenas Colégio Estadual, transmite a idéia de proximidade, de maior acesso às salas para ocupar as carteiras, mas com a exigência do cultivo do saber. Com a manutenção da aura construída e ainda mantida, pelo menos até o final dos anos sessenta. É uma idéia, talvez não a correta. O que temos de fato é a utilização das duas denominações para a instituição de ensino construída no período da Monarquia Imperial, situada à Avenida Sete de Setembro, em frente à Praça da Constituição, Praça João Pessoa, Praça Heliodoro Balbi, último nome oficial dado em 1953, e atualmente conhecida popularmente como Praça da Polícia. A Praça da Polícia também possuiu mais de um nome!

Mesmo escrevendo em 1980, momento em que a instituição de ensino já é conhecida por todos como Colégio Estadual, Thiago de Mello evoca sua preferência pelo seu Ginásio:

> *De todas as coisas tantas que se pode dizer do Ginásio do nosso tempo, esta frase tão simples é a fundamental: nós tínhamos orgulho de ser ginasianos. 'Aqui só entra quem sabe', dizia com seu jeito manso o inspetor Julio Nery, na manhã de 1937, em que minha turma entrou para fazer o exame de admissão.*
> *Era tempo em que os professores não eram nem nomeados nem contratados. Eram catedráticos, titulares de cátedras conquistadas em concursos memoráveis. Os alunos na solenidade de formatura recebiam diplomas de Bacharéis em Humanidades.*
> *Quero me valer desta página para ofertar um fino ramo de louvor e homenagem, em nome de todos os seus alunos, aos nossos professores, mestres dedicados, que se interessavam de verdade pela aprendizagem e até pela pessoa de cada um de nós. A maioria deles já não estão neste mundo, mas todos continuam vivos conosco, no que somos e fazemos* (Mello, 1984: 145).

O Ginásio, como primeiramente foi conhecido na década de 30, imprimiu sua marca de rigor na formação acadêmica dos alunos que saíam com curso em humanidades concluído, que viveram sua juventude freqüentando os bancos escolares do Ginásio. Thiago de Mello destaca o sentimento de orgulho dos alunos que entraram, através do exame de admissão, nos quadros discentes deste, em 1937: "Tempo em que os professores não eram nem nomeados nem contratados. Eram catedráticos, titulares de cátedras conquistadas em concursos memoráveis, portanto, diferentes daqueles que muito posteriormente passaram a compor os quadros docentes do período áureo". Os conceitos citados são substancialmente possuidores de sentido de qualidade, de esplendor e ostentação de um momento em que o ensino público despontava como responsável pela formação de quadros sociais, provenientes da classe média ou de famílias economicamente remediadas.

Esta marca permanece latente, hibernando em alguns períodos, mas garantindo o sopro de vida ou esperando a formação climática adequada para se manifestar tão viva e saudável quanto antes, apontando nomes, cores, emoções e muita saudade dos eventos e dos sujeitos participantes. Talvez seja apenas um comportamento nostálgico daquele que, não tendo como voltar no tempo, recorre à memória para reviver os momentos, os atos e as realizações de sua vida de ginasiano. Mas a incidência repetida diversas vezes elimina, em parte, a exclusividade de um comportamento nostálgico e revela a relação de identificação existente entre o homem e os locais freqüentados, seja entre o Colégio e a cidade ou entre o Colégio e os alunos, a perspectiva do reconhecimento está ressaltada. Em 1999, final do milênio, a Manaus do Ginásio, dos desfiles de 5 e 7 de Setembro, dos professores catedráticos retorna reluzente na memória transposta na Coluna de Belmiro Vianez, que assim a evoca:

> *Manaus amada, de ti sinto saudade de tudo, da fidalguia de tua gente. No filme do tempo eu visualizo as tuas 'Paradas Cívicas', do 5 e do 7 de Setembro, com as fanfarras do 'Ginásio' Amazonense, hoje Colégio Estadual, fanfarras rufando tambores em compasso marcial, tendo à frente o 'Bode Castelo', o 'Ginásio' dos professores Mesquita, Manuel Otávio, Ricardo Amorim, Conte Telles, Machado e Silva, Nicodemus, Braule Pinto, do Mestre*

Santana, do Professor Afonso Nina, dos Mestres Raimundo Said e Ney Rayol, dos sábios mestres Lira e Mário Ypiranga. Os seus disciplinados alunos e alunas, heraldicamente eretos em absoluta cadência nos 5 e 7 de Setembro, no impecável uniforme cinza, todo engomado, com o Castelo no casquete; 'as Dorotéias', as filhas de 'Auxiliadoras' as 'Normalistas' alunas da Escola Normal, hoje Instituto de Educação, belas moças de azul e branco. O meu inesquecível Colégio Dom Bosco. Impecavelmente de uniforme branco vincadamente engomado. O eterno 'Babieca', nosso inesquecível Padre Agostinho.

Ah! Tempo que tanto corres no tempo, deixando-nos as saudades da nossa tão amada Manaus, que mais parecia uma colméia de gente educada nas 'Sorbonnes de todas as Paris' (*A Crítica*, 18 e 19 de abril de 1999, p. 5).

Não identificamos como e quando o Colégio Estadual passou a ser representativo para Manaus. De 1929 a 1931, com a participação de Mário Ypiranga Monteiro no "Grêmio Literário Pedro II" (*O Jornal*, 21 de janeiro de 1962, p. 1); em 1937, quando entrou a turma do futuro poeta Thiago de Mello; em 1954, com a formação do Clube da Madrugada, ou melhor, quando ele se tornou público, na praça pública, e foi registrado nos livros dos poetas, e na memória dos seus membros e admiradores. Um pouco antes, um pouco depois, eis a questão. O que sabemos é que a aura foi instalada e o Ginásio, depois Colégio Estadual, passou a ser notícia e merecedor de matérias nos jornais da época, seja em função das reformas de sua arquitetura neoclássica, seja divulgando os acontecimentos internos e externos envolvendo os alunos e os ex-alunos, que se destacaram na vida profissional e humana. Mas não localizamos as notícias daqueles que por lá passaram e não conseguiram o brilho da vida profissional e humana. Talvez os fatos registrados sejam apenas daqueles que suavizam os olhos e os ouvidos, transmitindo a idéia de sucesso e harmonia social.

João Nogueira da Mata, ex-aluno do Ginásio Amazonense Pedro II, da turma de 1931, membro da Academia Amazonense de Letras, faz elogios a Lúcio da Cunha Fiúza que, após trinta anos, retorna a Manaus com o título de doutor. Identifica os alunos que pertenceram a sua turma e mostra seus desempenhos na vida profissional:

Dessa turma numerosa, quase toda de amazonenses, saíram Bacharéis em Direito, Médicos, Engenheiros, Jornalistas e altos funcionários federais e estaduais. Bacharéis em Direito que atingiram as mais altas posições na terra natal e além-fronteiras, entre os quais Ney Rayol, deputado à Assembléia Legislativa, por dois períodos consecutivos, consultor jurídico e atual juiz do Tribunal de Contas do Estado; Newton de Souza Aguiar, até bem pouco, Inspetor da Alfândega de Belém do Pará. Médicos de renome, com largas folhas de serviços prestados à União e ao Estado, como Aristides Celso Limaverde, um dos maiores sanitaristas da atualidade; Viterbo Antunes Storry, já falecido, integrante do selecionado corpo de especialistas do SESP; Pujacan Moura Tapajós, da Polícia Sanitária do vizinho Estado do Pará. Engenheiros como Frederico de Menezes Veiga, com residência na cidade de Salvador; Alcenor de Neves Madeira, um dos mais autorizados radiotécnicos do país, e Laerte do Carmo Chaves (*O Jornal*, 21 de janeiro de 1962, p. 1).

O autor faz questão de deixar claro que no Ginásio Amazonense Pedro II os alunos possuíam praticamente duas opções de estudo: a que possibilitava, após a conclusão do Colegial, prosseguir a vida acadêmica em outras instituições de ensino fora de Manaus, isto é, tornavam-se potenciais candidatos ao Curso de Medicina do Pará, da Bahia e do Rio de Janeiro. Outros com predileção pelas matérias de português, história da civilização e história pátria, voltavam-se para os cursos na área das humanidades em nível de terceiro grau.

Esses dados nos transmitem a idéia de que o Colégio Estadual esteve presente na formação profissional de muitos daqueles que fizeram parte de seu quadro como discentes, atendendo aos anseios profissionais e sociais da comunidade que o procurava. Mas não apenas os estudos das matérias que os preparavam para a carreira profissional almejada foram importantes; a atividade estudantil desenvolvida no "Grêmio Literário Pedro II" foi de fundamental importância para a formação dessa geração (1929 a 1931). Dele participaram Mário Ypiranga Monteiro, José Menezes, Edmundo Fernandes Levi, Francisco Benfica, Alcenor Madeira, Lúcio Fiúza, José Tavares da Rocha e tantos outros.

Em solenidade de recepção de mais um membro, recém-eleito, à Academia Amazonense de Letras, em fevereiro de 1962, Álvaro Maia, em seu discurso, faz alusão aos dias de estudo de humanidades de Cosme Ferreira Filho no tradicional Ginásio Amazonense Pedro II: "Graças a essa circunstância, alude o orador a um Cosme Ferreira Filho ainda estudante do curso secundário, empunhando a lira dos dezoito anos". Comenta João Nogueira da Mata (*O Jornal*, 25 de fevereiro de 1962, p. 1).

O destaque dado ao Colégio Estadual como centro de ensino voltado às humanidades foi captado na fala de Álvaro Maia, ex-professor do Colégio. Em seu discurso, põe em destaque também os mestres do aludido Colégio,

> *...onde pontificavam autênticos expoentes do magistério, entre os quais Plácido Serrano Pinto de Andrade, Arthur Araújo, Júlio Nogueira e tantos outros. É nesse mesmo período que se agitam, em tertúlias proveitosas, moços talentosos, que mais tarde alcançariam grande posição social como Demóstenes de Carvalho, Cosme Ferreira Filho, Abelardo Araújo e outros mais* (*O Jornal*, 25 de fevereiro de 1962, p. 1).

O Colégio Estadual, de fato, tornou-se notícia e o brilho foi destacado nas pessoas que alcançaram, ou transpuseram os obstáculos impostos, conquistando, fora do Estado, as vagas para os cursos superiores de medicina e engenharia. Seja por esses motivos, da conquista e êxito daqueles que partiram com a base acadêmica construída a partir do Colégio Estadual, seja porque os que ficaram lograram o "esplendor" conquistando vagas na Academia Amazonense de Letras e em outros movimentos literalmente acadêmicos, como o Clube da Madrugada, o Ginásio foi considerado, pelas manchetes dos jornais da época, uma das casas responsáveis pela formação de gerações.

Reconhecendo sua grandiosa importância socioeconômica para a comunidade manauara, em março de 1956, a reportagem de *A Crítica* denunciava o estado físico em que se encontrava o Colégio e destacava a importância da reforma na sua estrutura arquitetônica. Na descrição das condições do Colégio, a reportagem afirmava que seu aspecto interno era

...até pouco tempo, verdadeiramente deplorável, não condizente, em absoluto, com o seu caráter de estabelecimento padrão, de onde já saíram gerações inteiras de homens cultos, orgulho, muito deles, para a nossa terra, que na verdade se honra de possuir um educandário à altura do Colégio Estadual, viveiro de tradições, cenário de belas recordações dos homens amazonenses... [Que vem] formando gerações inteiras, sem jamais desmerecer de suas honrosas tradições. Este ano, por exemplo, o Colégio Estadual do Amazonas conta com uma matrícula de 1.512 alunos, e seu corpo docente compõe-se de 33 mestres efetivos, com três turnos de aulas, o que bem demonstra a atividade febril, em prol da educação, que ali se verifica (*A Crítica*, 22 de março de 1956, p. 3).

Mas o Colégio Estadual viveu também seus períodos de conflitos sociais, de "rebeldia" estudantil. Em 1930, aconteceu a "Revolução Ginasiana", quando os alunos do Ginásio Amazonense Pedro II, acompanhando a comoção nacional em decorrência do assassinato do candidato à Presidência da República, João Pessoa, Presidente do Estado da Paraíba, resolveram solicitar ao chefe de Polícia, Dr. Martins Palhano, a permissão para a realização do comício que seria realizado na Praça da Saudade:

Concedida a permissão, convites foram espalhados nos quatro cantos da cidade, extensivos a toda a classe estudantil e povo em geral, para o grandioso comício, que seria efetuado às 16:00 horas do dia 11 de agosto, na praça acima mencionada (Memórias de um ginasiano, *O Jornal*, 4 de agosto de 1966, p. 1).

Porém, mesmo sendo concedida a permissão para a realização do comício, novas ordens foram dadas proibindo sua realização:

...a praça da Saudade foi cercada pelo célebre 'piquete de cavalaria', guardas civis e agentes da Polícia Civil, comandados pelo investigador Lindolfo Marques. Ali foram travadas as primeiras lutas, a cavalaria invadiu a praça, dispersando o povo a patadas de cavalos. Então o pau cantou de rijo, mas em desvantagem,

estudantes e o povo em geral dispersaram-se, não se realizando o comício (ibidem).

O incidente envolveu, na Avenida Eduardo Ribeiro com a rua 10 de Julho, um grupo de ginasianos que foram abordados por um automóvel, vindos da Praça da Saudade, cercados por guardas civis, que ordenaram aos ginasianos Armando Sevalho Segadilha, Amaury Amora, Moura Tapajós, Joari e Jurandir Abreu, Manuel Antônio, Garcia Gomes e Raul Melo, que se dirigiam à Praça da Saudade para participar do ato público, que retornassem às suas casas, pois nenhum comício seria realizado. O descumprimento da ordem gerou atritos entre os guardas e Armando Segadilha, levando-o à prisão, mesmo sob protestos dos estudantes, tanto na Avenida Eduardo Ribeiro quanto na rua Barroso, em frente à Biblioteca Pública, por onde passaram os guardas conduzindo o preso. Outro grupo de ginasianos, composto por João Costa, Walter Benayon, Francisco Castelo Branco, Aydil Oliveira, Francisco Paes Barreto da Silveira, João Cruz, tentou libertar o colega, mas foram presos também.

Só às 21 horas os presos, por interferência de parentes, foram postos em liberdade. Porém, o sentimento de descontentamento não cessou com a libertação dos jovens à noite de 11 de agosto. No dia seguinte, em protesto ao ato de violência, resolveram fazer o "enterro" do Chefe de Polícia, às 15 horas, o que gerou novamente conflitos com a Polícia e a Guarda Civil. Avisados, cercaram o Ginásio para impedir a realização do protesto, tendo os alunos usado, inclusive, de "Tiro de Guerra" do Colégio Estadual. A intervenção dos professores Álvaro Botelho Maia, Plácido Serrano e Vicente Telles, diretor da Escola Normal, que estavam no Ginásio no momento do episódio, e também de um oficial do Exército, tenente Plínio, foi decisiva para evitar que uma tragédia se consolidasse. Aos apelos dos professores, os alunos revoltosos entregaram as armas e foram conduzidos à Central de Polícia. Foram soltos às 21 horas, como no dia anterior, por interferência de um *ultimatum* enviado pelo Exército à Polícia (Memórias de um Ginasiano, *O Jornal*, 4 de agosto de 1966, p. 1).

O espírito contestador não cessou. Os anos passaram e com eles novos discípulos sedentos de participação na vida social foram criados ou recriados, talvez para dinamizar as relações sociais estudantis. Esta foi uma das "disciplinas" ausentes da proposta curricular de estudo do Ginásio ou

Colégio, mas presente na formação dos estudantes que passaram seja pelo Ginásio Amazonense, seja pelo Colégio Estadual.

Novas notícias de confrontos foram registradas em 17 de abril de 1955. Desta vez envolvendo o professor, advogado e diretor do Colégio Estadual, Manuel Otávio Rodrigues de Souza que, em nota à imprensa, torna público seu ato administrativo referente às normas de eleição dos representantes das entidades estudantis do Colégio Estadual, para corrigir os atos "abomináveis" dos discentes que se rebelaram diante das datas estabelecidas para a realização do pleito que escolheria os dirigentes, das entidades estudantis do Colégio Estadual, a Associação Atlética e o Centro Estudantal "Plácido Serrano" (*O Jornal,* 17 de abril de 1955, p. 1). A rigidez administrativa no tratamento com os discentes, naquela época, levou à aplicação de suspensão de 30 dias aos alunos que discordavam das normas impostas para a escolha dos seus representantes.

Conforme o documento, o diretor do Colégio Estadual foi chamado ao Palácio Rio Negro e prestou todos os esclarecimentos necessários ao Governador do Estado, afirmando que a Portaria n.º 50, de 14 de abril, não seria revogada se os alunos insubordinados não se retratassem por escrito. Tal decisão foi revista quando os alunos recorreram da punição pelas vias legais e um dos punidos fez por escrito a devida solicitação de relaxamento da punição. De posse do pedido de reconsideração da pena feito pelos alunos, o diretor comutou a pena de suspensão de 30 para 10 dias.

Está implícito na nota divulgada à imprensa que a Diretoria do Colégio na época agiu de forma a manter o seu poder administrativo, e até político, dentro da instituição e perante a sociedade, pois a ocorrência interna foi publicamente divulgada através da imprensa local.

Em 1955, em cerimônia de colação de grau, talvez como represália, formandos do Colégio Estadual esqueceram-se de convidar as autoridades para participar do evento, gerando dissabores e obrigando a Diretoria do Colégio Estadual, em nota oficial, a se desculpar publicamente pelos fatos ocorridos:

> *...a escolha da personalidade de Álvaro Maia para patrocinar esta mesma turma visou tão-somente homenagear um ex-professor deste estabelecimento que, no exercício do magistério, emprestou o bri-*

lho de sua cultura ao maior renome do Educandário Padrão do Estado (*A Crítica*, 28 de dezembro de 1955, p. 2).

A não-inclusão do nome do governador de então, Dr. Plínio Ramos Coelho, no convite impresso apareceu como descuido dos alunos e não teria tido intenção de colocar à margem a maior autoridade constituída do Estado. A justificativa apontada para tal descuido ficou por conta do tamanho da comissão, que era pequena e composta por alunos do turno noturno, que não dispunham de tempo suficiente para preparar, com calma, a cerimônia e convidar as autoridades constituídas do Estado. O Arcebispo Metropolitano e a diretoria do Instituto de Educação do Amazonas também

> *...não receberam convite para participar da solenidade. Coisas de juventude ardorosa e irrefletida. Jamais poderiam os alunos deste Colégio cometer tamanho ato de ingratidão para com o Exmo. Sr. Governador do Estado, pois são testemunhas da total transformação por que está passando o antigo Ginásio Pedro II, graça à ação administrativa do atual governo que já tem, inclusive, dado soluções a casos até então descuidados como o do equipamento de Educação Física, instalação de cantina, cooperativa escolar, etc.* (ibidem).

Apesar de possuir regras de conduta acadêmica muito claras, no que diz respeito aos deveres e direitos dos discentes, no Colégio Estadual os eventos envolvendo a comunidade estudantil nem sempre ocorriam seguindo as determinações da direção do colégio. A discordância entre discentes e administradores do Colégio demonstra relativa autonomia na formação da personalidade dos ginasianos, salutar para a formação do homem questionador.

Para Aloysio Nogueira, o Colégio Estadual tinha uma disciplina muito rígida:

> *Não tenha dúvida sobre isso. Com uma organização de bedéis que davam toda a cobertura a esse processo. Mas, à hora da merenda no Colégio Estadual, todos os alunos saíam para a rua, no primeiro e segundo tempos. À noite, inclusive. Batia a campainha, todos*

voltavam para o colégio. No momento em que uma certa direção coibiu essa liberdade de sairmos, foi um 'deus-nos-acuda'. Essas conquistas parecem bobagem mas, na verdade, elas afirmavam esse processo de liberdade dentro do Colégio (Aloysio Nogueira, dezembro de 1998).

A política estudantil no Colégio Estadual ultrapassou as décadas de trinta e chegou até aos anos sessenta, atendendo às características de atuação das gerações que viveram os contextos político, social, cultural e econômico de suas épocas. Nesses contextos, as atuações foram direcionadas aos fatos considerados mais emergentes pelos grupos responsáveis, nas conjunturas específicas de atuação.

Aldisio Filgueiras reconhece que fez parte da última geração de alunos que estiveram mais diretamente envolvidos com a política estudantil. "O Colégio Estadual tinha uma tradição mesmo de diálogo com o poder público, estadual e municipal, era o centro de referência intelectual da cidade de Manaus, era o colégio Estadual do Amazonas. Eu costumo dizer que fiz parte dessa última geração" (Aldísio Filgueiras, junho de 1999).

O poeta, ao relembrar sua juventude no Colégio Estadual, talvez amplamente envolvido pela emoção de quem viveu densamente os espaços internos do colégio e suas adjacências, junto aos agentes sociais integrantes daquele cenário histórico que serviu como referência cultural e intelectual para sua geração, faz uma radiografia, um diagnóstico e uma avaliação do período que viveu freqüentando o Colégio. Nesse sentido, sua marca analítica está presente em sua fala, na elaboração do seu pensamento e na reconstituição dos fatos sociais, dos quais foi partícipe.

Reconstituindo a personalidade arquitetônica e social da instituição de ensino de sua época, Aldisio Filgueiras afirma:

Hoje a gente passa pelo Colégio Estadual e quase não vê aquele monstro de prédio que tem ali, aquela vida de juventude, de discussões, de idéias. E os professores, também, foi a última geração de professores que tinham o prazer de ensinar, até porque ser professor tinha status *dentro da província...*

E eu tive a sorte de nascer no momento certo, num local certo e fiz o meu ginásio todo no Colégio Estadual numa época em que os estudantes liam. Eu acho que também sou da última geração de leitores. Ninguém lê mais. Era um prazer ler, um prazer saber, era um prazer discutir o que se sabia e na discussão era outro prazer você apreender o que o outro sabia também. Então, aquele centro histórico da cidade era o Colégio Estadual, a Praça da Polícia, o Café do Pina, até o boteco onde a gente bebia cachaça também, o bar do Jaú, o Cinema Politeama, o Cinema Guarany, toda aquela área adjacente ao Colégio Estadual era um território realmente republicano, de exercício de democracia (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

O Colégio Estadual está posto nos depoimentos escritos e orais como a grande referência de ensino secundário dentro da cidade de Manaus, por isso a juventude almejava fazer parte do quadro discente do Colégio, o que despertava o sentimento de orgulho naqueles que conseguiam entrar e permanecer como seus alunos. Por isso:

Chegar ao Colégio Estadual era como fazer um doutorado, você tinha uma platéia, a cidade era sua platéia. Então aquela farda do Colégio Estadual era esquisitíssima, de manga comprida, gravata, um cinto com uma fivela enorme, com um castelo.
A gente saía do Colégio e ficava passeando, porque nós tínhamos uma platéia. E isso exigia da gente uma postura mais arrogante, vamos dizer assim. 'Eu sou do Colégio Estadual'. Dizíamos até que: uma vez ginasiano sempre ginasiano (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

O Colégio Estadual foi reconstituído pela memória de Filgueiras, que apontou os lugares construídos, física e socialmente, visto que as dimensões físicas da arquitetura são, sobretudo, construções sociais. São criações dos homens enquanto seres coletivos. Por isso, Filgueiras manteve guardados na memória os lugares que foram marcantes na sua vida social e acadêmica dentro do Colégio:

Eu me lembro bem da estrutura física do colégio, além da biblioteca, de uma sala onde funcionava o centro 'estudantal' Plácido Serrano, que era o nosso foco de subversão, de agitação da vida política do Colégio, que tinha uma vida política, e aquela arena que foi construída também no meu tempo que nós ocupávamos com discussões políticas e com apresentação de teatro, jograis. Eu ainda pude ser aluno de música do Canto Orfeônico.
O Colégio tinha uma excelente biblioteca, tinha um espaço da biblioteca. Os laboratórios vinham desde o Ginásio (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

O Colégio, enquanto referência de ensino, permaneceu desenvolvendo ou despertando nos alunos seu lado político, talvez como a somatória da formação do homem numa perspectiva mais abrangente do que pode ser entendido como formação. Ao longo de sua história, o Colégio esteve sempre envolvido com as questões de ordem político-estudantil:

O Colégio era uma espécie de trincheira nossa dentro da cidade de Manaus. Eu me lembro que numa greve nós discutimos com o governador do Estado. Eu lembro que tive audiência com o Governador Arthur Reis, que já era um preposto do Golpe Militar e o Colégio completamente parado e nós fomos até o palácio Rio Negro e dissemos: 'nós paramos porque o colégio está parado, não tem aula'. E ele respondia pra nós, bonachão: 'É a primeira vez que eu vejo estudantes fazerem greve pra ter aula, nós fazemos greve pra não haver aula'. Nós tínhamos o acesso ao poder político e várias gerações de políticos foram formadas pelo Colégio Estadual... O Colégio Estadual era o centro político realmente da cidade (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

O movimento estudantil dos ginasianos teve como lema a expressão: "queremos aula" (*O Jornal,* 4/5 de junho de 1966, p. 1 e 5). Neste movimento, os alunos que lideravam as manifestações estudantis contra a falta de professores foram punidos pela direção do colégio, professor Guilherme Nery, desencadeando ameaças de greve geral caso as punições fossem mantidas.

A vida política dos estudantes começou a sofrer fortes revezes após a segunda metade da década de sessenta, com o evento militar que sacudiu a vida política do Brasil. As armas foram os recursos mais fortes no combate à formação daqueles que não estavam presos ao saber construído apenas nas salas de aulas, mas que envolvia a *práxis*, a mudança do presente. Sem saber muito bem o que queriam, mas sabendo o que não queriam. A utopia era o ingrediente essencial na composição da receita que levava aos atos de descontentamento, às atitudes que vislumbravam as possibilidades de mudança coletiva, da construção, talvez, do eldorado social e cultural na Amazônia, destacando-se da subserviência e da passividade de um povo que vem servindo historicamente de laboratório para as experiências extrativistas do Velho Mundo. Mas o sonho foi adiado, segundo Filgueiras, quando

> *A ação da ditadura militar começava a assustar aqueles que pensavam e começou a haver um rodízio muito grande de professores nas várias áreas, até porque havia uma espécie de seleção ideológica para que o professor se habilitasse a lecionar no Colégio. Os diretores começaram a tomar decisões fascistas com relação à disciplina no Colégio e realmente o Golpe Militar foi um golpe pesado na estrutura do Colégio e depois virou o que é. Ir pra escola é uma das coisas mais desestimulantes que existe hoje* (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

E, assim, a participação dos alunos nos movimentos de natureza política-reivindicatória, característica dos ginasianos, teve seu fim com a ditadura militar e nunca mais conseguiu alcançar o brilho dos tempos idos do Ginásio de Mário Ypiranga e Thiago de Mello, e do Colégio Estadual de Aloysio Nogueira e Aldisio Filgueiras, mas entre todos está latente o orgulho de serem ginasianos, caracteristicamente, à maneira de cada um.

NEM CLÁSSICO NEM CIENTÍFICO: PRAGMATISMO À VISTA

Houve um tempo em que os professores do Colégio Estadual eram denominados de mestres catedráticos. Caberia, então, discutir o sentido semântico das palavras "mestre" e "catedrático", possuidoras de grande significado e qualidades para o ensino secundário. Mestre – refere-se àquele que é versado em uma arte ou ciência; aquele que ensina uma arte ou ciência. Catedrático, designativo do lente (o que é dono da cadeira que rege), efetivo de escola secundária ou superior; professor titular de curso secundário ou superior (*Dicionário Michaelis*, 1998, p. 1.363 e 453). As definições estão perfeitamente registradas nos dicionários e na memória dos agentes sociais que viveram os momentos em que os professores eram adjetivados pelos alunos, seja em função de suas condutas pedagógicas, seja em função do prestígio por virtudes outras.

Anísio Mello, que estudou no Colégio Estadual no período de 45 a 50, afirma que o Colégio estava voltado para a formação de jovens que pudessem ingressar nas universidades, oferecendo

> *...conhecimentos básicos de primeira categoria. Na época em que eu estudei, o Colégio Estadual tinha em seu quadro um grupo de professores de primeira linha. Homens adultos, escritores que entravam lá no quadro docente através de concursos de títulos e até através de teses. Então a qualidade era bem maior e bem melhor do que a qualidade de hoje, sem menosprezar os professores atuais que estão lá não por sua culpa, estão lá porque são pessoas que dão as suas matérias, estão em condições de transmitir aos seus alunos o melhor de sua qualidade de professores atuais* (Anísio Mello, dezembro de 1998).

A estrutura pedagógica do ensino no Colégio Estadual estava dividida em Ginasial e Colegial. No Ginásio, o ensino de matérias idênticas para todos os alunos, no Colegial, ou ensino médio atual, duas opções: o Científico ou Clássico, de três anos. O primeiro encaminhando os alunos mais para as ciências exatas e biológicas, e o segundo, orientando-os para as ciências humanas, para a área filosófica.

Anísio Mello ressalta a participação de alunos do Clássico na imprensa local:

> *Os alunos das ciências humanas que estavam fazendo o Clássico eram alunos mais voltados para as Letras, então era muito comum os alunos do Colégio Estadual colaborarem com artigos, crônicas nos jornais locais. Eu mesmo colaborei em vários jornais da época ainda como estudante do Colégio Estadual, o que hoje infelizmente não acontece* (Anísio Mello, dezembro de 1998).

O perfil do ensino humanístico é ressaltado em diversos momentos da fala de Anísio Mello, principalmente quando retoma os momentos de estudante para justificar, em parte, sua opção pelo Colegial Clássico, destacando sua importância para a formação humana dos discentes. Nessa perspectiva, ao afirmar que: "Nós éramos obrigados a traduzir diretamente do Latim para o Português", não se refere ao fato como um obstáculo à cognição, mas como aspecto importante e substancialmente qualitativo na sua formação. Nessa linha de reflexão, ele enfatiza dois aspectos do Colégio Estadual, os alunos escreviam para os jornais e os professores eram escritores.

Destaca também o ensino de línguas estrangeiras como mais uma característica importante do ensino Clássico:

> *Nós tínhamos Filosofia no Colégio Estadual. Estudávamos Filosofia, línguas como o Latim, Espanhol, Alemão, Francês e Inglês, eram seis idiomas, com o Português. Então, essa leitura universal de clássicos brasileiros, portugueses e europeus era uma forma de levar conhecimentos, de formar uma geração de bons leitores, uma formação de leitores que poderiam futuramente se tornar escritores, como aconteceu com vários deles do nosso grupo que era bastante eclético, também. Nós tínhamos poetas, escritores, jornalistas, cronistas, romancistas. Tudo isso saiu do seio do Colégio Estadual, que era o colégio mais influente na época. Todo mundo queria estudar no Colégio Estadual porque era o melhor Colégio de Manaus. E mesmo porque era do Estado e era gratuito, com padrão de qualidade, com aulas pagas pelo governo e o aluno, naturalmente,*

tinha aquela obrigatoriedade de estudar, mas estudava porque queria (Anísio Mello, dezembro de 1998).

O perfil humanístico identificado e vivido também por Anísio Mello pode ser encontrado no depoimento do professor Renan Freitas Pinto quando discorre sobre o perfil cultural do Clube da Madrugada. O importante é que a pessoa identificada na fala do professor Renan é Sebastião Norões que, além de professor de Geografia do Colégio Estadual, foi um poeta:

Tinha um gosto musical refinadíssimo. Era um homem preocupado em ter uma grande atualidade sobre músicas brasileiras contemporâneas e sobre músicas eruditas, não somente do Brasil. Do Brasil, ele tinha uma coleção fantástica, uma discoteca maravilhosa. Ele dedicava e gastava o dinheiro dele com viagens que fazia sempre para o Oriente, Europa, etc., e em discos. Na casa dele também havia uma reunião aos sábados à tarde, ao lado do Colégio Estadual. Ele morava naquele prédio, onde hoje é a ótica 'A Especialista', nos altos, no primeiro andar, e essa reunião se constituía em movimento de informação musical, porque através da discoteca de Norões, todos nós nos informamos sobre a música (...) Ele teve um papel fundamental na formação musical e na apreciação musical, porque era uma sessão que dava aos sábados, à tarde, e era bastante freqüentada (Renan Freitas Pinto, maio de 1999).

Podemos dizer, então, que a característica humanística de ensino fez parte da história do Colégio Estadual e exerceu sua influência na formação daqueles alunos que viveram o período em que o ensino nesta instituição era possibilitador da continuidade dos estudos em nível de terceiro grau, uma vez que os estudantes do Científico e do Clássico não saíam com diplomas de técnicos de nível médio, mas estavam sendo preparados para a carreira acadêmica.

Quando tomamos, como uma constatação, a importância desse perfil humanístico do ensino, conhecido como Clássico, surgiu a necessidade de averiguar, através da inquirição, como ocorreu a colaboração desta perspectiva da educação na formação dos acadêmicos. Essa relação

pode ser exemplificada através da atuação docente de professores e poetas que ministravam aulas no Colégio, como foi o caso de

> *Farias de Carvalho, professor de literatura, era uma pessoa que tinha uma cultura literária fantástica. Conhecia muito a literatura portuguesa, o teatro português, inclusive até encenava 'coisas' no Teatro Amazonas e representava em sala de aula alguns trechos, fazia pequenas amostras. Era um professor bem imprevisível. Na verdade, era um ator mais do que um professor. Um ator nato e nas aulas tinha sempre alguma coisa de teatral, sempre um pigmento cênico da coisa. Ele era um homem de vocação inata para o teatro. Isso aí influenciou. Ele era uma pessoa extremamente admirada pelos alunos. Exatamente por isso. Já pensou conviver aos 16,17,18 anos com uma figura extremamente envolvente, inclusive corporalmente envolvente, pois era um homem grande, com uma voz poderosíssima. Então aquilo era um espetáculo fantástico. A aula dele ninguém perdia, mesmo que você não soubesse rigorosamente o que ia acontecer. Era sempre muito atraente o espetáculo que era a aula dele* (Renan Freitas Pinto, maio de 1999).

Isso demonstra que o ensino praticado neste colégio, no Clássico principalmente, pode ter influenciado a formação humanística daqueles discentes mais diretamente relacionados com os professores citados.

A relação pessoal e acadêmica entre professores e alunos era mantida, entretanto, com certo distanciamento. Mas o grau de distanciamento era estabelecido pelos próprios professores, ou melhor, dependia da personalidade de cada docente, dentro de uma normalidade permitida e acatada pelos próprios alunos. Nesse sentido, Renan Freitas Pinto afirma que esse distanciamento ocorria dentro de

> *...um certo padrão que para nós caracterizava-se como uma qualidade do próprio colégio, esse corpo de professores. Então, quer dizer que esta respeitabilidade se dava pelo prestígio dos professores. Quando eu entrei como professor, isso já significava uma espécie de decadência. Inclusive teve um episódio envolvendo uma daquelas pessoas que trabalhava lá, um funcionário do Colégio*

Estadual, que não acreditou que eu era professor do Colégio Estadual. Quando eu fui entrar, ele me disse: – 'Você está sem farda'. Eu disse: – 'Agora eu sou professor' (Só podia entrar de farda). 'Eu fiz o concurso e sou professor!' Ele ficou brincando e disse: – 'Não acredito, será possível? A coisa está bagunçada mesmo'.
O sinal de uma nova época no colégio que começava. Esses figurões deixavam de dar aula, passava a entrar um pessoal novo. O que na verdade impunha a respeitabilidade era o conhecimento mesmo. A capacidade do manejo de classe. A conduta do professor como professor. Mesmo para esses novos. Os antigos professores representavam uma espécie de aura do Colégio Estadual, aquela coisa do prestígio. As regras estabelecidas eram aceitas como necessárias, mesmo pelos alunos. Agora, é claro, havia as transgressões. Havia aqueles alunos bagunceiros. Mas eles pagavam um preço relativamente alto pelos seus desvios, vamos dizer assim (Renan Freitas Pinto, maio de 1999).

Isso não quer dizer que os professores novos não tivessem maturidade acadêmica suficiente para exercer a função de docentes, porém não possuíam todos os elementos simbólicos da velha-guarda que imprimiam a marca da competência, do rigor.

A existência de normas que estabeleciam os direitos e deveres dos alunos pressupõe que as possíveis transgressões fossem a princípio evitadas e, sobretudo, as ações estudantis dentro e fora do Colégio ocorressem conforme a conduta desejada pela administração do Colégio, pois os alunos eram também vistos como elementos representativos do conceito existente acerca da instituição de ensino. Mas não as devemos estender para a plenitude do corpo discente, pois, se assim fosse, as normas estabelecidas estariam funcionando como um agente químico, que uma vez introduzido por via intramuscular ou venal, em contato com os órgãos humanos, mudariam ou adequariam as manifestações dos jovens. O que está mais para a ficção do que para a realidade. As regras e as normas foram acatadas pela maioria dos alunos como necessárias ao relativo andamento das atividades acadêmicas. Havia reciprocidade entre os critérios estabelecidos e a grande maioria da comunidade estudantil, principalmente em função das qualidades destacadas por Renan Freitas Pinto: "O que na verdade impu-

nha a respeitabilidade era o conhecimento mesmo. A capacidade do manejo de classe. A conduta do professor como professor" (maio de 1999).

As qualidades também são ressaltadas por Aldisio Filgueiras, chegando inclusive a impor intensidade na caracterização dos mestres que representavam a "velha-guarda" do Colégio Estadual até a década de sessenta:

> *É que eles estudavam. Esses professores estudavam. Eles se tinham como mestres mesmo. Como pastores de rebanhos, como guias, líderes, mestres, formadores. Eles tinham essa postura, o tradicionalismo mantinha esse distanciamento. Você olhar para os professores era como olhar para Deus. Você via Moisés descendo a montanha com os dez mandamentos na mão. Eles tinham um orgulho, uma impostação de voz, uma postura, às vezes teatral, eles estavam num palco para uma platéia de alunos* (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

Independente de todo o cenário comparativo criado para denotar as qualidades e os propósitos dos mestres, os adjetivos criados estão gravados na memória dos entrevistados e de muitos que em suas obras fazem o percurso incluindo o Ginásio ou o Colégio Estadual.

Fazer uma escolha entre os professores que ministraram aulas no Colégio Estadual seria, de fato, uma temeridade, pois o risco de se cometer injustiças é grande. Por mais que se estabeleçam critérios, eles dificilmente conseguiriam representar o conjunto dos mestres. Então, melhor seria escolher um representante, talvez não o melhor, e, nesse sentido e com base nas entrevistas, destacaremos Farias de Carvalho, professor, poeta e ator, reconhecido por seu ex-aluno e poeta também, Aldisio Filgueiras, como uma personalidade que habita a memória de todos que assistiram suas aulas:

> *Farias de Carvalho. É impossível separar o Farias. Ele sempre foi a mesma coisa dentro do Colégio, no Clube da Madrugada, nas relações pessoais com os alunos. E foi ator a vida toda. Tudo que ele fazia era uma representação. Não conseguiu assimilar toda a questão da modernidade, nem da literatura. Contínuo romântico, retórico, muitas vezes verborrágico, um anarquista. Nunca levou a sério nada, nem o colégio. A não ser o seu sentimento visionário...*

era grande eloqüente em sala de aula. Primeiro, ele costumava inventar 'todas' para não dar aula. Uma vez ele inventou um coral que ele passou quase a metade do ano ensaiando. Eu fiz parte do coral. E nós saíamos ensaiando pelas outras salas. Ele não só não dava aula na sala dele como atrapalhava as aulas dos outros, porque nós íamos ensaiar com os alunos das outras salas. Passamos uns seis meses ensaiando esse coral. E nós nunca nos apresentamos oficialmente. Passamos a vida toda lendo poesias dentro do Colégio, atrapalhando as aulas dos outros professores, inclusive o pessoal da área do Científico. [Ele tinha receptividade entre os alunos?] Tinha. Era simpaticíssimo. O Farias chegava na sala de aula, pedia um cigarro do aluno, o aluno oferecia educadamente a carteira, ele tirava um cigarro, dava para o aluno e ficava com a carteira. Era muito íntimo, uma figura muito querida. Por esse jeito bonachão de achar que era um poeta romântico, que tem direito a todos os prazeres da vida. Não era um trabalhador (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

As características de Farias de Carvalho são apontadas por Aldisio Filgueiras como positivas para a formação acadêmica e humana dos alunos, o que transcende a idéia de instrução, visando alcançar a criação do homem completo.

Os alunos do Colégio Estadual estavam divididos em dois grupos, os do turno diurno e os do noturno. Segundo Renan Freitas Pinto, os alunos do turno da noite eram jovens com emprego, alguns casados ou, então, prestando serviço militar; já os do turno diurno não tinham essa preocupação tão imediata. Os alunos da noite geralmente trabalhavam nos bancos, no comércio, tinham atividades contratuais firmadas. Os do diurno eram de classe média que não necessitavam trabalhar. Existia uma espécie de pressão social no sentido de reservar aquele Colégio para um certo extrato da sociedade. Era quase como se fosse um espécie de estamento:

Os colégios de padrão melhor geralmente eram freqüentados por pessoas que tinham vínculos com a classe dominante, com as elites intelectuais, políticas, etc. Isso era patente no Colégio Estadual... A classe média de Manaus e até as elites espalhavam seus filhos

Farias de Carvalho em cena. Acervo Selda Vale da Costa.

pelos colégios Dom Bosco, Colégio Estadual, Santa Dorotéia e N. S. Auxiliadora (Renan Freitas Pinto, maio de 1999).

No final da década de 60, o ensino público de nível médio, identificado com um certo padrão de qualidade, que formou pessoas que se destacaram nos eventos culturais e também na vida profissional de seu tempo, começou a sofrer as primeiras baixas.

Até então, inclusive nas *Mensagens de Governo,* fica claro que o Colégio Estadual e o Instituto de Educação do Amazonas foram as escolas mais destacadas como formadoras dos jovens, colégios-padrão do Amazonas. As matrículas distribuíam-se proporcionalmente entre as duas instituições de ensino. Além dos colégios mencionados, existia também o Instituto "Benjamin Constant", atendendo predominantemente moças órfãs ou carentes do interior do Estado, e o Colégio Comercial "Solon de Lucena", que preparava o jovem para exercer atividade profissional no comércio:

ALUNOS MATRICULADOS EM MANAUS

Ano	Colégio Estadual	I E A	B. Constant
1954	1.132	808	204
1955	1.132	1.079	203
1956	1.438	1.411	260
1957	1.797	1.516	500[1]

(1) sendo 250 internas e 250 externas.
Fonte: *Mensagem de Governo*, 1958, p. 4.

Apesar das mensagens de governo não apresentarem continuidade no que diz respeito aos números de alunos matriculados e freqüentando escola, é possível perceber que, na educação do ensino médio, os governos se restringem a reformas nas estruturas dos prédios já existentes e na manutenção do corpo docente através do pagamento dos vencimentos atrasados e reajustando os salários dos professores, como foi o caso do governo de Plínio Ramos Coelho.

A partir do governo de Arthur Cezar F. Reis, 1964, novas escolas de ensino médio foram construídas no Estado do Amazonas, começando a funcionar em março de 1965, além das já citadas:

Ginásio Estadual "Marquês de Santa Cruz", em São Raimundo.
Ginásio Estadual "Márcio Nery", no bairro da Cachoeirinha.
Ginásio Estadual "Estelita Tapajós", no bairro de Educandos.
Ginásio Comercial de Coari.
Ginásio Normal de Lábrea.
Ginásio Normal de Benjamin Constant.
Colégio Normal de Itacoatiara.
Ginásio Normal de Itacoatiara.

Nas três primeiras escolas construídas em Manaus, o ensino médio foi oferecido apenas no terceiro turno, justamente para atender adolescentes e adultos dessas áreas e que desenvolviam atividade profissional durante o dia.

Mas, em 1967, as escolas criadas já não eram suficientes para atender a demanda crescente de alunos, conforme os números do relatório da Secretaria de Educação e Cultura, anexo à *Mensagem de Governo* de Danilo Duarte de Matos Areosa, de 1968, que aponta os números das matrículas no ensino médio no ano de 1967:

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PÚBLICO EM MANAUS

Escolas de ensino médio	Matrículas em 1967	%
Instituto de Educação do Amazonas	4.661	37,0
Colégio Estadual do Amazonas	3.765	29,5
Colégio Comercial "Solon de Lucena"	1.751	14,0
Ginásio Estadual "Estelita Tapajós"	934	7,5
Ginásio Estadual "Márcio Nery"	808	6,5
Ginásio Estadual "Marquês de Santa Cruz"	419	3,5
Escola Normal "Benjamin Constant"	251	2,0
Total	12.589	100

Os números apresentados demonstram que houve aumento considerável de procura pelo ensino nos colégios públicos, mas não mostram como o Estado compôs o quadro de docentes que assumiram as cadeiras tanto nas novas escolas criadas quanto naquelas que tiveram vertiginoso aumento no número de alunos que atendiam, como foi o caso do Colégio Estadual, que atendeu, em 1957, 1.797 alunos nos três turnos e passou a receber 3.765, em 1967, e do Instituto de Educação, que recebeu 1.516 em 1957, e dez anos depois passou para 4.661 alunos matriculados.

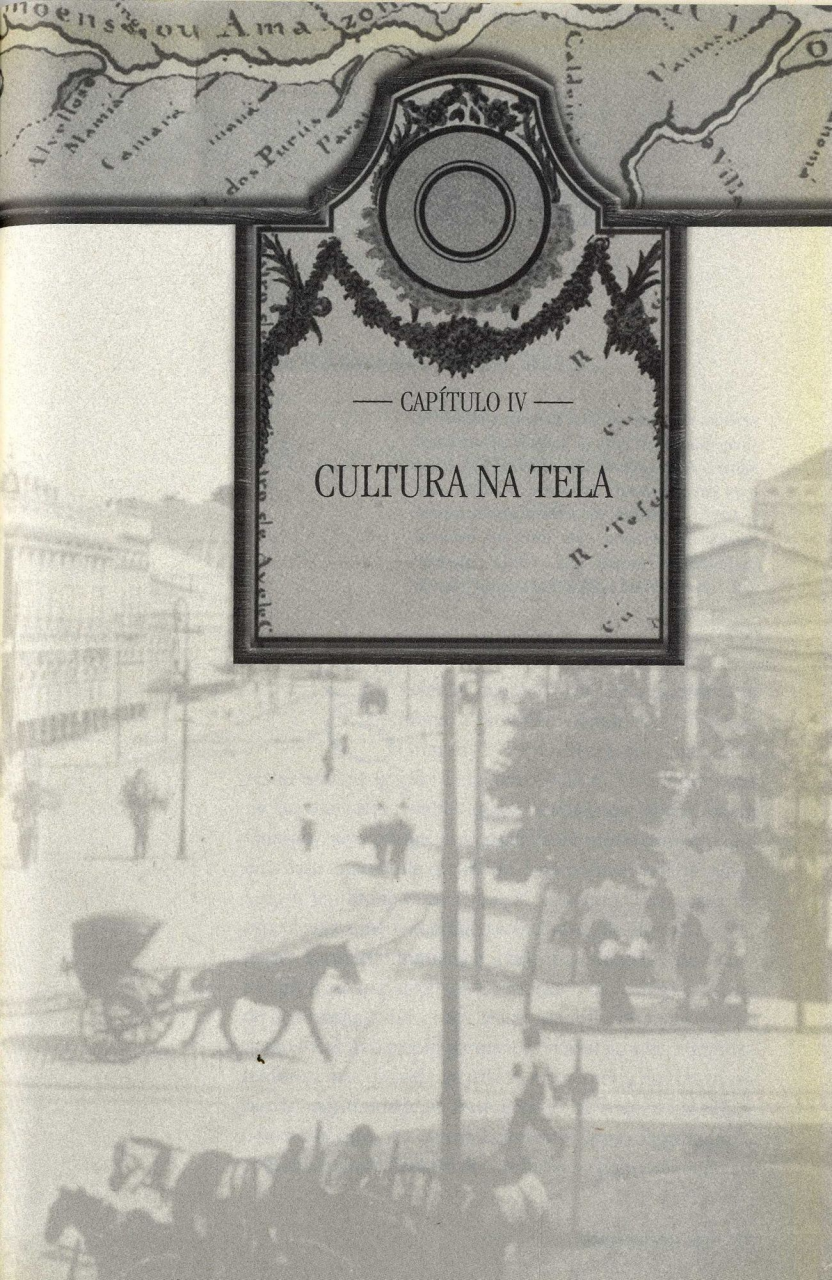
O aumento pela procura das vagas nos colégios pode estar relacionado ao aumento populacional que a cidade de Manaus viveu na passagem da década de 60 para a de 70, quando a população urbana de Manaus saltou de 58.005 para 286.083 habitantes (Censos Demográficos de 1960 e 1970), o que possivelmente desestruturou o sistema de ensino médio e público que havia se constituído enquanto referência educacional, no início do século em Manaus, visto que o Estado não projetou essa necessidade ao idealizar o projeto Zona Franca de Manaus.

Mas independente do aumento populacional que ocorreu, a política educacional do governo militar pode ser referida como uma das explicações para o declínio do ensino médio e das manifestações culturais que eram realizadas envolvendo a participação de professores e alunos do Colégio Estadual. Uma vez que os agentes do Estado passaram a vigiar os movimentos envolvendo a participação coletiva, nesse sentido o golpe militar também refletiu-se no Colégio pela via da repressão e inclusive pelas mudanças na estrutura de ensino, retirando do Colegial o curso Clássico, voltado para as humanidades e implantando ou direcionando o segundo grau para os cursos técnicos, voltados para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Dentro dessa nova perspectiva de educação, não havia mais espaço para o ensino das humanidades, pois não atendia às novas necessidades criadas em Manaus, pela Zona Franca, que dimensionou o mercado de trabalho local e no Estado brasileiro, que passou a seguir as orientações educacionais impostas pelo convênio MEC/USAID, que relacionava educação como investimento, destinada a formar recursos humanos para o mercado de trabalho (Rouanet, 1998: 328). Portanto, para o período histórico das contestações estudantis que vivia o Brasil na década de 60, "o programa tecnocrático foi brilhantemente bem-sucedido. Ele conseguiu ao

mesmo tempo gerar o 'capital humano' exigido pelo milagre econômico e silenciar o pensamento crítico, pelo expurgo das humanidades" (ibdem).

O regime autoritário não apenas silenciou, com o uso da força e da repressão, aqueles que estavam bradando nas praças públicas, nos cafés e nas avenidas, como preparou o terreno para os próximos jovens, transformando as escolas públicas em formadoras de mão-de-obra técnica, encaminhando-a para o mercado de trabalho, dificultando, ao mesmo tempo, o seu ingresso à universidade pública. Predominantemente, a escola pública voltou-se para o treinamento dos alunos visando responder ao pragmatismo imposto pelas mudanças político-econômicas, deixando a formação humanística, crítica, para alguns privilegiados que freqüentam escolas particulares qualificadas.



— CAPÍTULO IV —

CULTURA NA TELA

CULTURA NA TELA

HOJE TEM GUARANY, TEM SIM, SENHOR...

Os prédios, além de testemunhos, são também testemunhas mudas de uma ou muitas gerações. Não só têm uma história, mas contam uma história; portanto, rigorosamente nem mudos são os prédios que resistem ao tempo e acabam por criar uma memória. Tornam-se símbolos. Com o Cine Guarany se passa [va] *assim* (Narciso Lobo, *Hoje tem Guarany*: 36).

Exclamar ou interrogar? eis a questão. Na praça, a multidão exclamava: Hoje tem Guarany! Hoje, talvez somente deva restar a interrogação: Hoje tem Guarany? Na lembrança ou na memória, ambos quase sinônimos, ainda existe Guarany, seja porque o recurso da memória impediu que ele fosse totalmente demolido, seja porque, vez ou outra, vem à lembrança um filme lá assistido. Essa casa de espetáculos cinematográficos colaborou, de alguma forma, para a formação humana e intelectual daqueles que buscavam mais que diversão e emoção. Não estamos falando do Guarany visível aos olhos, identificado fisicamente, como local fixo e com paredes, cobertura e seus administradores, mas daquele guardado na memória dos que tiveram a oportunidade de freqüentá-lo, de maneira assídua, como cinéfilos, ou esporadicamente, como espectadores comuns, ou que fizeram dele referência para definição do

espaço urbano, servindo como ponto identificador da área conhecida como o centro de Manaus nos anos 50 e 60. Onde fica o Colégio Estadual? Fica lá na Sete, próximo ao Guarany.

O Cine Guarany fazia parte da vida cultural de Manaus, mas sua trajetória de vida artística foi de constantes mudanças. Outrora, fora batizado como Cassino Julieta em 21 de maio de 1907, momento em que a cidade de Manaus vivia as loucuras e excessos da *belle époque* do Ciclo da Borracha e quando a elite extrativista fazia sua festa (Costa, 1983: 5). Mais tarde viria, em 17 de fevereiro de 1912, a ser novamente transformado, agora em Cinema-Theatro Alcazar.

Sua dinâmica transformista não se ateve apenas às mudanças ocorridas em 1912. Novas viriam, e, em 1938, foi novamente metamorfoseado, inaugurado como Cine Guarany, que, inclusive, serviu como elemento de inspiração para o poeta:

O VASCO DO GUARANY

Seu Vasco, eu tenho só quinhentos réis,
deixa eu entrar? eu vou pra galeria...
Ele encuiava as mãos, caíam os níqueis,
e a meninada aos empurrões subia;

Quanto garoto lhe ficou devendo
o sabor – deliciosas emoções
dos primeiros encontros com os cow-boys
tiroteando em cavalos e vagões!

A vida, Vasco, é como o teu cinema:
uns têm bilhete inteiro, outros têm meio,
a maior parte, fora, sem bilhete;

e o mais duro, o mais triste é que entre os donos
das platéias imensas deste mundo
existem poucos, muito poucos Vascos!

(Farias de Carvalho. In: Costa e Lobo, 1983: 36)

A sétima arte tornou-se quase pública para aqueles que dispunham de algumas poucas moedas e da habilidade de meninos aficionados pelo cinema que partiam à conquista do *Vasco* do poeta Farias de Carvalho. Mas a publicidade do Guarany, de fato, ocorria quando seu aniversário era festejado, momento em que o "seo" Vasco era acessível para todos que conseguiam um espaço ao ar livre que possibilitasse a visibilidade do espetáculo realizado em público e para o público.

O aniversário do Guarany ocorreu até 64, ano em que a história política e cultural brasileira poderia ter sido melhor vivida não fosse o golpe militar, com seu caráter repressor e controlador dos eventos culturais envolvendo as multidões nos debates sociais, políticos e artísticos. Foi este ano o último em que a cidade foi alegremente perturbada com a realização da festa do Guarany.

> *Durante a semana que antecedia o dia 6 de agosto eram realizadas sessões ao ar livre, ao cair da tarde, reunindo uma compacta multidão em frente ao prédio do Guarany. A projeção ao ar livre exigia uma mágica, para a época, que somente a boa vontade conceberia: o projetor era fixo, mas o projecionista jogava o foco contra um espelho que então conduzia as imagens em movimento para a tela improvisada no lado de fora do cinema* (Costa e Lobo, 1983: 41).

Além da programação voltada para a Praça da Polícia, no aniversário do Guarany eram distribuídos brindes e prêmios, desde kibons, petecas, balões, Leite de Rosas, dentre outros que atendiam as expectativas das crianças, jovens e adultos. O Cine Guarany, com sua maneira de cativar o público, foi considerado o mais popular dos cinemas em Manaus de todos os tempos.

Porém, na memória daqueles que viveram os grandes momentos de festa dos cinemas em Manaus, existe também a presença marcante do Politeama, que chegou a realizar festa de comemoração do seu aniversário ocupando o espaço da Getúlio Vargas até à calçada do Ginásio Amazonense Pedro II. Politeama e Guarany guardam laços indissociáveis na memória dos freqüentadores de suas festas memoráveis:

Nos dias festivos, como grandes feriados e datas de aniversário dos cinemas, havia sessões ao ar livre. Nos canteiros em frente ao Politeama e ao Guarany erguiam-se postes de ferro, aos quais se prendiam as telas em que se projetavam os filmes, geralmente documentários e desenhos animados. Eram realizados às dezoito e dezenove horas, gratuitamente, com grande afluência de espectadores, que se espalhavam, no Guarany, até à calçada da praça da Polícia, e no Politeama ocupavam toda a pista da Getúlio Vargas, até à calçada do Ginásio. A área em frente aos cinemas ficava embandeirada com papéis coloridos, como um arraial, a cidade era despertada com tiros de rojões e a matinal regurgitava de crianças, que corriam para ver o filme e receber balas e bombons. Tudo grátis. Era realmente uma festa (Péres, 1984: 127).

Isso demonstra que a dimensão do cinema não visava apenas vender um produto ao público, mas constituía-se em uma referência de diversão e de festa. Aqui pode estar a integração da busca da popularidade ao cinema, sem descartar o efeito festivo do evento.

Manaus possuía outras casas de diversão cinematográfica, porém

...o Guarany alcançou invulgar popularidade, contando com uma preferência incentivadora do seu público freqüentador. Especialmente no domínio da garotada, o Cine Guarany tornou-se mais conhecido através dessa figura simpática e paternal do 'velho' Vasco Faria, com seus cabelos agrisalhados no métier *a que tem dedicado uma vida de experiência, paciência e bom gosto* (*Jornal do Comércio*, 7 de agosto de 1962, p. 8).

Até 1969, os cinemas foram os únicos meios de diversão através da visualização dos atos em tela, porque a televisão chegou aqui somente em 1969. Nesse período é que

...começa a funcionar experimentalmente o primeiro canal de TV do Estado – quase vinte anos depois de a televisão ter aparecido no Rio de Janeiro e em São Paulo – provocando o deslumbramen-

to habitual e alterando aspectos importantes dos hábitos da cidade. Trata-se da pioneira TV Ajuricaba (Costa e Lobo, 1983: 45).

Talvez fosse a ausência da TV um dos grandes motivos do apego das crianças, jovens e adultos aos cinemas em Manaus, que apresentavam filmes para todos os gostos.

Além da atração cinematográfica, captava-se as rádios estrangeiras como a BBC de Londres, Voz da América, Rádio de Havana, Rádio Central de Moscou, Rádio Pequim e outras. No último quartel de 1970, o governo federal veio com uma série enorme de emissoras, programadas para serem construídas na região amazônica para ocupar os espaços vazios através da radiodifusão e eliminar completamente a influência das rádios estrangeiras na região (Costa e Lobo, 1983: 47).

A televisão surgiu, mas não se popularizou instantaneamente, tampouco retirou a importância dos cinemas para a cidade, grandes espaços de diversão, de encontro e convívio social, além de servir de local para paqueras:

> *Dizer que nenhuma diversão ultrapassava o cinema naquele tempo não era um simples* slogan *de propaganda, mas uma verdade incontestável. Não tínhamos televisão, que nos distraísse com sua variedade de programas e ainda nos desse oportunidade de assistir a qualquer filme em nossa própria casa. Ou íamos aos cinemas, ou não os veríamos jamais. Uma superprodução, precedida de ampla publicidade, gerava uma expectativa que se prolongava por vários meses, tempo que medeava entre o lançamento no sul do país e a estréia em Manaus* (Péres, 1984: 119).

Recriar o ambiente social interno do cinema é uma tarefa bastante difícil, pois requer o conhecimento dos grupos sociais que freqüentavam esses locais, a identificação do gosto do público e talvez da expectativa criada pelos grupos de freqüentadores dessas casas em torno da exibição de uma futura película. Mas sabemos de fato que, no Cine Guarany

> *...havia duas sessões, de segunda a sábado, às dezesseis e às vinte horas. Aos domingos realizavam-se, ainda, a matinal, às nove, e a*

matinée *de treze horas. As sessões noturnas eram duplas, com a exibição de dois filmes, sem intervalo. Uma parte do público se retirava ao término do primeiro filme, mais a grande maioria ficava para assistir ao segundo. A platéia das sessões de adultos era geralmente bem-comportada, especialmente a das* soirées *– era assim mesmo que chamavam – freqüentadas por casais da classe média alta, que falavam aos cochichos, como nos teatros. Os homens compareciam de paletó e gravata, acompanhados da esposa e de filhos em trajes de festa* (Péres, 1984: 126).

A combinação da falta de oportunidades de lazer em Manaus com o recurso da propaganda dos filmes que seriam exibidos, realizada através de cartazes colocados por todo o centro da cidade, constituía-se em um grande apelo à lotação dos cinemas:

(...) obviamente muito mais que hoje (1984), na cidade pobre de divertimentos populares, os cinemas constituíam a grande atração. De segunda a sábado, eram duas sessões: a da tarde, chamada de matinée, *que começava às quatro horas, e a noturna, que o ranço da influência francesa forcejava por chamar de* soirée, *que tinha início às sete horas. O filme da tarde era um, o da noite era outro. Aos domingos havia a matinal, com acesso livre à meninada, geralmente com filmes de Carlitos e de O Gordo e o Magro. Os filmes eram anunciados em grandes cartazes coloridos, espalhados em pontos estratégicos da cidade. Alguns desses cartazes eram feitos a capricho, com letras bem desenhadas e diagramação de bom gosto. Filmes de grande sucesso ganhavam reprise, e os 'seriados' como o 'Guarda Vingador' e 'O Aranha Negra', eram repetidos duas, três semanas seguidas* (Mello, 1984: 129).

A paixão então recaía sobre o Guarany, pois para a delícia da rapaziada menos favorecida financeiramente, havia a bondade do velho Vasco que possibilitava o acesso daqueles que poucas moedas possuíam. Outra explicação para tanta popularidade desse cinema pode ser, inclusive, de origem espacial. Estando situado na Av. Sete de Setembro, principal artéria de circulação, ao lado do Politeama, era de fácil visibilidade

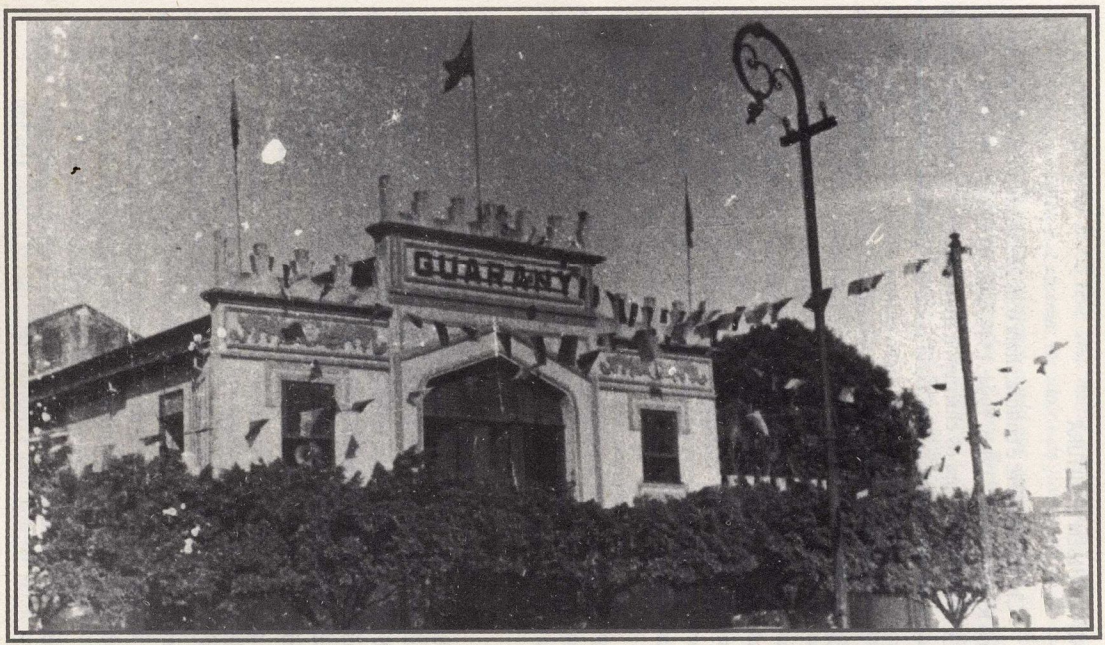
por quem passava de ônibus pelo centro de Manaus e também porque ficava situado próximo ao Colégio Estadual e à Praça da Polícia, daí mais um elemento para a compreensão de sua preferência pelo público, pois atendia os alunos do Estadual nas fugidas intencionais (Lobo, 1994: 19).

De fato, Manaus ficava em festa, não por ser 24 de outubro, dia de seu aniversário, mas por ser o dia 6 de agosto, aniversário do Guarany. Este fato não é tão comum na história das cidades. As festas e comemorações ocorrem mais em função de descobertas, morte de heróis (verdadeiros ou inventados), de independência de território. As festas são mais oficiais e reconhecidas pelo Estado. Mas, no caso do Cine Guarany, o tabu foi quebrado, e o *Jornal do Comércio* divulgava sua festa.

> *De qualquer modo, as casas de diversão do gênero tornaram-se difundidas tradicionalmente entre nós, e no meio destas uma, o 'Guarany.' ...24 anos completou, ontem, o antigo Alcazar e para celebrá-los condignamente, a empresa A. Bernardino fez exibir em sessões extraordinárias, uma película nacional das mais comentadas e elogiadas pela crítica, com a participação do aplaudido cantor Francisco José; 'Teus olhos castanhos', filmado em Cinemascope e em tecnicolor, está fadada a grande sucesso também diante das nossas platéias, pois realizado muito ao sabor do povo brasileiro, atendendo às peculiaridades dos nossos sentimentos e à tendência nossa pelas histórias de sutilezas amorosas* (*Jornal do Comércio*, 7 de julho de 1962, p. 8).

Os tempos mudaram, já não se faz festa para comemorar o aniversário dos cinemas. Não existem mais sessões duplas na mesma casa e os horários das sessões foram alterados. As mudanças podem ter vindo em decorrência, além das reformas urbanas, das necessidades administrativas ou estratégicas dos cinemas para atender os telespectadores. O que nos resta é a certeza, com base nos dados dos jornais, em depoimentos e na literatura, de que os cinemas foram, de fato, um local de diversão e também de educação, conjugados a um espaço de sociabilidade dos freqüentadores. Neste sentido, o cinema não era somente uma boa fonte de renda, como hoje parece sê-lo.

Cine Guarany, na semana de seu aniversário, com cinema ao ar livre. Foto de 1955.



Cine Guarany (detalhe). Acervo Selda Vale da Costa.

CINEMA TAMBÉM É CULTURA

Cinema também é cultura, dizia o *slogan* da empresa de Luiz Severiano Ribeiro Júnior (Lobo, 1994: 154). Além da tentativa de atrair o público jovem e adulto para os cinemas, a frase sugestiva pretendia transmitir a idéia de que a sétima arte fazia parte do processo de formação do homem. A relação cinema/educação existia, assim como existiam aqueles que não concebiam essa relação como salutar ao processo de aprendizagem:

> *De uma certa forma, a relação cinema com educação conferia* status *e respeitabilidade a esta atividade ainda vista nos anos sessenta como diluição e até mesmo perversão. Ir ao cinema, naqueles tempos, ainda poderia ser tomado como um ato relacionado com 'gazeta', com ócio, com vagabundagem, com falta do que fazer. O cinema parecia como contraponto da escola. Pólos que se negavam e alimentavam ao mesmo tempo. Próximos às escolas estavam sempre os cinemas, como hoje estão os fliperamas* (Lobo, 1994: 154).

O cinema foi um dos instrumentos relacionados à educação, seja como mais um recurso utilizado deliberadamente no processo de aprendizagem, seja como meio de fuga das salas de aula. É evidente que não é possível generalizar sua utilização como recurso pedagógico, retirando a característica de entretenimento, dos risos e choros, ou de um simples olhar despretensioso daqueles que queriam muito mais fugir da rotina diária e ver na tela a realização dos atos dos atores e atrizes convertidos em papéis conforme o roteiro do diretor. Mas subjetivamente podemos apontar que mesmo para aqueles que viam o cinema como apenas uma arte cinematográfica, o fato de escolher esse e não aquele cinema, o filme de aventura, suspense, histórico... e não outros estilos ocorria a partir da sua formação e dos contatos realizados com os estilos de filmes, o que pressupõe a existência de elementos norteadores para sua escolha.

Zuenir Ventura, ao estudar o movimento estudantil dos anos 60, destaca a importância do cinema e da música na formação dessa geração:

Se a geração de 68 teve uma mídia preferencial, esta oscilava entre a música e o cinema. Os ídolos da juventude da época não eram televisivos, mas musicais, ainda que ajudados pela TV: Roberto Carlos, para os 'alienados'; Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, para a faixa 'participante'; e, vindo avassaladoramente de fora, os Beatles (Ventura, 1988: 53).

Portanto, esse fenômeno não ocorria somente em Manaus, mas em todo o Brasil, principalmente na Região Sudeste do país, onde a televisão já se fazia presente, competindo com outros recursos de entretenimento.

O cinema é presença marcante na geração dos anos 60. Marilena Chaui, em entrevista à revista Cult, é enfática ao afirmar: *...a minha formação se deu através da literatura e do cinema. Não é só a literatura e não é só o cinema. Fui formada no sentido de 'ter gosto de' e a informação pela literatura e pelo cinema... E pelo cinema fundamentalmente italiano e norte-americano* (Chaui, 2000: 61).

Em Manaus, podemos identificar pessoas pertencentes à geração de freqüentadores do Pina, do Estadual e da Praça e da atividade teatral que também relacionam o cinema como elemento fundamental no processo de sua formação cultural, como reconhece o ator Azancoth:

O cinema como agente cultural era predominante em Manaus. Eu sempre digo que a minha formação cultural veio em função do cinema, e em função do cinema, às vezes, eu lia. O Avenida, o Guarany, o Éden e Odeon eram lotados e faziam filas para entrar em qualquer estréia, então isso era predominante (Ediney Azancoth, junho de 1999).

O ator não falou apenas da importância do cinema na sua formação cultural, mas também registrou sua função social e a relação com o mundo estudantil. Em cena, Azancoth:

O cinema marcou minha formação cultural. Assistia a quase todos os filmes que passavam em Manaus. Tinha paixão pelas chanchadas da Atlântida; acompanhava os seriados exibidos na 'matinê *das uma' (13h) do Cine Guarany e deliciava-me vendo a Ninon*

Sevilha requebrando ao ritmo de rumbas e mambos, na 'vesperal elegante' do Cine Avenida.
Foi através do cinema que comecei a perceber as primeiras mudanças no comportamento da juventude.
O mundo estava mudando! E Manaus?
Uma tímida juventude transviada ensaiava tímidos passos de rock durante a exibição de 'Ao Balanço das Horas', no Cine Odeon.
Sobre cinema eu sabia tudo, ou pelo menos eu acreditava saber. Através das revistas especializadas como 'A Cena Muda' e 'Cinelândia', conhecia de antemão os filmes com seus enredos, astros e estrelas, diretores, críticas, entrega de Oscar e lançamentos.
Como demoravam a chegar a Manaus! Mais de três anos. Um dos campeões de bilheteria, 'Os 10 Mandamentos', lançado em 1956, somente foi exibido no ano de 1962, depois do quebra-quebra do Cine Odeon, que ousou cobrar ingresso inteiro dos estudantes... (Azancoth, 1993: 17-18).

Para o poeta Aldisio Filgueiras, o cinema continua vivo em sua memória como se estivesse latejando a todo o momento para dar sinal de vida:

O Cine Guarany era o nosso imaginário, era nossa viagem das grandes aventuras, dos grandes amores, dos grandes perdões, dos grandes castigos. O cinema era uma coisa imaginária, um exercício do imaginário, que tirava as crianças, os jovens e os adultos dos conflitos familiares (Aldisio Filgueiras, junho de 1999).

Os cinemas se destacaram como eventos educativos e de diversão. Em matéria assinada, Pe. Luiz Ruas, membro do Clube da Madrugada e professor do Colégio Estadual do Amazonas, ressalta a importância do cinema na formação extra-escolar da juventude. Para ele,

O cinema é o maior fator educacional extra-escolar dos nossos tempos. Semelhante a ele só o rádio. Este talvez num sentido de extensão. Mas num sentido de intensidade não há outro, nem mesmo o rádio, igual ao cinema. O cinema é a grande escola pública. Nele,

analfabetos, e alfabetizados, cultos e incultos recebem lições da mais alta persuasão. A educação realizada através do cinema é educação no sentido mais verdadeiro do conceito porque nele não há nem mesmo o perigo de se confundir educação com instrução. A educação que é ministrada nos grandes e superlotados salões de espetáculo cinematográfico é educação autêntica, isto é, os espectadores recebem aulas de concepção de vida. Os mais sérios e, ao mesmo tempo, os mais imediatos e atuais problemas da vida são apresentados: amor, morte, educação dos filhos, justiça, religião, família, opressão, guerra, etc., tudo isto é exposto, discutido, solucionado.

Não vamos, aqui, discutir ou apenas expor a eficiência destas lições. Basta lembrarmos que o processo visual é, sem dúvida, o método mais eficaz de ensino. Acresce que, no cinema, junta-se também o auditivo (*O Jornal*, 1.º de julho de 1962, p. 5).

Como recurso de aprendizagem, o cinema foi apontado por L. Ruas como um autêntico meio que poderia proporcionar, em parte, a ampla formação daqueles que freqüentavam as casas de cinema, porém, em se tratando de atingir a grande massa popular, o cinema não havia alcançado essa meta, isto é, ser um espetáculo para as massas. Mas, Ruas, fazendo um paralelo com o espetáculo teatral, enfatiza que diferentemente do teatro, o

...cinema, desde as suas origens, é uma arte eminentemente popular ou social se quisermos. No sentido de que é uma arte à qual todos podem ter acesso. É verdade que na sociedade burguesa em que vivemos já se estabeleceu a irreprimível distinção dos salões de projeção. Há salões de primeira classe, de segunda, etc. Mas tal realidade não afeta a realidade formal do cinema que é a película em si mesma e que pode ser exibida tanto num cinema de primeira como em um de segunda ou terceira. Aqui em Manaus para que possamos assistir, às vezes, grandes obras-primas do cinema, temos que correr para os cinemas de subúrbios. Este problema que foi tão acentuado no teatro não se torna, desta maneira, tão grave no cinema...

Sendo o cinema uma arte eminentemente popular e social não me parece justo e verdadeiro que ele fuja à realidade. A realidade é a sua grande missão de educador das massas populares... Mas, pelo aspecto social próprio do cinema creio que mesmo sob este aspecto de diversão lhe compete o papel educativo. O jogo, o esporte, são em si mesmos educativos e quando perdem tal função tornam-se prejudiciais. Não há jogo gratuito. Não há diversão gratuita. Todo jogo e toda a diversão são funcionais. Excluir do cinema sua função educativa mesmo quando se trata de cinema de diversão é destruir o que há de mais nobre. E não há nada mais educativo do que a realidade. Seja a realidade regional, a nacional ou a internacional (*O Jornal*, 9 de fevereiro de 1964, p. 5).

A preocupação com o papel educativo parece ser, no momento estudado, uma bandeira do Ginásio, do Clube da Madrugada, dos programas de rádio e do cinema. E também da imprensa jornalística que fazia a cobertura dos festejos de aniversário do Cine Guarany, e reconhecia a importância educativa destas casas de espetáculos cinematográficos para a cidade de Manaus. Portanto,

É através do cinema, pela exibição de filmes de grande e custosa montagem, que o nosso mundo contemporâneo toma conhecimento das inolvidáveis histórias de amor, dos mais célebres romances, da repetição de fatos épicos, reconstituídos com fidelidade impressionante. Mas a par da diversão que proporciona, o cinema tornou-se um dos mais poderosos e convincentes meios de divulgação, por acessível à compreensão de todas as camadas sociais, e tornando-se veículo de difusão é também, na técnica atualizada, instrumento de educação do povo, quando dirigido nesse sentido de utilidade coletiva (*Jornal do Comércio*, 7 de agosto de 1962, p. 8).

Em entrevista recente, Joaquim Marinho, um aficionado pela arte do cinema, destaca os estilos e as técnicas usados nos filmes exibidos em Manaus e aponta como características suas a sensibilidade, a ternura e a humanidade. Para ele,

...os 'antigos' filmes trabalhavam melhor os sentimentos de paixão, ternura, humanidade, piedade e tristeza.
Os filmes de 'antes' eram menos técnicos e mais reais, tinham mais história, mais conteúdo. Até as músicas como 'Cantando na Chuva' e do filme 'O Mágico de Oz' ainda são cantadas e continuam tocando o coração das pessoas (*A Crítica*, 18 e 19 de abril de 1999, p. 33).

A relação entre cinema e os jovens envolvidos no processo ensino-aprendizagem foi destacada por Ruas, Narciso Lobo e também por Manoel Bessa Filho, diretor do Colégio Estadual em 1956, que proibiu a entrada de alunos fardados dessa instituição de ensino nos lugares de diversão, inclusive nos cinemas, atitude comum aos diretores de colégios da época.

MORTE E VIDA POLITEAMA, AVENIDA E GUARANY

As grandes casas de exibição tiveram suas auras, mas não conseguiram ultrapassar a década de 80. Foram tombadas não pelo Instituto do Patrimônio Histórico, mas pelas marretas dos homens ávidos em transformações dos lugares que outrora foram locais do lazer, das diversões e que também colaboraram na formação intelectual daqueles que foram seus assíduos freqüentadores. A arquitetura dos cinemas não mais existe em sua totalidade, muitos prédios foram literalmente destruídos, outros foram transformados em lojas e casas de câmbio. Nesse processo de reestruturação, os cinemas foram revestidos de atividades relacionadas diretamente com a circulação de capital de maneira mais intensa, passando de locais de festas, choros e risos para finalidades estritamente financeiras. As transformações ocorreram, mas os cinéfilos registraram os protestos à agressão praticada contra os antigos cinemas e a importância histórica que essas casas tiveram para a sociedade. A denúncia foi feita em tom de repúdio ao que ocorreu com os cinemas que marcaram época em Manaus, por Jefferson Péres:

Já se foram todos os nossos antigos cinemas: o Odeon, o Avenida, o Politeama e o Guarany. Este foi o último a tombar, sob protestos

tão incisivos quanto inúteis. Para a maioria não passava de um velho prédio feio, velho e sujo. Para as pessoas da minha geração, no entanto, constituía inestimável relíquia de um tempo em que o cinema não era só uma diversão como outra qualquer. Muito mais do que isso, era parte indissociável de nossas vidas (Péres, 1984: 129).

Mas na memória dos homens que os freqüentaram, os cinemas continuam vivos e reluzentes. Muitos guardam até os horários e os detalhes das sessões. Outros descrevem as exigências feitas para que se pudesse entrar. A lembrança resiste às mudanças, às transformações demolidoras dos cinemas, que mais que estruturas físicas, foram estruturas sociais criadas coletivamente por gerações que só o tempo pode apagar da memória, mas não dos registros feitos. Para Jefferson Péres, seja como ele viu, viveu ou sonhou, o fato é que sua história pessoal, e de outros, está relacionada ao cinema. E isto podemos perceber quando nos diz:

Lembro-me perfeitamente das sessões das treze horas, aos domingos, no Politeama e no Guarany. As bilheterias abriam ao meio-dia. À hora marcada, com a sala superlotada, inclusive com espectadores sentados no chão, as cortinas eram cerradas e o prefixo musical anunciava o início da sessão. Aí se desencadeava uma zoadeira infernal de gritos, assovios e sapateados, que logo se interrompia, para se repetir, com intermitência, durante toda a sessão, a pretexto de qualquer coisa. Nas cenas românticas, quando o galã beijava a moça, nas de briga e nas de perseguição, a cavalo ou automóvel, a assoada era a mesma, pura molecagem. Quando o filme queimava e as luzes se acendiam, então era um pandemônio, com gritos de 'ladrão', em protesto contra possíveis mutilações da película (Péres, 1984: 125).

Esta característica comportamental dos jovens freqüentadores dos cinemas passou a ser considerada, por alguns, como a marca estigmatizante da juventude. Em 26 de janeiro de 1961, quando da reabertura do Teatro Amazonas, em plena solenidade, aconteceu um incidente envolvendo alguns rapazes, que foram identificados e comparados aos fre-

qüentadores do Cine Guarany. O destaque veio no sentido de mostrar o comportamento da juventude dentro do cinema e visava, sobretudo, relacioná-los com desordem: "...meia dúzia de play-boys mal-educados, confundiram o teatro com a seção das 13 no Guarany, chegando ao ponto de falar e assobiar alto no momento em que Eduardo Hazan executava... Mas isso foi apenas uma meia dúzia. O restante do numeroso público compreendeu que ali estava um artista, culto e dono de si, merecedor de aplauso manauara" (*O Jornal*, 5 de fevereiro de 1961, p. 2).

Havia aqueles que relacionavam cinema à possibilidade de desvio da formação cívica, do desrespeito às autoridades e aos eventos sociais oficiais, como elemento pernicioso à formação da personalidade do homem enquanto cidadão respeitador das leis.

No Cinema Avenida, os freqüentadores deveriam estar devidamente vestidos, conforme as exigências da empresa. Nas noites de sexta-feira, era promovida a "sessão das moças", com filmes adequados aos valores comportamentais da época. Na entrada, ficava a proprietária, Dona Yaiá, para fiscalizar as roupas das pessoas que iam entrar para o cinema, segundo depoimento de Joaquim Marinho (*A Crítica*, 18 e 19 de abril de 1999, p. 33).

Independente dos gostos, podemos constatar a importância dos cinemas, tanto pelo fato de representar uma das maneiras de diversão, quanto por proporcionar, à sua maneira, mais possibilidades de desenvolvimento acadêmico àqueles que buscavam, nessas casas, somar conteúdo para a sua formação. Por outro lado, os cinemas foram também espaços da sociabilidade. Esta função não foi deixada de lado pelo professor Renan Freitas Pinto quando afirma que: "Existia um interesse muito grande porque, na época, ele [cinema] constituía um elemento de sociabilidade... era uma coisa muito forte. E também existia o conhecimento, é impressionante o grau de instruções das pessoas, daquela garotada toda sobre o cinema francês, americano, dependendo do gosto de cada pessoa. Tinha jovens que gostavam do filme de Alfred Hitchcock, então conheciam todos os filmes dele e viam várias vezes" (Renan Freitas Pinto, maio de 1999).

Portanto, o cinema foi mais um elemento que deve ser considerado no estudo das manifestações culturais em Manaus, visto que, além de servir como recurso lúdico e de entretenimento, ocupou o lugar e a importância de meio formador de idéias e catalisador de opiniões.

Além dos jornais, que veiculavam matérias também de natureza cultural, divulgando as publicações literárias do Clube da Madrugada e entrevistas com atores, atrizes e literatos, o rádio foi também um dos principais meios de comunicação responsáveis pela movimentação cultural em Manaus, no anos 50 e 60, até porque a história da televisão nesta cidade passa a ser datada apenas no final da década de sessenta, com muitos problemas técnicos de sintonia ou captação dos sinais.

> *Com uma boa antena ainda era mais fácil captar o áudio de certa emissora venezuelana que ter a emissão da pioneira do Estado, a TV Ajuricaba. Daí que o controle da maior parte da informação sobre a maior faixa de público ainda era exercida pela mídia impressa* (Lobo, 1994: 161).

Sem a concorrência direta da televisão na transmissão dos eventos culturais e de informações, o rádio gozava de uma situação privilegiada em Manaus ocupando "...o principal lugar na sala, até quase o final da década, quando, preguiçosamente, a televisão chegou à cidade, graças ao ambicioso plano de integração nacional pelas telecomunicações e via satélite" (Lobo, 1994: 15).

Essa predominância do rádio não foi um fato localizado, pois, se hoje a televisão representa a preferência dos telespectadores, Joaquim Ferreira dos Santos, em seu belo estudo *Feliz 1958, o ano que não devia terminar,* afirma que nos anos 50 era o oposto, pois o país "...se divertia à beira do rádio e, talvez, pela última vez naquela época, a Nacional, a PRE-8, ainda tinham muito mais charme do que a TV Tupi e a Rio juntas" (1997:148).

Circulava, inclusive, no Sudeste, uma propaganda antitelevisão que dizia "você não precisa parar os afazeres de casa para ficar olhando" (Santos, 1997: 149).

A atividade cultural, via rádio, esteve também presente no movimento do Clube da Madrugada que, além da produção propriamente literária, envolveu-se com as ondas hertzianas, através do programa *Dimensões:*

> *...aí por 65, (...) o Clube mantinha um programa semanal na Rádio Rio-Mar (Dimensões), levado pelo Elson, o Renan de Freitas Pinto (figura da mais fina qualidade em nosso campo cultural) e sua mulher Neide; e promovia semanalmente, em praça pública, a Festa do Violão, com música popular e erudita* (Mello, 1984: 129).

Narciso Lobo descreve com mais detalhes o perfil do programa *Dimensões,* que era apresentado uma vez por semana, às 20:30h, na Rádio Rio-Mar:

> *Dimensões caracterizava-se como programa cultural, veiculando músicas eruditas, peças populares, poemas de modernistas como Drummond, Bandeira, João Cabral e Cecília Meirelles, além de permanentemente entrevistar intelectuais da cidade ou visitantes ilustres. Mesmo dirigido a um público menor, jogou papel importante nas idéias renovadoras nas artes. Ao contrário dos programas de crítica cinematográfica, normalmente apresentados domingo pela manhã, durante o pico de audiência, 'Dimensões' estava um pouco fora do esquema de popularidade* (Lobo, 1994: 17).

Existia também o programa conhecido como "Panorama", dos jovens secundaristas, transmitido também pela Rádio Rio-Mar, todos os sábados, às 18 horas. Este programa possuiu duas fases de atuação:

> *Inicialmente chamava-se Voz Secundarista. Era um programa que vinha do final dos anos cinqüenta que, em 1967, os novos dirigentes da UESA, misturando Beatles com Mao Tse-tung, procuraram tirar o aspecto eminentemente de informativo escolar para dar-lhe uma amplitude cultural e artística numa linha juvenilmente contestadora. Era 'Panorama', que reunia afoitos secundaristas como Aurélio Michiles, Cláudia Silva, Neide, Antonio José, Plínio Júnior, eu e mais uns poucos* (Lobo, 1994: 17).

A *Voz Secundarista* apresenta o "Perfil Literário da Semana!" Com esse enunciado, era feita a chamada do público em *O Jornal* para o evento a ser realizado pelos secundaristas:

Voltará ao ar, hoje, precisamente às 11:30 min, através da emissora Associada Rádio Baré, o festejado programa radiofônico da UESA, intitulado A Voz Secundarista, com a seqüência Perfil Literário da Semana, focalizando a figura ímpar de escritor que foi José de Alencar, romancista brasileiro (...) às 11:30 minutos de hoje, PRF-6, Rádio Baré (*O Jornal*, 6 de março de 1955, p. 13).

Cultura nos programas de rádio (Dimensões e Panorama), nos cinemas, na Praça da Polícia, no Ginásio ou Colégio Estadual, ou a produção literária do Clube da Madrugada. *O Jornal* divulgava a produção cultural da cidade. Esse foi o espírito da época, que em Manaus contou com a influência do Clube da Madrugada, que, aliando literatura às questões sociais, foi incompreendido e rejeitado por alguns. Ou existe para isso outra explicação?

...o Clube da Madrugada, se bem conte com o apoio de muitos intelectuais amazonenses, continua a suscitar incompreensões, as mais diversas, dentro da vida intelectual planiciária. Como clubista não nos move, em absoluto, outro intento senão o de trabalhar em equipe pelo engrandecimento artístico e cultural da nossa terra. Não acreditamos na evolução das coisas do espírito ao ponto de vista unicamente individual. O artista é um ser altamente social; logo tem que manter contato com o mundo palpável e dialogar com o elemento humano, do contrário a sua arte lhe seguirá indubitavelmente ao túmulo (Antísthenes Pinto, *O Jornal*, 25 de janeiro de 1959, p. 4).

A vida artística do Clube da Madrugada não pode ser compreendida isoladamente, pois este movimento recebeu inspirações intelectuais, artísticas e culturais de seu contato com outros movimentos de fora do Estado e acompanhou o movimento cultural brasileiro da época. Enfim, a compreensão da agitação cultural em Manaus se deve à conjugação de época, ensino, praça, rádio, cinema. Porém, a grande agitação cultural aqui, como no resto do país, encontrou obstáculos para sua continuidade em dezembro de 1968, com o AI-5. Em Manaus, a nova divisão internacional do capital em forma

de montagem de eletroeletrônicos somou-se ao golpe militar na destituição dessa característica de atuação dos agentes sociais na praça, no colégio e na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações culturais, tal como as entendemos, ou seja, realizações envolvendo as artes plásticas, literatura, ensino formal, cinema e crítica social foram uma tônica na vida das pessoas que direta ou indiretamente freqüentaram a Praça da Polícia, o Café do Pina e o Colégio Estadual.

O Colégio Estadual foi a grande referência para o ensino e grande parte dos atores sociais que se destacaram nas suas atividades artísticas fazem referência a ele, o que nos faz estabelecer uma relação de reciprocidade social e intelectual envolvendo os agentes partícipes do Colégio, Clube, Praça e Café. Muitos professores e alunos fizeram ponto na praça e no café, respirando sua movimentação cultural, assim como vários sócios do Clube da Madrugada, Luiz Ruas, Luiz Bacellar, Farias de Carvalho, Sebastião Norões entre outros, foram também, em épocas diferentes, professores do Colégio Estadual.

Essa reciprocidade contribuiu para a constituição do Colégio Estadual em importante referência para as famílias que viam na formação educacional dos seus filhos a possibilidade de ascensão social ou de manutenção dos *status quo* do seu grupo, pois preenchia as funções intelectuais de uma universidade, juntamente com o Instituto de Educação do Amazonas, numa época em que o ensino público nos níveis de ginasial e colegial gozava de grande prestígio.

Passando pelo Colégio Estadual e fazendo ponto nos cinemas, destacamos o Guarany pela popularidade con-

seguida e também por fazer parte do espaço geográfico escolhido para nosso estudo, que abrigou muitos e muitos alunos, no dizer de Narciso Lobo, nas salutares gazetas e também como meio lúdico de divertimento, das gargalhadas, da apreensão e do choro.

Do Guarany à Praça da Polícia, a grande referência para os encontros de diversos grupos sociais. Uns envolvidos com a atividade teatral, que utilizavam a Praça e o Café do Pina para seus encontros e posteriormente se deslocavam para suas reuniões e ensaios. Outros, à espera do início das sessões do Cinema Guarany ou aguardando na Praça o momento para participar de mais um aniversário desse cinema, ou em rodadas de bate-papo, à espera do início das aulas no Colégio Estadual, para mais uma sessão do processo ensino-aprendizagem. Mas também existiam aqueles que utilizavam a Praça a fim de fugir das atividades escolares na perspectiva tradicional do que entendemos como aprendizagem. Enfim, a vida social dos estudantes também passava pela Praça.

A Praça também foi do público que a utilizou sem a pretensão de envolvimento com o cinema, com a escola, com o café e com o Clube da Madrugada, daqueles homens e mulheres preocupados (as) em dar suas caminhadas, talvez fugindo da monotonia da vida.

Mas a praça ganhou notoriedade pública quando do surgimento do Clube da Madrugada, dos literatos que, antes de se deslocarem ao lugar escolhido para a sessão de debate, faziam ponto no Café do Pina. Este momento, primeira metade da década de cinqüenta, corresponde aos registros feitos na literatura local, principalmente, associando o Clube à Praça da Polícia.

A compreensão das manifestações culturais ocorridas deve ser refletida a partir da articulação do Clube da Madrugada como expressão renovadora no campo da prosa e poesia, do Colégio Estadual enquanto proposta de ensino com perfil voltado às humanidades e com corpo docente envolvido com a literatura e as artes, dos cinemas como um dos principais meios de diversão e formação em Manaus, dentro de uma conjuntura histórica e política do Brasil.

Os fatos sociais refletem e sofrem reflexos das épocas, porém não podemos esquecer o papel desempenhado pelo Colégio Estadual como colaborador na formação política dessa geração, seja pelo seu quadro docente de mestres relembrado até hoje, seja pela proposta de ensino que

visava, sobretudo, possibilitar a continuidade da vida acadêmica dos discentes em outras instâncias do processo intelectual, seja pelo envolvimento de discentes nas reivindicações junto aos governos ou frente à própria direção do Colégio. Período em que a formação acadêmica do homem não estava relacionada exclusivamente com o mercado de trabalho e, portanto, era admitida a existência de cursos, no secundário, voltados para as humanidades. Porém, não se trata de estabelecer opção por aquela ou por esta proposta de ensino, mas de deixar claro que o exclusivismo de uma proposta limita as possibilidades de desenvolvimento humano dos jovens, como foi o caso dos cursos técnicos criados a partir da década de setenta que repercutiu na formação crítica da sociedade, sem contar com a repressão exercida sistematicamente pelos sucessivos governos militares. Esta relação pode ser identificada na mensagem de Luiz Bacellar, quando afirma que nas décadas de 50 e 60, havia "sem dúvida uma efervescência cultural. Havia uma inquietação. O pessoal lia, estudava, tinha pretensão à liderança intelectual... Tanto que tiraram o Suplemento Literário... Aqui não existe mais crítico literário, crítico teatral, crítico musical, naquele tempo existia, tudo isso desapareceu" (Luiz Bacellar, junho de 1999).

Podemos, então, dizer que a compreensão das manifestações culturais em Manaus dá-se a partir da articulação da importância do ensino humanístico, do uso da Praça da Polícia como espaço de sociabilidade e das possibilidades, do Café do Pina como a referência para os encontros dos membros do Clube da Madrugada e de outros grupos como os de teatro e do rádio e jornal. Entre as décadas de 50 e 60, o Clube da Madrugada possuiu um suplemento literário que circulava, aos domingos, em *O Jornal.* Neste periódico, também eram publicados artigos sobre os grandes literatos universais e suas obras, como Thomas Mann, Émile Zola, Baudelaire, o que demonstra o caráter universal das informações literárias que circulavam em Manaus.

Mudanças que ocorreram nos lugares públicos, colégios, praças e na cidade como um todo, e nos meios de comunicação que atingem diretamente o público criaram e recriaram novas formas de sociabilidade e este novo processo de sociabilidade reflete-se no processo de ensino-aprendizagem e nas relações humanas. Mudanças que caminharam no sentido de transformar o homem e os bens culturais em mercadoria.

A década de sessenta representa um marco na história do capitalismo industrial, pois é, ao mesmo tempo, o período em que ocorre a descolonização de países da África e sua expansão pelo mundo. Em Manaus, esse fenômeno econômico está representado pela implantação da Zona Franca de Manaus, simbolizando a passagem de uma cidade caracteristicamente provinciana para uma interligada à industrialização, dimensionando a relação do homem com os lugares públicos, praças, cafés, cinemas e escolas.

A passagem da praça como sinônimo de liberdade e criação literária para o local do não reconhecimento entre seus freqüentadores, está presente em todos os depoimentos.

No ensino, o curso de humanidades deixou de ser representativo, pois sua ênfase recaiu sobre a necessidade de imprimir informações de natureza técnica que pudessem responder às novas exigências do mercado instalado, reduzindo a formação do homem à aquisição de conhecimentos funcionais para utilização no mercado de trabalho, dimensionado também na nova Lei de Diretrizes e Bases do projeto de educação para o Brasil, que retirou dos jovens brasileiros a possibilidade de escolha pelo curso colegial desejado, tornando-se, portanto, uma medida exclusivista.

A despeito de todas as transformações ocorridas, o sonho não acabou e a luta pelo direito à cidade, aos bens materiais e simbólicos que nela são produzidos, permanece tão latente e reluzente quanto antes, pois o homem recria, reinventa, reelabora a sua relação com a cidade e com os lugares públicos, na tentativa de atribuir sentido à vida frente às grandes transformações que estão ocorrendo no mundo com reflexos nos bens simbólicos e materiais dos homens e, portanto, nas cidades.

Biblioteca Pública do Amazonas

ALUNOS lutam pelo direito às aulas e fazem novas ameaças de greve geral. *O Jornal,* 4 de junho de 1966, p. 1.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *O lugar da Arquitetura depois dos modernos.* São Paulo: Edusp/Studio Nobel, 1993.

ARAÚJO, André Vidal de. *Sociologia de Manaus* – aspectos de sua aculturação. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade.* 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

A VOZ Secundarista Amazonense. *O Jornal,* 6 de março de 1955, p. 13.

A VERDADE sobre a revolução ginasiana amazonense de 1930. *O Jornal,* 4 de agosto de 1966, p. 1.

AZANCOTH, Ediney. *No palco nem tudo é verdade.* Memórias de um ator amazonense. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.* São Paulo–Brasília: EdUnb – Hucitec, 1996.

BEÇA, Anibal. O Muro. *O Jornal,* 28 de maio de 1967, p. 13.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. *Sociologia.* São Paulo: Ática. 1991a (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.º 50).

_____. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. *Sociologia.* São Paulo: Ática, 1991b (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.º 50).

BERMAN, Marshall. Baudelaire: o modernismo nas ruas. In: *Tudo que é solido desmancha no ar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHAUI, Marilena. Os trabalhos da memória. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de velhos. 2.ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1987.

_____ . Entrevista à Revista *Cult,* junho, 2000.

CINEMA "Guarany" completou, ontem, os seus 24 anos de existência para a coletividade. *Jornal do Comércio,* Manaus, 7 de agosto de 1962, p. 8.

COLÉGIO Estadual do Amazonas. Jornal *A Crítica*, 28 de dezembro de 1955, p. 2.

COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões:* cinema e sociedade: Manaus (1897/1935). Manaus: Edua, 1996.

COSTA, Selda Vale da e LOBO, Narciso J. F. *Hoje tem Guarany.* São Paulo: Ed. dos Autores, 1983.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto* – Manaus, 1890–1920. Manaus: Valer, 1999.

EM TORNO dos Acontecimentos no Colégio Estadual do Amazonas. *O Jornal,* 17 de abril de 1955, p. 1.

ENGRÁCIO, Arthur. Um Romance revolucionário. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 6 de setembro de 1959, p. 15

_____. A Espada de Ouro. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 11 de novembro de 1956, p. 13.

_____. Flutuantes: A Miséria vira Troféu. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 21 de fevereiro de 1965, p. 17.

FARIAS, Elson. Cidade Flutuante. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 28 de março de 1965, p. 15.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória:* a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRARA, Lucrécia D'Alésio. Lugares. In: *Leituras sem palavras.* São Paulo: Ática, 1986, p. 35-51.

FILGUEIRAS, Aldisio. *Manaus, as muitas cidades*. Manaus: Edição do Autor, 1994.

GARCIA, Etelvina Norma. Capital humano e a economia dos incentivos. Jornal *A Crítica,* 28 de fevereiro de 1999, p. A-5.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUILHERME Nery explica a falta de professores no Colégio Estadual. *O Jornal*, 5 de junho de 1966, p. 5.

GUIMARÃES, no Maranhão, explica o movimento. *O Jornal,* 30 de abril de 1967, p. 9.

GRANDES melhoramentos no Colégio Estadual do Amazonas. Jornal *A Crítica,* 22 de março de 1956, p. 3.

JOBIM, André. Velhos Tempos. *O Jornal,* 5 de janeiro de 1969, p. 16.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LOBO, Narciso J. Freire. *A Tônica da Descontinuidade* – cinema e política em Manaus na década de 60. Manaus: Edua, 1994.

JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLANDA, Heloísa B. de (org.). *Pós-modernismo e Política.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MARINHO, Joaquim. Telas perderam sensibilidade. Jornal *A Crítica,* Manaus 18 e 19 de abril de 1999, p. 33.

MATA, João N. da. Avenida Eduardo Ribeiro. *O Jornal.* 10 de julho de 1960, p. 2.

_____. Em Visita à Terra Natal. *O Jornal* – Suplemento de Novidades, 21 de janeiro de 1962, p. 1.

_____. Noite de Esplendor. *O Jornal* – Suplemento de Novidades, 25 de fevereiro de 1962, p. 1.

MELLO, Thiago de. *Manaus, amor e memória.* Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MORONGUETÁ foi festa na Praça. *O Jornal,* 12 de novembro de 1967, p. 13.

NOGUEIRA, Raimundo A. Nonato. Reabertura do Teatro Amazonas. *O Jornal*, 5 de fevereiro de 1961, p. 2.

NOGUEIRA, Luiz Eugênio Negreiros. *O Rádio no País das Amazonas.* Manaus: Valer, 1999.

NOSSOS agradecimentos a Arthur Ferreira Reis. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 29 de janeiro de 1967, p. 5.

O CENTRO Estudantal "Plácido Serrano", órgão representativo dos discentes do Colégio Estadual, apela ao governador – Nota Oficial. *Jornal do Comércio,* 1.º de dezembro de 1954, p. 1.

OLIVEIRA, José Aldemir de. O mito da cidade em crise – Manaus, 1920 –1967. *Leituras da Amazônia*. Revista Internacional de Arte e Cultura. Manaus, Ano I, n.º 1, 207-221, abril–98/fev–99.

_____. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEN, Ruben G. Por uma Antropologia em cidades brasileiras. In: *O Desafio da Cidade:* Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSSAME, Ana Célia. Ruas mantêm integração de vizinhas. Jornal *A Crítica,* 28 de fevereiro de 1999, p. 5.

PÉRES J. Jefferson Carpinteiro. *Evocação de Manaus*. Como eu a vi ou sonhei. Manaus: Imprensa Oficial, 1984.

_____. Desfiguração de Manaus: II – As áreas verdes. Jornal *A Crítica,* 7 de março de 1999, p. A-4.

PINA tirou São Jorge do cavalo e proclamou sua república. *O Jornal,* 9 de janeiro de 1966, p. 13.

PINTO, Antisthenes. Pré-concretismo na poesia brasileira. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 25 de janeiro de 1959, p. 4.

POE, Edgar Allan. O Homem da Multidão. *Histórias Extraordinárias*. São Paulo: Cultrix, 1958.

PROGRESSO arranca um pedaço da saudade do Café do Pina. *Jornal A Notícia,* 9 de julho de 1972, p. 6.

RESOLVERAM os professores do Colégio Estadual, não mais trabalhar se não receberem seus vencimentos. *Jornal do Comércio,* 30 de novembro de 1954, p.6.

ROUANET, Sérgio P. Reinventando as humanidades. In: *As Razões do Iluminismo*. 4.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUAS, L. Curso de Cinema. *O Jornal*, 1.º de julho de 1962, p. 5.

_____. O Cinema Burguês. *O Jornal*, 9 de fevereiro de 1964, p. 5.

_____. Apocalipse. (poesia) *O Jornal,* 23 de julho de 1967, p. 13.

SALLES, Waldemar Batista de. Clube da Madrugada. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 23 de dezembro de 1956, p. 14.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958:* o ano que não devia terminar. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SANTOS, Mílton. *Técnica, Espaço e Tempo.* Globalização e meio técnico-científico informacional. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEGAWA, Hugo. Da Praça ao Jardim Público. In: *Ao amor do Público: jardins do Brasil.* São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996, p. 31-49.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público.* As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Alencar e. República Livre do Pina. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 20 de setembro de 1964, p. 13.

_____. Duas crônicas de Alencar e Silva. [A Rua e Noturno após o Mar] *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 8 de janeiro de 1967, p. 13.

_____. Amanhã, talvez... *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 19 de fevereiro de 1967, p. 9.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano.* 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SOUZA Márcio. *A Expressão Amazonense*: do Colonialismo ao Neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

_____. *A Caligrafia de Deus.* São Paulo: Marco Zero, 1994.

TUFIC, Jorge. *Clube da Madrugada 30 anos.* Manaus: Imprensa Oficial 1984.

_____. Salão Madrugada. *O Jornal* – Suplemento de Variedades, 15 de dezembro de 1957, P. 13.

_____. Versos de Antiga Circunstância. *O Jornal,* 1.º de janeiro de 1967, p. 13.

VENTURA, Carlos Zuenir. *1968, o ano que não terminou.* São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

VIANEZ, Belmiro. Coluna do Belmiro. Jornal *A Crítica,* 18 e 19 de abril de 1999, p. C-5.

_____. Coluna do Belmiro. Jornal *A Crítica*, 16 e 17 de maio de 1999, p. C-7.

WEBER, M. Conceito e Categorias de Cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano.* 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano.* 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Aldisio Filgueiras. Aluno do Colégio Estadual nos anos 60, Poeta e Escritor. Manaus: junho de 1999.

Aloysio Nogueira de Melo. Cursou o ginásio no Colégio Estadual e na década de 70 foi professor nesta instituição. Hoje professor do Departamento de História da Universidade do Amazonas. Manaus: dezembro de 1998 e janeiro de 1999.

Anísio Mello. Aluno do Colégio Estadual nos anos 40, Artista Plástico. Manaus: dezembro de 1998.

Ediney Azancoth. Aluno do Colégio Estadual na década de 60, professor de História, ator de teatro aposentado e escritor. Manaus, junho de 1999.

Luiz Bacellar. Precursor do Movimento Literário do Clube da Madrugada, poeta e escritor. Manaus: junho de 1999.

Renan Freitas Pinto. Aluno e posteriormente professor do Colégio Estadual na década de 60. Hoje professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas. Manaus: maio de 1999.

PORTARIAS DOS DIRETORES DO COLÉGIO ESTADUAL

MANAUS. Portaria n.° 41/50, de 1 de agosto de 1950, Livro s/n.°. Determina os deveres dos alunos dentro e fora do Colégio.

MANAUS. Portaria n.° 77/54, de 14 de outubro de 1954, Livro n.° 118. Cria as bancas examinadoras para os exames do colegial.

MANAUS. Portaria n.° 48/55, de 13 de abril de 1955, Livro n.° 119. Fixa o dia para escolha das diretorias do Centro Estudantal "Plácido Serrano" e da Associação Atlética do Colégio Estadual.

MANAUS. Portaria n.° 50/55, de 14 de abril de 1955, Livro n.° 119. Suspende por trinta dias os alunos que não concordaram com os critérios e data para escolha das diretorias do Centro Estudantal "Plácido Serrano" e da Associação Atlética do Colégio.

MANAUS. Portaria n.° 51/55, de 16 de abril de 1955, Livro n.° 119. Comuta para 10 dias a pena aplicada aos alunos na portaria 50/55.

MANAUS. Portaria n.° 52/55, de 18 de abril de 1955, Livro n.° 119. Determina à diretoria da Associação Atlética que desocupe as duas salas que utiliza no Colégio.

MANAUS. Portaria n.° 53/55, de 19 de abril de 1955, Livro n.° 119. Elogia as alunas do turno vespertino que não participaram do movimento grevista.

MANAUS. Portaria n.° 37/56, de 3 de abril de 1956, Livro n.° 119. Proíbe o ingresso de alunos fardados nos lugares de diversão.

MANAUS. Portaria n.° 41/56, de 9 de abril de 1956, Livro n.° 119. Estabelece a punição para os alunos que forem encontrados com o uniforme incompleto.

MANAUS. Portaria n.° 47/58, de 25 de setembro de 1958, Livro n.° 121(1). Estabelece o número de vagas para o ano letivo de 1959.

MANAUS. Portaria n.° 19/59, de 29 de abril de 1959, Livro n.° 121(2). Faz homenagem ao professor Pedro Silvestre pelo seu desempenho docente no Colégio.

MANAUS. Portaria n.° 27/60, de 24 de agosto de 1960, Livro n.° 122. Torna obrigatória a participação dos alunos dos turnos matutino e vespertino no desfile de sete de setembro.

MANAUS. Portaria n.° 27/60, de 12 de agosto de 1960, Livro n.° 122. Faz homenagem ao professor Fueth Paulo Mourão pelo seu desempenho docente no Colégio Estadual.

MANAUS. Portaria n.° 34/60, de 21 de outubro de 1960, Livro n.° 122. Estabelece os critérios para a realização das provas parciais.

MANAUS. Portaria n.° 14/64, de 08 de maio de 1964, Livro s/n.°. Ratifica a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar.

MANAUS. Portaria n.° 13/65, de 28 de janeiro de 1965, Livro s/n.°. Cria as bancas examinadoras para os exames dos cursos ginasial e colegial.

MANAUS. Portaria n.° 60/65, de 9 de setembro de 1965, Livro s/n.°. Governador Arthur Cezar F. Reis homenageia os alunos do Colégio Estadual pelo desempenho no desfile de sete de setembro.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1950, pelo Governador Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Manaus: Diário Oficial, 15 de março de 1950.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1952, pelo Governador Dr. Álvaro Maia. Manaus: Diário Oficial, 17 de março de 1952.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1953, pelo Governador Dr. Álvaro Maia. Manaus: Diário Oficial, 15 de março de 1953.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1955, pelo Governador Dr. Plínio Ramos Coelho. Manaus: Diário Oficial, 16 de março de 1955.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1957, pelo Governador Dr. Plínio Ramos Coelho. Manaus: Diário Oficial, 15 de março de 1957.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1958, pelo Governador Dr. Plínio Ramos Coelho. Manaus: Diário Oficial, 15 de março de 1958.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1959, pelo Governador prof. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo. Manaus: Diário Oficial, 16 de março de 1959.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1961, pelo Governador, em exercício, Josué Cláudio de Souza. Manaus: Diário Oficial, 16 de março de 1961.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1966, pelo Governador Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: 15 de março de 1966.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1967, pelo Governador Danilo Duarte de Mattos Areosa. Manaus: março de 1967.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1968, pelo Governador Danilo Duarte de Mattos Areosa. Manaus: março de 1968.

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sessão Ordinária de 1969, pelo Governador Danilo Duarte de Mattos Areosa. Manaus: março de 1969.

Este livro foi impresso na cidade de Erechim/RS, em outubro de 2001, pela Gráfica Edelbra. A família tipográfica utilizada na composição do texto foi Times no corpo 12/16. O projeto gráfico – miolo (editoração/fotolitos) e capa – foi feito pela Valer Editora. Os fotolitos da capa foram produzidos em Manaus pelo Bureau.com.

época e de uma cidade. O cenário que vai se descortinando, com a leitura deste livro, é de um tempo que jaz envolvido pelo manto da memória – Manaus em meados do século XX. Mas o seu objeto de reflexão é a vida cultural que se desenrolou, nesse período, no espaço que envolve a "Praça do Ginásio". O professor José Vicente de Souza revela a multiplicidade de "praças" no mesmo ambiente da Praça da Polícia, como *um lugar de encontro, um ponto de referência das atividades culturais e, sobretudo, por ter sido o símbolo do movimento do Clube da Madrugada, que reuniu intelectuais e poetas, como Jorge Tufic, Saul Benchimol, Alencar e Silva, Alcides Werk, Luiz Ruas, Antísthenes Pinto, Luiz Bacellar, Farias de Carvalho, entre outros*.

Este trabalho recupera um momento importante da história de Manaus. O historiador José Vicente traça um esboço de uma época e de uma experiência cultural determinante de nossa História. O pensador Leandro Konder nos ensina que "para compreendermos um autor, não podemos deixar de reconstituir, ainda que em linhas muito gerais, o quadro das questões que a vida pôs no seu caminho". Este é, portanto, um retrato extraído de registros vivos e de documentos de um período emblemático da História regional. No entanto, José Vicente aponta as transições e continuidades históricas, levando o leitor a refletir sobre o tempo atual.

Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60 é um painel evocativo de uma época e de uma cidade. O cenário que vai se descortinando, com a leitura deste livro, é de um tempo que jaz envolvido pelo manto da memória – Manaus em meados do século XX. Mas o seu objeto de reflexão é a vida cultural que se desenrolou, nesse período, no espaço que envolve a "Praça do Ginásio". O professor José Vicente de Souza revela a multiplicidade de "praças" no mesmo ambiente da Praça da Polícia, como *um lugar de encontro, um ponto de referência das atividades culturais e, sobretudo, por ter sido o símbolo do movimento do Clube da Madrugada, que reuniu intelectuais e poetas, como Jorge Tufic, Saul Benchimol, Alencar e Silva, Alcides Werk, Luiz Ruas, Antísthenes Pinto, Luiz Bacellar, Farias de Carvalho, entre outros.*

Valer
EDITORA

CULTURA
Edições Governo do Estado

ISBN 85-7512-043-3
9 788575 120439

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com